

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 104 TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2016

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 114ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE JULHO DE 2016
1.1 – ATA 5
1.1.1 – ABERTURA 5
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2) 5
1.1.2.2 – Convocação de sessão
Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para 12 do corrente, às 12 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 92/2016 **(Ofício nº 379/2016)** 5
1.1.2.3 – Oradores
SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações sobre a eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados; e outros assuntos 5
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Preocupação com as consequências da aprovação de projeto de lei que legaliza os jogos de azar no País; e outros assuntos 7
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Destaque à decisão da Procuradoria da República de arquivar procedimento criminal que apurava as chamadas pedaladas fiscais do Governo Dilma Rousseff no BNDES, por entender que os atos não configuravam crime 16
SENADOR GLADSON CAMELI – Registro de agenda cumprida por S. Exª no Acre e apelo por melhorias de infraestrutura em rodovias do Estado 20
SENADOR LINDBERGH FARIAS – Críticas à medida provisória editada pelo Presidente interino que trata da revisão de aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença; e outros assuntos 21
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Críticas à possível aprovação açodada de projeto de lei que define crimes de abuso de autoridade 36
SENADOR REGUFFE – Defesa da realização de reformas político-administrativas no País e destaque para proposições de autoria de S. Exª que têm como objetivo o aprimoramento do sistema político brasileiro 37
1.1.3 – ENCERRAMENTO 46
1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS
1.2.1 – EXPEDIENTE
1.2.1.1 – Encaminhamento de matérias
Encaminhamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 537/2009; 135 e 499/2011; 46 e 381/2013; 61, 62, 173, 357 e 399/2014; 2, 289, 306, 330, 638 e 660/2015; e 132/2016 para oitiva da Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 258/2016 47
Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 490/2015 para oitiva da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo 47
1.2.1.2 – Ofícios da Câmara dos Deputados
Nº 379/2016, na origem, que encaminha, para promulgação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2010 (nº 11/2015, na Câmara dos Deputados) 47
Nº 59/2016, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 506/2007, sancionado e convertido na Lei nº 13.308/2016. 48
Nº 60/2016, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 299/2010, sancionado e convertido na Lei nº 13.309/2016. 49
Nº 56/2016, na origem, que comunica alteração de controle societário outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte (**autuado como Ofício "S" nº 12/2016**) 50
1.2.1.3 – Término do prazo
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 41/2016 60

1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.2.2.1 – Adoção de medidas provisórias

Adoção da Medida Provisória nº 737/2016, que *altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria 60

Adoção da Medida Provisória nº 738/2016, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 1.199.618.070,00, para os fins que especifica*. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria 63

1.2.2.2 – Comunicação

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 731/2016 **(Ofício nº 655/2016).** *Será feita a substituição solicitada* 64

2 – ATO

2.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 36/2016 65

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO 66

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 69

5 – LIDERANÇAS 70

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 73

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 94

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 100

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 153

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS 177

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 192

114ª Sessão, Não Deliberativa, em 11 de Julho de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência das Srªs Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e dos Srs. Reguffe, Telmário Mota e Magno Malta.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 17 horas e 26 minutos.)

ATA

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 1.2 do sumário)**

Comunicamos ainda...

Convido já, para ir se dirigindo à tribuna, a nossa primeira oradora do dia, Senadora Ana Amélia.

Senadora, enquanto V. Exª se dirige à tribuna, eu apenas faço um comunicado aqui no plenário:

Ofício nº 379, de 2016, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, para fins previstos no §3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, nº 11/2015 naquela Casa, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que altera os arts. 92 e 111-A, da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para provimento dos cargos de ministros daquele tribunal e modificar-lhe a competência. **(Vide item 1.2.1.2 do sumário)**

Está convocada sessão solene do Congresso Nacional para amanhã, às 12h, no plenário do Senado Federal – portanto, neste plenário –, destinada a promulgar a referida emenda constitucional. Todas e todos já estão devidamente convidados para tomar parte nesta sessão solene do Congresso Nacional.

Senadora Ana Amélia, V. Exª fala pelo tempo regimental. Com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, começamos esta semana com todos os olhares e atenções voltados para o que vai acontecer depois de amanhã, na Câmara dos Deputados, com a eleição do seu novo Presidente. A crise que – eu digo – envolveu aquela Casa Legislativa de alguma maneira contamina o processo político de um modo geral, embora nós, aqui no Senado, tenhamos que administrar as nossas mazelas, as nossas dificuldades, e estabelecer uma agenda de produção que esteja antenada, sintonizada com os anseios da população brasileira. Mas não podemos, como avestruzes, ignorar o que acontece na Câmara, mesmo que aqui não tenhamos, eu imagino, toda a sua maioria – a não ser os partidos dos Senadores aqui representados – envolvida no processo da sucessão na Câmara Federal.

E, por que é importante a Câmara? Porque, assim como no Senado, é na Câmara que as leis apresentadas pelo Poder Executivo são votadas, sejam medidas provisórias, sejam projetos de lei ou outras iniciativas de nossa autoria. Portanto, a governabilidade depende de um Congresso que funcione com estabilidade, com responsabilidade, de modo especial, e com o compromisso voltado ao interesse coletivo e não ao interesse de poder de uma ou de outra pessoa.

Desejamos que a eleição do sucessor de Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados, aconteça num clima de muita responsabilidade e comprometimento com a agenda, que é desafiadora, neste momento de crise que vive o País. A crise só será superada quando for superada a crise interna, seja da Câmara, seja, nos momentos mais agudos, também aqui no Senado Federal.

Não bastasse essa questão relacionada à Câmara dos Deputados, nós estamos agora vendo uma mobilização da sociedade em duas frentes: de um lado temos a sociedade favorável, em sua grande maioria, àquela iniciativa popular de apoio às dez medidas de combate à corrupção, medidas que foram lideradas pelo Ministério Público e que estão obtendo, nas redes sociais, um enorme espaço e apoio da sociedade brasileira,

através dos que integram, participam e protagonizam esse ativismo das redes sociais, que é um fenômeno que está, sem dúvida, influenciando até o comportamento político dos Parlamentares, desde uma Câmara de Vereadores a uma Prefeitura Municipal, à Assembleia Legislativa, ao Congresso Nacional, Câmara e Senado. E, através das redes sociais, ficamos sabendo várias das mazelas que não são apenas comuns ou típicas do Parlamento brasileiro. Essas mazelas também estão no funcionamento de instituições, nos sindicatos, no Poder Judiciário, no próprio Ministério Público, em todos os setores. Nós, se pegarmos uma lupa e olharmos o que está acontecendo ao redor, vamos ver que também essas corporações estão enfrentando vários problemas internos e que é preciso que elas próprias também, como nós aqui, tratem de resolver os seus problemas, como resolvemos quando tivemos o desafio de examinar o pedido de cassação de mandato do Senador Delcídio do Amaral. Então, assim como nós não defendemos o interesse individual de um Parlamentar, estamos aqui lutando muito – todos os Senadores e Senadoras –, para defender a Instituição da qual nós fazemos parte. Esta é imortal, esta é permanente, esta é duradoura, esta tem força. Nós somos apenas passageiros nesta Casa, por um, dois, três, quatro mandatos – que seja –, mas a instituição Senado Federal tem uma vida muito longa e tem que ser preservada sempre. Assim é que eu imagino que também os Ministros do Supremo Tribunal Federal, ou do STJ, ou dos tribunais – outras cortes de Justiça –, também tenham igual preocupação de preservar a imagem da instituição que eles ali representam.

Ontem, foi duro ver um desembargador, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, ser mostrado com graves atitudes – entre elas a suspeita de um assassinato, de mandante de um assassinato –, envolvendo colegas magistrados. O que é isto? Isto é, sim, abuso de poder, abuso de poder e uso do poder para intimidar os subalternos ou os colegas, com respeito a uma atitude referente àquele crime que ele, eventualmente, pretenda praticar ou exercer e, assim, se tornar impune, em relação a uma denúncia tão grave quanto a que foi apresentada ontem, no programa Fantástico, com vários depoimentos.

Então, por isso é que eu digo, quando me refiro ao problema da Câmara ou daqui do Senado, que as corporações precisam ativar as suas respectivas corregedorias ou os seus conselhos de ética – no caso da Câmara e do Senado –, no sentido de que eles tenham uma autonomia e uma independência para separar o joio do trigo, porque, enquanto ficar uma laranja podre, ali, contaminando, a instituição, de alguma maneira, é contaminada também.

Além das chamadas 10 Medidas de Combate à Corrupção, que têm o apoio popular, o MP, que lidera isso, e mais especificamente outras entidades estão trabalhando muito.

Nós, aqui no Senado Federal – eu, em particular –, participamos da mobilização, quando, há poucos anos, foi derrubada a PEC nº 37. E o que a PEC nº 37 tentava? Tentava amordaçar a ação, a atividade e a competência do próprio Ministério Público. A sociedade se mobilizou e entendeu bem o que era aquele procedimento. Agora, nós queremos também que o MP tenha igual responsabilidade, através das suas corregedorias, no sentido de que, quando algum dos seus membros não agir corretamente, as corregedorias – elas próprias – façam o exercício.

Hoje percebemos, na Operação Lava Jato, um sopro de esperança em relação ao problema do combate à corrupção em nosso País. E, quando se fala "em abuso de autoridade", lamentavelmente, deveríamos trocar para "o Brasil vive um abuso de práticas de corrupção". E, exatamente, uma coisa está relacionada à outra.

A Operação Lava Jato teve a grande relevância de mostrar à sociedade brasileira que nem tudo está perdido, que não serão só pobres ou ladrões de galinha, ou pessoas negras, que irão para a cadeia. Pessoas muito importantes, os maiores empreiteiros do País, foram para a cadeia, graças ao processo usado como instrumento – aprovado pela Casa, pelo Governo –, o instituto da delação premiada. Quem faz uma delação premiada não o faz obrigado, não o faz sob pressão, não o faz, eu digo, "sob um pau de arara", mas sim porque quer e porque, ao fazer, terá consequências.

Penso sempre que, na questão relacionada a essas questões da Lava Jato e da delação premiada, a única alteração, na lei da delação, aceitável é impor ao delator uma pena muito severa, quando ele não estiver dizendo a verdade e não tiver provas materiais daquilo que está dizendo. Ouvir dizer, "alguém falou", "eu soube por alguém, por terceiro", mas não confirmar materialmente e não comprovar o que estiver dizendo e delatando deverá representar, sim, uma pena muito severa a esse delator, porque, se ele não estiver dizendo a verdade, a Polícia Federal e o Ministério Público terão um desgaste de perda de tempo, de dinheiro e de recursos, na busca daquilo que foi dito e que não se confirma como uma realidade, como uma verdade.

Por isso é que o delator tem que assumir uma responsabilidade muito importante nesse processo, e a pena para ele ser extremamente elevada.

Hoje, os integrantes das equipes de investigação da Lava Jato, aqui em Brasília, começam a se preocupar muito – e com razão – com um problema relacionado à chamada Lei do Abuso de Autoridade. Essas preocupações são decorrentes das dúvidas existentes que pairam em relação a essa lei, mas, na política e na

democracia, nada mais relevante do que um diálogo entre as partes interessadas e envolvidas.

Penso que não se pode votar aqui nenhuma lei que diga respeito a prerrogativas de outros Poderes – Poder Judiciário, Ministério Público ou Polícia Federal – se o Congresso, como agente legislador, não tiver com esses entes, com esses setores, um diálogo maduro e responsável, para construir um projeto que não lese prerrogativas, que não signifique um retrocesso nessa busca de punir a corrupção em nosso País e também de evitar a impunidade, que é a que mais estimula... E eu diria que a impunidade é um anabolizante não só da corrupção, mas de todo tipo de crime em nosso País.

Já existem hoje, na lei, punições para impedir abusos, para evitar constrangimento às vítimas do abuso de poder, do abuso da autoridade. Isso é crime e está previsto na legislação. Uma melhoria do atual momento do Brasil exigiria uma dedicação, um aprofundamento, um debate mais amplo em relação a esse tema, sobretudo por essa fase da crise política e ética que estamos vivendo e também pelas necessidades que temos – nós legisladores – de dar uma resposta à sociedade brasileira.

Por mais doloroso que seja toda prisão de empresários, ex-ministros e ministros, além desse processo de *impeachment*, também é inegável que a Operação Lava Jato é um marco na história do Brasil. O legado para a sociedade brasileira já foi deixado, porque hoje, a partir dessas investigações ainda em andamento, que envolvem Ministério Público, Polícia Federal e Justiça, o Brasil passou a acreditar em um País com menos corrupção. Eu diria até que essa lei pode representar uma fragilização na autoridade policial, porque haverá limites para o uso de algemas, por exemplo. E, nesse caso, um policial federal ou mesmo um policial civil não poderá colocar algemas no Fernandinho Beira-Mar, com receio de ficar incurso na Lei de Abuso de Autoridade. Eu estou dando um exemplo bastante clássico e de fácil compreensão, da sociedade, para ver no que pode resultar essa Lei de Abuso de Autoridade.

Por isso, tenho a convicção de que não haverá nenhuma forma de se produzir, aqui no Congresso, uma lei apenas com a visão do Parlamento. É preciso que aqui, nesse caso – porque envolve prerrogativas do Judiciário, prerrogativas do MP, prerrogativas da Polícia Federal ou das polícias civis e militares dos Estados –, isso deve ser tratado de maneira democrática e deve ser amplamente debatido com a sociedade, porque não há outra maneira de produzir leis duráveis, leis com equilíbrio, leis com responsabilidade, para que nenhum Poder tenha supremacia sobre outro, para que nenhum Poder seja mais do que outro, mas que haja esse equilíbrio exigido no próprio texto constitucional, que é o equilíbrio entre os Poderes.

Na hora em que Judiciário ou o MP estiverem acima do Legislativo ou do Executivo, não haverá democracia equilibrada, os fundamentos estarão equivocados. E é preciso, portanto, se essa lei de abuso de autoridade, que é uma lei antiga, vier a ser aperfeiçoada, que seja com um amplo debate democrático envolvendo todos os agentes que dele fazem parte. Caso contrário, talvez tenhamos que aqui perceber que estaremos criando mais uma crise, uma crise institucional na relação com os Poderes.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª pelo pronunciamento.

Senadora Ana Amélia, se V. Exª puder continuar na direção dos trabalhos, ficaríamos agradecidas.

Eu falo agora numa comunicação inadiável.

(A Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin para uma comunicação inadiável.

Os próximos oradores são o Senador Lindbergh Farias, a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Telmário Mota e o Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Eu estou inscrito como Líder, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que sua inscrição estava entre a dos oradores. Como Líder, então, depois do Senador Lindbergh, será V. Exª.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Srª Presidente, como V. Exª disse ao iniciar seu pronunciamento, esta será uma semana muito intensa para o Parlamento brasileiro e, por conseguinte, para o nosso próprio País, sobretudo se localizarmos os fatos que acontecerão na Câmara e aqui, no Senado, dentro desse ambiente de crise profunda, de crise política, de crise econômica, enfim. Será uma semana intensa não apenas por conta da eleição do novo Presidente da

Câmara dos Deputados, mas para nós Senadores e Senadoras também pela previsão de que deveremos ter uma semana bem carregada de matérias para votar.

Eu olhava, na mesa, a nossa pauta, que não foi ainda pactuada, consensuada entre os Líderes partidários, mas que é uma pauta que já vem sendo anunciada pelo Presidente do Senado há algum tempo. Eu, nessa pauta, gostaria de destacar dois projetos que nós deveremos votar.

O primeiro projeto diz respeito à abertura, à legalização dos jogos no Brasil. E o segundo projeto se trata de uma propositura do Senador José Serra, hoje Ministro interino das Relações Exteriores do Brasil, deste Governo temporário de Michel Temer, que estabelece um teto para o endividamento público em nosso País, um projeto de igual forma extremamente polêmico, porque trará reflexos profundos não só na economia do Brasil, mas na forma de execução dos serviços públicos principalmente e na orientação dos próprios investimentos em infraestrutura.

Nós todos temos a convicção de que um projeto de tamanha relevância precisa obviamente ter seus impactos discutidos de forma mais aprofundada. É certo que a própria Comissão de Assuntos Econômicos, num passado não muito distante, debateu a matéria. Entretanto, precisamos renovar o debate, precisamos atualizar o debate, para que, em seguida, o Plenário possa, com todo o conhecimento, com toda a segurança, votar e decidir sobre a matéria.

Em relação à liberação dos jogos, Srª Presidente, esse é um problema que também considero crucial. Não é a primeira vez que a matéria vem à pauta. E, sempre que a matéria vem à pauta, ela vem exatamente dessa forma, tentando aprová-la rapidamente, sem que possamos desenvolver um debate mais seguro, um debate que discuta não apenas o quanto de recursos essa decisão poderá trazer aos cofres públicos, mas um debate que seja capaz também de localizar quais os problemas que essa matéria e essa decisão poderão trazer também para o Brasil.

Eu tenho assistido, Senadora Ana Amélia, com muita atenção, Senadora Gleisi, a alguns debates e algumas observações sobre essa matéria, sobre a legalização dos jogos no Brasil. E algumas pessoas dizem o seguinte: "Não, em vários países, os jogos foram legalizados e isso tem sido muito bom, porque os prejuízos do ponto de vista social, do ponto de vista da lavagem de dinheiro não têm sido significativo."

Vejamos nós que o que existe em outros países é a possibilidade de que cassinos atuem de forma legal e aberta em localidades determinadas – em localidades determinadas. O projeto de lei que está para ser debatido e votado pelo Senado Federal é muito diferente disso. Aliás, eu diria até que é absolutamente diferente disso que ocorre em outros países. O projeto de lei, primeiro, legaliza todo tipo de jogo no Brasil, do bingo ao cassino e ao jogo do bicho. Todos os jogos serão legalizados. Segundo, não há determinação geográfica para que esses jogos – por exemplo, o cassino – possam ocorrer, não. Em todo o Brasil, essas atividades poderão se desenvolver.

Eu acho que discutir isso, em poucos dias, e votar uma matéria tão delicada, tão perigosa é extremamente grave. Eu quero dizer, Senador Lindbergh – V. Exª que é o Líder da Minoria aqui, nesta Casa, e eu tenho a honra de estar ao seu lado, como Vice-Líder, assim como a Senadora Gleisi e alguns outros Senadores –, que nós não podemos deixar que essa matéria seja votada dessa forma.

Se, por um lado, é certo que o Brasil vive uma crise econômica, que a União, os Estados brasileiros têm visto a sua arrecadação minguar, por outro lado, nós não podemos aprovar, de forma açodada, um projeto cujo impacto social seja tão forte como esse da legalização do jogo. Quem é que não sabe que os jogos de azar andam de mãos dadas com o tráfico – o tráfico de drogas, o tráfico de armas – e andam de mãos dadas com a lavagem de dinheiro? Aliás, boa parte dessas casas de jogos abertas nada mais serve do que para lavar dinheiro. Todos sabem disso. E qual é a capacidade do Estado brasileiro de fiscalizar essas atividades? Muito pouca.

Eu creio e espero, Senadora, que nós todos e todas tenhamos muita responsabilidade para com o nosso País e não votemos, de forma tão açodada e absurda, uma matéria de tamanha relevância e complexidade como é também a legalização dos jogos no Brasil, sobretudo pela forma como está o projeto, uma forma ampla que não aponta, nem de forma concreta, quem seriam os entes a fiscalizar essas atividades em todo o território nacional. De acordo com o projeto, qualquer cidade brasileira – uma capital, uma cidade de fronteira, uma grande ou uma pequena cidade – estará liberada para abrir casas de jogos, sejam bingos, sejam cassinos, absolutamente tudo.

Srª Presidente, outra questão que quero destacar, nesta segunda-feira, início de semana, são as decisões preocupantes que estão sendo tomadas pelo Governo do Senhor Presidente interino, temporário, Michel Temer. Eu me refiro ao fato de que, na semana passada, anunciou-se a nova previsão da meta fiscal para o Brasil no ano de 2017. Obviamente, em torno dessa nova previsão, que ainda não está bem explicada, decisões precisam ser tomadas.

Vejam os senhores e as senhoras que, no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) encaminhado ainda pela Presidente Dilma... E não é um dado perfeito, não é um dado absoluto, porque é uma previsão somente. É exatamente nessa lei que se faz a previsão do resultado fiscal do Governo brasileiro ao final de cada exercício. Para o ano de 2017, a Presidenta Dilma havia enviado um projeto de lei prevendo um déficit orçamentário da ordem de R$65 bilhões.

O Presidente em exercício, assim como fez para a meta deste ano – cuja previsão de déficit era de R$97 bilhões e passou para R$170 bilhões –, passou os R$65 bilhões negativos do ano que vem para uma previsão de R$139 bilhões negativos. Ou seja, numa linguagem bem compreensível, a previsão deste Governo interino do Sr. Michel Temer é de que, ano de 2017, o Governo brasileiro, o Estado brasileiro gaste, do ponto de vista das suas despesas primárias, mais R$139 bilhões além daquilo que deverá arrecadar.

Srª Presidente, não está, mais uma vez, bem explicado por que acontecerá esse déficit, mesmo porque o que vimos lendo pela imprensa... E nós só estamos tratando da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), não chegamos ainda à Lei Orçamentária Anual, que só será encaminhada para o Poder Legislativo no mês de agosto. Já, na LDO, dá para termos uma ideia do que deverá acontecer em termos de previsão para o ano seguinte.

Nesses R$139 bilhões previstos para o déficit, segundo explicações do próprio Ministro da Fazenda, Ministro Meirelles, e segundo explicações do próprio Ministro do Planejamento, está embutida uma arrecadação extra, um incremento de arrecadação de aproximadamente R$50 bilhões. Por isso eles dizem: "O déficit deveria ser maior, deveria ser um pouco maior a previsão de 2017 em relação a este ano de 2016. Entretanto, deverão entrar a mais nos cofres públicos em torno de R$50 bilhões."

E de onde virão esses recursos, segundo eles, Senador Lindbergh? Das privatizações, das concessões. Querem privatizar os aeroportos que fazem a ponte aérea, privatizar Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e privatizar Congonhas, em São Paulo. E eu já disse: eles que não avancem querendo privatizar o aeroporto da minha cidade, Manaus, porque, em todas as privatizações e concessões ocorridas até agora, o governo procurou tomar muito cuidado e garantir que alguns aeroportos importantes, que são aeroportos vantajosos, que são aeroportos superavitários, continuassem na mão do Estado para que pudesse haver uma compensação.

Se, por um lado, o aeroporto de Guarulhos foi privatizado, por outro, o Santos Dumont e Congonhas não foram, porque a Infraero, que é uma empresa que tem um capital público, uma grande empresa, não tem a atribuição apenas de manter, assim como a União, os grandes aeroportos. Ela tem também, como obrigação, manter aeroportos em cidades pequenas. Por exemplo, as cidades de Tabatinga e de Tefé, no interior do meu Estado, têm os seus aeroportos, porque são cidades importantes do ponto de vista da segurança, inclusive. Tabatinga é uma cidade que fica numa tríplice fronteira muito complicada – Brasil, Colômbia e Peru –, numa área intensa de tráfico de drogas. Então, é importante a presença do Estado ali, mas são aeroportos deficitários. E, para manter esses aeroportos deficitários, o que a empresa faz? A empresa supre as necessidades desses aeroportos a partir do que ela recebe do ponto de vista do superávit, do lucro, podemos assim dizer, dos aeroportos maiores.

Estão falando em privatizar os aeroportos também bastante rentáveis para o Estado brasileiro. Diz o Governo que seriam entre concessões, privatizações e relicitações, porque seriam concessões já vencidas ou prestes a vencer, sobretudo na exploração da geração de energia a partir de hidrelétricas, e que isso traria esse recurso extra para o Governo.

A outra previsão também embutida nesse valor dos R$50 bilhões seria, desde já, os leilões do pré-sal, aquilo que nós dizíamos e que eles diziam, porque o Senado...Quando votamos aqui e perdemos, numa primeira votação, por muito poucos votos – acho que, na votação da urgência, foram somente dois votos de diferença –, nós utilizávamos, Senadora Gleisi, como argumento, que não era nem hora de debater aquilo, porque não havia nenhuma previsão de abertura de novas áreas de exploração de petróleo.

Era muito mais lógico, era não, continua a ser muito mais lógico incrementar a produção das áreas já abertas do que abrir novas áreas de produção. Por que vai-se abrir novas áreas de produção num momento em que o preço do petróleo está lá embaixo? Então, não é correto do ponto de vista da economia que se faça isso, mas eles já estão anunciando que vão abrir, no mínimo, quatro leilões para quatro áreas diferentes para o Brasil ganhar quase nada – ganhar quase nada.

Agora vão esperar o quê? Segundo esse Governo interino, vão esperar a aprovação pela Câmara dos Deputados da votação da matéria, infelizmente já aprovada aqui, que tira a exclusividade da Petrobras na exploração. E exclusividade – leia-se! – não significa que a Petrobras seria única. Não! É que ela sempre teria o poder de mando. Mas ela nunca esteve proibida de formar consórcios com empresas privadas.

Concedo um aparte, com a benevolência da nossa Presidente, a V. Exª, Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Vanessa

Grazziotin, esse é um tema que nos preocupa muito. Foi aprovado na semana passada, infelizmente, na comissão especial que trata do tema, o fim da condição da Petrobras como operadora única do pré-sal. E tiraram também os 30% que a Petrobras tem direito em todo o campo do pré-sal. Primeiro, é preciso que se diga: nós vamos ter um prejuízo muito grande para a nossa indústria. É a operadora única que contrata os serviços, que contrata a fabricação no País de navios, de plataformas. A gente lembra que, antes de o Presidente Lula assumir, a indústria naval estava destruída. A gente produzia tudo, comprava os navios de fora, as plataformas de fora. Se a gente tira a Petrobras da condição de operadora única, não vai haver desenvolvimento da indústria nacional, porque uma multinacional de petróleo não vai fabricar navio aqui, não vai fabricar plataforma aqui, não vai investir em ciência e em tecnologia aqui. Segundo, é preciso que se diga: o pré-sal já foi descoberto, foi descoberto pela Petrobras, pelos brasileiros. O risco é zero, zero! Aí estão tentando transformar isso, que é um grande bônus para o País, em um ônus e estão entregando de mão beijada para essas multinacionais de petróleo. Quero só chamar a atenção de V. Exª para o fato de que, nos dois últimos escândalos internacionais de espionagem, a Petrobras aparece, tanto no WikiLeaks, que foi divulgado por Julian Assange, quanto no da NSA, que foi divulgado por Snowden. Nesses dois casos de espionagem internacional, aparece espionagem sobre a Petrobras, sobre o pré-sal. Então, acho sinceramente que esse ponto está muito associado, na minha avaliação, a esse golpe que está em curso aqui no País. Esse golpe que deram na Presidenta Dilma é para restaurar o neoliberalismo, mas há, sim, cobiça internacional em cima desta grande riqueza estratégica para o futuro do próximo período, que é o petróleo. V. Exª começou falando sobre a meta fiscal para 2017, que eles divulgaram na LDO. E Temer tem falado, em reuniões aqui, que a ordem é privatizar geral. Na meta, V. Exª falou em R$139 bilhões, mas quero chamar a atenção para o fato de que, na verdade, não são R$139 bilhões; o número é de R$194 bilhões. Eles fizeram essa confusão toda em cima do discurso de responsabilidade fiscal para afastar a Presidenta Dilma no ano em que houve o maior contingenciamento da história do País, que foi o ano de 2015. Eles afastaram a Dilma. E o que eles fizeram? Relaxaram a meta neste ano. Neste ano, foi para R$170 bilhões. Senadora Vanessa, nos quatro primeiros meses da Dilma – janeiro, fevereiro, março e abril –, sabe de quanto foi o déficit? Foi de R$5 bilhões. Eles estão botando R$165 bilhões para esses oito meses. Em relação ao ano de 2017, eles tentaram enganar as pessoas. Enganaram setores da imprensa, falando de R$139 bilhões, mas não é isso. Se você pega receita e despesa, o rombo é de R$194 bilhões. Aí eles quiseram camuflar isso, dizendo: "Ah, não, vou arrecadar R$55 bilhões."

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – São R$50 bilhões a mais.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas o fizeram sem explicarem o que é.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É isso que estou falando, Senador. É exatamente isso.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei disso. Então, a receita menos a despesa é de R$194 bilhões. Agora, o importante o que é? Eles querem cortar dos trabalhadores na Previdência, querem acabar com a vinculação do salário mínimo com o benefício previdenciário, querem tirar da educação e da saúde. Agora, no que eles estão ampliando gastos? É para manter o velho presidencialismo de coalizão. Eu vou falar sobre isto hoje. Na sexta-feira, eles editaram uma medida provisória cujo nome é medida provisória da morte. Querem acabar com o auxílio-doença, Senadora Vanessa. Agora, com quatro meses, encerram o auxílio. E a pessoa, depois de quatro meses, vai para onde, se continua doente? Não pode ir para o chão da fábrica. Ela para de receber o benefício. Eles fizeram um acordo e estão pegando em cima dos mais pobres. Agora, para emenda parlamentar, não falta dinheiro; para negociação com governador, não falta dinheiro; para pagar a empreiteiras que devem ao Governo, não falta dinheiro. É o que estou chamando de keynesianismo fisiológico. Eles têm ampliado o gasto, têm desmoralizado aquele discurso da responsabilidade fiscal. Esse discurso não se sustenta mais. Volto a dizer: estamos na Comissão do Impeachment. Quem participa da Comissão do Impeachment fica impressionado com os discursos deles: "Ah, responsabilidade, responsabilidade..." Pelo amor de Deus, se fosse a Presidenta Dilma que tivesse anunciado aquela negociação com os governadores, o mundo teria caído. O que eles teriam feito aqui? A senhora lembra? Encerro, dizendo isto: no final do ano passado, Dilma decidiu mandar um Orçamento com déficit para o Congresso Nacional. Eles disseram: "Não, não pode!" E o Relator do Orçamento, que era o Deputado Ricardo Barros, que hoje é Ministro da Saúde de Temer, apresentou uma meta superavitária. Agora, com eles, isso pode. Eles podem tudo. Então, faço questão de registrar a incoerência do discurso desse pessoal no Senado Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço a V. Exª.

Agradeço também a paciência da nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, porque faço uma comunicação inadiável.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Senador Lindbergh, acho que isso vai ficando claro. E a nossa obrigação, o nosso dever no Senado Federal é mostrar isso às pessoas.

Comecei falando dessa previsão deficitária de R$139 bilhões. Entretanto, só não foi maior, porque eles disseram que vão aparecer, como recursos extras para o País, em torno de R$50 bilhões. E eles ainda não explicaram isso. Eles precisam explicar de onde virá esse dinheiro, porque estão dizendo que não vão criar tributos.

Veja que o Brasil inteiro ouve falar no aumento da Cide. O que é a Cide? A Cide é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que incide sobre os combustíveis. O que significa aumentar a Cide? Significa aumentar a inflação, porque esse é o pior de todos os tributos, porque ele incide em absolutamente todos os produtos, todos! O combustível está em tudo, seja na produção, seja no transporte.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, vai aumentar a Cide, vai aumentar a inflação. E vão manter a desculpa de que as taxas de juros têm de continuar altas por que a inflação está na eminência de aumentar de novo.

Então, é grave o momento que estamos vivendo, não só pela pauta desta Casa, não só pelas decisões da Câmara, mas também pelos movimentos, pelas decisões desse Presidente temporário, que diz que vai arrumar dinheiro privatizando patrimônio público. Vai arrumar dinheiro fazendo leilão do petróleo num momento em que isso não deveria ser feito, porque isso significa entregar, a preço de banana – a preço de banana! –, para as empresas privadas americanas essa nossa riqueza, essa riqueza que é do Brasil. Enquanto isso, como diz o Senador, tomam outras medidas que retiram recursos.

Senadora Ana Amélia, concluo aqui meu pronunciamento. Se V. Exª me permite, concluo meu pronunciamento...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...deixando aqui meus cumprimentos (*Fora do microfone.*) à editoria da revista *Marie Claire*, que, mais uma vez, no mês passado, na sua edição, trouxe uma matéria importante sobre a bancada feminina do Congresso Nacional, Senadora Ana Amélia. Nessa edição, ela traz uma importantíssima matéria sobre a realidade dos estupros coletivos no Brasil. É uma matéria investigativa, com casos que mostram, de forma muito clara, como o Brasil convive com um problema tão grave, que atinge tantas mulheres. Nem posso dizer que é um problema subnotificado, pois ele nem notificado é. Se há uma subnotificação nos casos de estupro contra a mulher, quando os estupros são coletivos, isso nem chega ao conhecimento público. Quando isso chega ao conhecimento público, isso se dá por outras formas que não a denúncia direta daquela mulher que sofreu.

Então, eu lhe agradeço, Senadora Ana Amélia, e peço que essa matéria fique registrada nos *Anais* de nossa Casa.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada pela compreensão, Senadora.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:
– A realidade abafada dos estupros coletivos no Brasil.

Notícias 11.07.2016 - 06h00 - ATUALIZADO ÀS 11.07.2016 14h59 | por MARIA LAURA NEVES*

A realidade abafada dos estupros coletivos no Brasil

Três adolescentes, três cidades e dezenas de agressores. Fernanda, Camila e Sandra* foram violentadas por vários homens de uma só vez. A frequência com que a crueldade acontece deixa claro: há muito mais casos de abuso coletivo do que se notifica no Brasil. Em entrevista à Marie Claire, as três meninas denunciam as atrocidades a que foram submetidas e contam como fazem para recuperar a vida depois do trauma

Compartilhar (206) (0) (1) Assine já!



(Foto: Thinkstock Photos)

Fernanda* tem 16 anos e adora filmes de terror. Na sexta-feira 13 de maio, passou a noite assistindo a seus preferidos na casa da avó, em São Paulo. Foi dormir quando já estava amanhecendo. Às 5 da tarde, pegou um ônibus para voltar para casa, na Zona Oeste da cidade. Cansada, dormiu no trajeto. Ao acordar, não reconheceu a vizinhança. Perguntou, então, para dois meninos se sabiam onde poderia pegar um ônibus de volta. Eles sugeriram que ela descesse com eles, para lhe mostrarem o ponto. Assim que colocaram os pés no asfalto, um deles a abraçou pelos ombros, colocou uma lâmina nas costas dela e disse: "Você vai com a gente". Andaram por quase uma hora dentro de uma favela. Por onde passavam, cumprimentavam conhecidos. "Fiquei com medo de pedir ajuda", diz Fernanda, com o olhar cabisbaixo e as mãos trêmulas. Chegaram a uma casa onde acontecia uma festa. Só havia homens. Os três atravessaram todos os cômodos e entraram em um quarto escuro. Os meninos pediram que ela tirasse a roupa. Ela respondeu que não o faria. Nesse momento, um terceiro homem entrou no cubículo e deu tapas, socos no rosto e chutes nas costas de Fernanda para obrigá-la a se despir. Implorando que ele parasse, ela perguntou o que tinha feito para eles. Quanto mais suplicava, mais eles

Leia mais

- "Descobri que estava grávida do meu estuprador", diz vítima
- "Ele disse que tinha que ser ele antes que fosse outro", recorda mulher estuprada pelo pai

O primeiro a estuprou. Depois o segundo. E então o terceiro. Depois os três juntos. "Foi entrando gente no quarto e não sei quantos foram ao todo. Chorei quieta e não falei mais nada. Me jogavam de um lado pro outro, como uma boneca de pano." No fim da sessão de tortura, deram a ela uma garrafa de água. "Acordei só no outro dia, acho que fui dopada porque apaguei. Fiquei quieta para que pensassem que estava dormindo." No domingo, outro pesadelo. "Foi todo mundo junto outra vez. Um deles colocou bebida alcoólica dentro da minha boca e me obrigou a engolir. Também esfregou cocaína no meu nariz. Fiquei zonza, mole, não conseguia mais me mexer. Lembro apenas de ficar olhando para fora do quarto pela fresta da porta e vi que tinha muita gente na casa. Minha vontade era morrer para acabar com aquilo logo. Depois que acabou, me jogaram na rua, de sutiã, shorts e sapatilha."

Não sei quantos homens foram ao todo. Me jogavam como se eu fosse uma **boneca**"
Fernanda*, 16 anos, estudante



Fernanda* ficou três dias nas mãos dos agressores. Agora, luta para superar as marcas da dor
(Foto: Arquivo pessoal)

Ainda embriagada, Fernanda foi abordada por um homem que perguntou se ela estava bem e ofereceu um prato de comida. "Estava com muito medo de eles se arrependerem de me soltar e topei sair dali com aquele homem", afirma. Foram para a casa dele. Depois de dar uma blusa a ela e pedir uma pizza, disse que estava tarde para pegar um ônibus e a deixaria num ponto ao amanhecer. Não permitiu que ela usasse seu telefone. Ele deixou Fernanda às 4h30 da manhã. A rua estava vazia. "Comecei a andar. Queria encontrar alguém para pedir ajuda", diz. Um carro começou a segui-la. Ela apertou o passo. O carro parou na frente dela. Fernanda reconheceu o motorista: era um dos estupradores. Antes que esboçasse qualquer reação, ele mostrou uma faca e a obrigou a entrar no carro. "Passamos o dia todo rodando de um lado para o outro. Ele não me deixou sair e, quando ameacei gritar e fugir, disse que me mataria. Parou o carro várias vezes em terrenos baldios e me violentou. Perto da meia-noite, me deu R$ 10, parou em frente a uma boate e disse: 'Pega esse dinheiro e some senão vai dar ruim pra nóis'." Fernanda pegou um ônibus para Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo. Chegando ao ponto final, pediu um telefone emprestado. Ligou para a mãe. "Ouvir aquela voz me trouxe o mesmo sentimento de quando era criança e ela vinha me buscar na escola. Sabia que dali em diante tudo melhoraria. Minha mãe estaria comigo."

Leia mais

- "Em nenhum momento duvidaram de mim", diz brasileira estuprada nos EUA
- "Ele destruiu a melhor fase da minha vida", conta jovem estuprada pelo padrasto

Histórias como a de Fernanda são parte de uma realidade abafada no Brasil: os estupros coletivos. No mês passado, o país ficou chocado com o crime em que um grupo de criminosos (estima-se que 33 homens) violentou uma adolescente de 16 anos depois de um baile funk em uma comunidade carioca. Os agressores filmaram parte do pesadelo e divulgaram o abuso em redes sociais. Com a repercussão do caso, o país e os políticos acordaram para o drama. Em meados de maio, o Senado aprovou um projeto de lei que aumenta a pena para a agressão sexual cometida em bando. O texto segue, agora, para a Câmara. Segundo a autora, a senadora Vanessa Grazziotin, esse é um crime pouco notificado no país. "Se 90% dos estupros individuais não são relatados, o número é ainda maior para os coletivos. Não temos estatística porque quase não há denúncias. É uma situação ainda mais humilhante para a mulher", afirma Vanessa.

um adulto. Em geral, criminosos temidos ou populares que têm o hábito de dopar a vítima ou se aproveitar do fato de ela ter bebido ou usado drogas. "As meninas não denunciam por medo de retaliação. Ficam com a moral e a intimidade profundamente abaladas. Não pedem ajuda por medo de serem questionadas e até ridicularizadas", afirma Maria Gabriela. "Já atendi alguns casos e todos tinham esse componente."

Leia mais

- "Se eu disse não, é estupro": famosas posam nua pela liberdade feminina
- O que fazer em caso de estupro?

O HORROR SE REPETE

Quando tinha 15 anos, a carioca Sandra*, 20, conheceu um menino pelo Facebook. Começaram a trocar mensagens e combinaram de se encontrar em um baile funk em um morro carioca. Ficaram juntos durante a noite. No meio da madrugada, ele a convidou para ir a um lugar mais reservado. "Achei que fôssemos para a casa dele, mas acabamos em um barraco vazio", diz. "A gente estava se beijando quando dois outros meninos chegaram. Disse que ia colocar a roupa, mas eles vieram para cima de mim. Estavam muito doidos [com o uso de drogas]", diz Sandra. "O menino com quem eu estava começou a gritar: 'Calma, é normal, vai ser bom'". Com medo, Sandra não reagiu. Os estupradores a violentaram, um de cada vez. Ela não sabe quanto tempo durou. "Eles tiraram sarro de mim, conversavam entre eles, nunca comigo. Fiquei me sentindo um lixo e com muito medo. Os dois outros foram embora e continuei com o que conheci pelo Facebook. Esperei amanhecer para ir embora. Ele me levou até o ponto de ônibus e fui para casa."

Sandra não contou sobre o estupro para ninguém. "Tenho medo de que eles me queimem [gíria para assassinar]." Nos meses que se seguiram, não conseguiu se relacionar nem se aproximar de homens. "Sempre lembro do que aconteceu. Depois disso, fiquei mais quieta, com dificuldade para dormir. Acordava a noite chorando e dizia pros outros que estava 'com nervoso'." Cinco anos depois, está casada e tem uma filha de 1 ano. O primeiro desabafo foi para uma amiga, há poucas semanas, quando o caso da adolescente carioca foi divulgado. "O maior medo da minha vida é eles saberem que contei o que aconteceu para alguém", diz. A advogada Eloisa Samy, que trabalhou no caso da vítima agredida por 33 homens, costuma atender meninas carentes que sofreram violência sexual e diz que casos de estupro em comunidades não são raros. "Quem pratica esses atos convive com o medo de morrer e com a vergonha", afirma. O caso dos 33 contra uma é emblemático. Depois que veio à tona, os criminosos ameaçaram a vítima de morte. Agora ela está em um programa de proteção à testemunha do governo federal e deixou o Rio de Janeiro.

Eles tiravam sarro de mim. Fiquei me sentindo **um lixo** e com **muito medo**. esperei amanhecer para ir embora"
Sandra*, 20 anos, estudante

No mesmo dia em que essa história paralisou o Brasil, outro caso, o de Camila*, de 17 anos, em Bom Jesus, no Piauí, também foi noticiado. Cinco dias após ficar com um rapaz, ele e outros quatro amigos a levaram para uma construção abandonada. "Estava sentada em uma praça quando perguntaram se eu queria ir para outro lugar com eles, não vi problema, já os conhecia, e respondi que sim. Acabamos indo para a laje de uma obra. Lá, um deles disse que era a última vez que íamos nos encontrar e que nunca se sabe o dia de amanhã. Perguntei se ele ia morrer, nunca imaginei que fosse comigo", conta Camila. "Outro me ofereceu uma garrafa com bebida alcoólica. Tomei quase metade. Pouco tempo depois, comecei a sorrir. Olhava minha mão e a via grande. Aí passei mal, fiquei com vontade de vomitar. Desci da laje com um dos garotos, que começou a se insinuar para mim. Eu o empurrei e em seguida desmaiei. Não lembro de mais nada."

Um a um, a estupraram. Amarraram seus braços com a própria roupa e a amordaçaram com a calcinha. Colocaram isopor dentro de sua boca para evitar que gritasse por socorro. Morderam seu pescoço, machucaram suas mãos, costas e cotovelos. Camila foi encontrada no dia seguinte, desacordada e seminua. Foi levada inconsciente para o hospital. O Ministério Público pediu a prisão dos cinco. O maior de idade está preso e os quatro menores foram soltos pelo juiz do caso, Eliomar Rios Ferreira, alegando que os jovens têm bom comportamento.

A VIDA APÓS A TRAGÉDIA

Desde que voltou para casa, Camila tem enfrentado outro tipo de violência: a moral. Na escola, uma colega disse que a responsável pelo estupro era ela. Nas ruas da cidade, os olhares são de recriminação. "As pessoas apontam o dedo. É uma mistura de preconceito e curiosidade. Fico preocupada e com raiva", diz a tia da menina, que a cria. "Dizem que a culpa é minha por ter ido para a obra com eles. Fico triste, mas acho que não adianta reagir. Todo mundo acha que eles são inocentes porque são homens", diz Camila. Ela conta que quase não tem dormido desde o episódio e que também adquiriu o hábito de falar sozinha. "Fico me fazendo perguntas, tentando entender o que aconteceu."

Um deles me ofereceu **bebida alcóolica**. Comecei a sorrir e ver a minha mão muito grande. **Passei mal**"
Camila*, 16 anos, estudante



Os moradores da cidade de Camila* dizem que ela é culpada pelo crime. Tia e sobrinha enfrentam o preconceito (Foto: Arquivo pessoal)

A dificuldade de aceitar a violência é o primeiro estágio do trauma das vítimas desse tipo de crime. A psicóloga Adriana Marcondes, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, explica que a reação instantânea das agredidas é pensar que têm alguma responsabilidade na tragédia. "O raciocínio deve ser outro. Aquilo que acontece em nossas vidas não depende exclusivamente de nós mesmos. A pessoa não foi estuprada porque andou numa rua escura e sim porque lá havia um estuprador", diz. Parte desse processo é desenvolver uma rejeição com o próprio corpo. "Muitas vítimas de violência sexual passam a se esconder em roupas largas e toucas depois do trauma", afirma Sueli Amoedo, da Coordenadoria da Mulher de Taboão de Serra, um centro de acolhimento para mulheres nessa situação. É lá que Fernanda, de São Paulo, faz acompanhamento com terapeutas que trabalham a mente e o corpo. "Ainda não sabemos como reconstruiremos nossas vidas", diz a mãe da adolescente, que pediu para ser afastada do trabalho para acompanhar a filha nas consultas médicas, judiciais e nos tratamentos.

Na noite em que foi finalmente solta, Fernanda foi para a delegacia. Fez boletim de ocorrência, exames no Instituto Médico Legal e foi atendida no hospital Pérola Byington, referência no tratamento de vítimas de estupro. Tomou coquetel antiviral, pílula do dia seguinte e anda com uma caixa de medicamentos que vai ter de tomar por seis meses. Ficou com um sangramento e uma ferida na vagina, hematomas e dores pelo corpo, parou de sair com os amigos e tem dificuldade até para falar. Para descrever seu estado psicológico, recorre a uma metáfora. "Imagine uma mosquinha. Alguém vai e tira as asas dela. Ela não pode mais voar. Depois, tira as patas. Ela não pode mais andar nem fazer qualquer outra coisa, a não ser esperar para morrer. É assim que me sinto. Eles tiraram tudo de mim", diz. "O mundo ficou diferente. Sempre ajudei qualquer pessoa na rua e pensava que, se precisasse, teria alguém disposto para me acudir. A vida toda achei que os monstros só existiam nos filme de terror. Os monstros somos nós. Andam com a gente."

** Colaboraram Yala Sena e Daniela Carasco*

** Os nomes foram trocados para proteger a identidade das entrevistadas*

Compartilhar (206) (0) (1) Assine já!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa, a solicitação de V. Exª será acolhida, com a transcrição nos *Anais* do Senado da matéria referida por V. Exª.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Lindbergh Farias, do PT, do Rio de Janeiro.

A Senadora Gleisi Hoffmann fez uma permuta com o Senador Lindbergh Farias.

Então, depois da Senadora, passa a ser a vez dele, se não vier nenhum Líder ou se não houver nenhuma comunicação inadiável.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora, se me permite, enquanto a Senadora Gleisi sobe à tribuna, não tive condições de falar, mas quero aqui apresentar meus votos de congratulações – eu o farei formalmente – a José Aldo, que ganhou uma belíssima luta contra Frankie Edgar no último fim de semana e que está prestes a ter de volta seu cinturão. Ele o merece muito. José Aldo, além de ser um grande brasileiro, é uma pessoa que é da minha cidade, Manaus. Somos do mesmo bairro, inclusive. É uma pessoa muito querida, simples, amiga de todos. Então, quero deixar aqui meus cumprimentos, minhas parabenizações a esse cidadão brasileiro que se supera a cada dia. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senadora!

A Mesa se associa a essa homenagem merecida e homenageia também a campeã de UFC, que é uma mulher que se sagrou campeã e que também é do nosso País.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É a Amanda Nunes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a Amanda Nunes. Agora, eu a represento aqui. A senhora falou de José Aldo, porque é do Amazonas, e eu falo, pelas mulheres, de Amanda Nunes, que teve um belo desempenho em um esporte que acho muito violento. Mas, como ele está muito famoso, muita gente gosta dele. Ele tem seu valor. A violência é uma coisa da luta. Todos eles estavam sangrando. Inclusive, estava sangrando o rosto dela, pois ela ficou com o nariz quebrado. Então, é uma luta um pouco desigual.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com todo o respeito, Senadora Ana Amélia, não consigo ter consideração alguma por esse tipo de esporte, mas, enfim, respeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Respeito, mas não é meu esporte preferido. Prefiro vôlei, tênis e futebol ao UFC.

Aliás, vamos saudar a seleção portuguesa, Senadora Vanessa Grazziotin. Vamos saudar também a seleção portuguesa, que teve uma vitória esplendorosa, histórica. Portugal, que é nossa pátria mãe, merece todos os nossos elogios. Torci muito por Portugal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Todos nós, Senadora Ana Amélia, torcemos. Ela merece, sim, os elogios, bem como as meninas do vôlei, que foram campeãs da Superliga.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Elas foram vitoriosas. Foi uma bela vitória também, no *tie-break*. Foi o nosso técnico, o da Seleção Feminina, quem a garantiu, porque ele levantou uma dúvida sobre uma bola que tinha ido na linha. Ele ganhou. Com isso, foi feito um novo *set*, que foi um arrasa-quarteirão! Parabéns às meninas do vôlei!

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado e quem nos assiste pela TV Senado, o que me traz a esta tribuna hoje é um fato extremamente relevante – eu diria que é relevante e grave –, constatado na sexta-feira da semana passada. Esta Casa, o Senado da República, pela responsabilidade que tem, tem de dar a maior atenção a esse fato. Trata-se da decisão do Procurador Federal Ivan Cláudio Marques de arquivar um procedimento criminal que apurava as chamadas pedaladas fiscais do Governo no BNDES, simplesmente por entender, Senadora Ana Amélia, que os atos não configuram crime.

É importante dizer que o Procurador Federal Ivan Cláudio Marques é o responsável pelo pedido de investigação do processo penal das chamadas pedaladas fiscais, que ele iniciou exatamente pelo processo do BNDES, mas vai analisar todas as outras, inclusive as chamadas pedaladas do Plano Safra, que é o que dá condições formais para que tramite o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma nesta Casa.

Aliás, nós falávamos, desde o início do processo, que esses atrasos em relação aos bancos oficiais de pagamento, seja de prestação de serviço, seja de subvenção de juros para determinados programas, não

constituem operação de crédito. Portanto, se não constituem operação de crédito, não podem ser considerados crimes; são atrasos. E, agora, o Procurador da República Dr. Ivan vem exatamente corroborar a tese de defesa da Presidenta Dilma.

O interessante, Senadora Ana Amélia, é que ele diz o seguinte, em uma entrevista que concede a alguns jornais. Eu tirei aqui a entrevista concedida ao jornal *O Estado de S.Paulo*. Ele disse que vai se manifestar sobre o atraso no pagamento de outros processos das chamadas pedaladas, inclusive no exercício de 2014. E diz: "[...] e no atraso do pagamento das subvenções do Plano Safra." Ele já adiantou: "Foi muito similar ao BNDES, e, possivelmente, eu vá dizer que não existe crime."

Ora, nós estamos em uma situação extremamente grave. Este Senado da República está processando e julgando uma Presidenta por que ela cometeu um crime de responsabilidade que foi o de transformar uma ação, um programa governamental, em uma operação de crédito junto a um banco oficial. É essa a síntese, a essência, inclusive, do seu julgamento. Depois, há mais três decretos.

Mas lembro que esse debate nós fazemos desde 2014, desde o final de 2014, quando o Tribunal de Contas da União decidiu avaliar os atrasos em relação ao pagamento de programas sociais junto à Caixa Econômica Federal, como é o caso do Bolsa Família, e também junto a outros bancos como pedaladas fiscais que se configurariam em operações de crédito e que, portanto, davam espaço fiscal à Presidenta Dilma para manipular o Orçamento. Era isso que se dizia. E se entrou com uma ação penal contra isso. E a ação penal caiu onde? Caiu exatamente, no Ministério Público Federal, para o Procurador Ivan Marques, que fez esse relatório.

E o que mais me impressiona é que a imprensa brasileira não deu o mínimo espaço digno para esse tipo de manifestação, que é muito forte, porque é a base do *impeachment* da Presidenta Dilma.

Como nós vamos processar e julgar uma Presidente da República quando o Ministério Público, que é quem tem a responsabilidade formal de definir o que é crime ou não, diz que não são crimes as chamadas pedaladas fiscais, o atraso na subvenção do pagamento de juros junto ao BNDES, que é semelhante, igual, idêntico ao pagamento das subvenções de juros junto ao Banco do Brasil? Então, nós estamos julgando a Presidenta pelo quê? Por quê? Que crime ela praticou?

Some-se a isto, inclusive, o fato de que a perícia que nós pedimos que o Senado da República contratasse já tinha se manifestado – e isto foi forte o suficiente, e a imprensa acabou tendo que dar um espaço relevante – no sentido de que não havia ato da Presidenta Dilma em relação aos atrasos do Plano Safra. Ou seja, a Presidenta Dilma não tinha nada que a comprometesse, até porque quem sempre foi responsável por esse programa, desde 1992, por sua operacionalização e administração, era, e é, o Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura. Então, como nós vamos, agora, acusar a Presidenta Dilma? Primeiro, não havia ato. Já havia um esforço enorme da Comissão para dizer que não havia ato, que não havia a manifestação comissiva da Presidenta, mas que havia sua omissão. Como ela sabia que havia dificuldades, ela deveria ter impedido que o Tesouro Nacional atrasasse os pagamentos junto ao Banco do Brasil. E nós perguntávamos como ela iria saber que o Tesouro Nacional estava atrasando esses pagamentos, se, aliás, era esse o procedimento adotado desde sempre no pagamento das subvenções de juros do Plano Safra. Já questionávamos isso. Mas a Comissão, principalmente a Base de Apoio do Governo interino, estava fazendo um esforço muito grande para caracterizar uma omissão da Presidenta. Agora, pergunto: se não houve ato, e nós também questionamos a omissão, e agora vem o Ministério Público dizer que não há crime, como vamos julgar a Presidente da República? E essa era a principal acusação; não eram os decretos. Aliás, os decretos foram colocados para dar um pouco de sustentação a exatamente essa operação junto ao Banco do Brasil. Tanto que os decretos são frágeis. Começamos com seis decretos e acabamos com três decretos, sendo que, na Exposição de Motivos dos decretos – isto foi reconhecido pela perícia –, o Ministro do Planejamento dizia à Presidenta que eram absolutamente legais e que os decretos estavam compatíveis com a meta fiscal. Portanto, como ela poderia, sendo que seu Ministro assinou a Exposição de Motivos dizendo que estava tudo certo, saber que aqueles decretos eram ilegais?

Há muita forçação de barra para essa condenação da Presidenta. Eu quero muito saber como vamos nos comportar daqui para a frente, como vai se comportar a Comissão e o que nós vamos fazer com esse parecer do Dr. Ivan Marx. Vamos fazer o que a imprensa fez? Vamos colocar notas pequenas, matérias pequenas nos jornais, e esquecer o assunto, fazer de conta que ele não existe e continuar o processo da Presidenta Dilma? Quem tem, constitucionalmente, o papel de definir o que é crime ou não? O Tribunal de Contas da União? Não. O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar desta Casa, que ajuda na análise, nos pareceres para que esta Casa faça a decisão. Ele não diz o que é e o que não é crime, não tem essa responsabilidade constitucional. Quem a tem é o Ministério Público.

Aliás, o Procurador do Ministério Público Federal lamentou não ter sido ouvido pela Comissão, não ter sido ouvido, porque ele não foi chamado para falar. E, realmente, nós não conseguimos tempo para que

pudéssemos ouvir todas as testemunhas necessárias à elucidação do caso. E penso que o Procurador Ivan Marx tem agora, sim, que se manifestar junto à Comissão do Impeachment antes de o parecer do Relator ser apresentado à Comissão.

Eu sei que estamos na fase das alegações finais, que a Acusação já as apresentou, que a Defesa está preparando a sua, mas não tivemos uma audiência de encerramento da instrução do processo. Nós deveríamos ter tido essa audiência de encerramento da instrução. Penso, Senador Lindbergh, que temos de fazer o requerimento e solicitar que se faça essa audiência. Não dá para chegarmos ao dia 2 de agosto, quando está marcada a leitura do relatório do Relator, Senador Anastasia, e escutarmos o relatório do Senador Anastasia sem termos ouvido o Procurador Ivan, que diz alto e bom som que a Presidenta não cometeu crime de responsabilidade. Não tem crime. No máximo, pode ter havido uma infração administrativa. Crime ou improbidade não existe.

Então, como vamos ter condições de fazer um julgamento isento, dando à Presidenta todo o direito à defesa?

E o que é mais importante a gente constatar aqui é que a Perícia diz que não tem a assinatura dela e o Procurador disse que não é crime. Aí, o que acontece? O Governo interino do Presidente Michel Temer, que é o maior acusador da Presidenta na Comissão Especial do Impeachment, e também a sua Base aqui no Plenário do Senado são os que estão cometendo as maiores barbaridades em termos de orçamento e de pedaladas fiscais, porque colocar um déficit para 2016 de R$170 bilhões e aí divulgar um déficit para 2017 de R$139 bilhões, ainda com receitas que estão pendentes, de R$55 bilhões, é muito cara de pau! E ainda vem acusar a Presidenta de que houve déficit, de que fez pedaladas! Como eles explicam?

Eu quero saber qual é a moral da Base deste Governo para levar à frente esse *impeachment* da Presidenta Dilma depois da decisão do Procurador, de arquivar esse processo sobre as pedaladas do BNDES. E, como disse ele textualmente: "Vou analisar também o processo referente ao Plano Safra, do Banco do Brasil." E é muito parecido. Então, possivelmente, a minha decisão será a mesma.

Com que cara ficaremos nós, Senadores, para julgar uma Presidenta se não houve crime? Como vamos justificar isso? Coisa que nós dizíamos desde o início do processo.

Aliás, quando nós subimos aqui na tribuna, em 2014, para falar do equívoco do Tribunal de Contas da União, que forçava uma interpretação dizendo que os atrasos junto à Caixa Econômica Federal e ao próprio BNDES se configuravam operações de crédito, nós dizíamos: "Não é. Isso sempre aconteceu. Aconteceu e foi aumentando de volume a partir de 2007 e 2008." Nós fomos muitos criticados. "Não, o que o Tribunal de Contas da União fala é como se fosse lei. Eles sabem o que falam." Mudaram a interpretação no meio da história, porque nunca tinham feito essa interpretação, e aí colocaram e pautaram para a sociedade, para esta Casa e para a Comissão do Impeachment que as pedaladas tinham ocorrido e que isso se configurava em um crime muito grave. Agora, vemos que não é crime.

Concedo-lhe um aparte, Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero parabenizar V. Exª pelo pronunciamento e pela iniciativa. Eu já assinei o requerimento por iniciativa de V. Exª, e a Senadora Vanessa também, alguns requerimentos, para chamar justamente o procurador para uma audiência na Comissão Especial do Impeachment, porque esse não é um fato qualquer, Senadora Gleisi. É atribuição exclusiva do Ministério Público propor ação penal. Nós estamos falando de crime. É atribuição do Ministério Público. E o que o Ministério Público diz? Que não é operação de crédito. E V. Exª me falou também que vai apresentar um outro requerimento para já desentranhar a questão do Plano Safra desse processo contra a Presidenta Dilma, porque como bem V. Exª falou, primeiro, não há autoria. Como falar de crime sem autoria? Isso aí ficou claro em vários momentos. Eu, por exemplo, fiz um requerimento ao Banco do Brasil para que explicasse o Plano Safra. O Banco do Brasil respondeu o seguinte: "Não há participação da Presidente. A assinatura foi de um Ministro da Fazenda." O Ministério da Fazenda respondeu da mesma forma. A Perícia disse isso, que não há autoria. Então, só por isso mataria a questão das pedaladas, das ditas pedaladas. Mas agora o mais grave: não há operação de crédito. No caso dos decretos, a gente sabe também que eram seis decretos, depois viraram quatro, e agora se resumem a três decretos. Está muito claro também para a Perícia que a Presidenta da República não foi alertada. Passou por vários órgãos técnicos, de assessoria, e chegou à Presidenta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Foi informada.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mais do que não foi alertada, em vários documentos assinados pelo Ministro da Fazenda – um documento assinado pela SOF (Secretaria de Orçamento Federal), um documento assinado pela Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento e pela Casa Civil – constatou-se o seguinte: "Os decretos são compatíveis com a meta fiscal."

Então, a pergunta que se faz: cadê o dolo? Na verdade, Senadora Gleisi, a sensação que eu tenho é que todos os Senadores sabem que não houve crime de responsabilidade. Estão afastando por um movimento político, e isso não poderia ser feito. Só no parlamentarismo é que você retira uma Presidente da República porque há uma maioria parlamentar contra. No presidencialismo, não; há de haver crime de responsabilidade. Eu queria aproveitar para anunciar que nos próximos dias 20 e 21 deste mês, no Rio de Janeiro, vai haver um tribunal internacional sobre essa questão do *impeachment*. Nós vamos ter – inclusive, depois eu vou ler os nomes – a presença de juristas do mundo inteiro. Vai começar no dia 20, no Teatro Casa Grande. Eu acho muito importante, porque vai haver um debate entre Defesa e Acusação em cima desses mesmos pontos. São as mesmas acusações, são os decretos de créditos suplementares. Depois vai haver esse julgamento por grandes juristas dos mais diversos países do mundo. Eu acho importante, porque eu tenho dito: os Senadores que votarem nisso, eu não tenho a menor dúvida, se a gente não derrubar, porque eu acredito ainda que a gente vai derrubar isso aqui. Eu tenho visto muitos Senadores que votaram no primeiro momento na admissibilidade, mas disseram que agora é diferente. Agora é o julgamento de mérito. Então, eu tenho muita confiança de que a gente possa reverter esse golpe até o final de agosto. Agora, se nós não revertermos esse golpe, eu tenho uma certeza: isso aqui, para a história, Senadora Gleisi, vai passar como um golpe parlamentar. E os Senadores que colocarem a mão nisso vão passar para a história como golpistas. Então, eu quero parabenizar V. Exª por esse discurso. V. Exª tem razão de subir à tribuna por esse tema, porque não é uma questão qualquer, não é mais um "fatozinho." Isto aqui é a opinião do Ministério Público, que, volto a dizer, é quem tem atribuição exclusiva de propor ação penal. É ele que diz se há crime ou não. Pois bem, ele disse que não há operação de crédito. Precisamos parar para discutir isso. Não adianta continuar nesse jogo de faz de conta. O trabalho da Comissão está virando isto: um jogo de faz de conta. Então, parabenizo V. Exª por trazer esse tema ao pronunciamento de hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço a V. Exª, Senador Lindbergh.

De fato, se este Senado continuar com o processo da forma como está, sem observar o que o Procurador disse, vamos entrar para a história como golpistas. Não há base legal ou constitucional para se fazer o *impeachment* da Presidenta. Esse não é um sistema parlamentarista! Aliás, se há um incômodo político ou econômico com relação à Presidenta, se querem retirá-la do poder, isso tem de ser feito pelo processo eleitoral. Vivemos no presidencialismo. Se não, a qualquer momento, podemos retirar outro Presidente ou outra Presidenta. Vamos desestabilizar as nossas instituições e o nosso sistema. Não podemos permitir isso. Esta Casa tem a grande responsabilidade de parar com esse processo.

Essa decisão do Procurador da República, responsável por esse processo das pedaladas fiscais – vejam bem, não é só do BNDES, mas de todas; foi para ele que denunciaram –, foi no sentido de arquivar e de dizer que não há crime. Qual é a base que nós, Senadores, vamos ter? Só a política? Se for só a política, é golpe. Vamos votar contra, obviamente, mas a instituição Senado da República vai ficar como golpista. Vai sujar os seus dedos, sim; vai desestabilizar a democracia e as instituições deste País.

Não há como julgar pelo Congresso. Esta não é a nossa prerrogativa, não é a nossa função julgar pelo Congresso, julgar pelo Senado da República um Presidente da República por questões meramente políticas. Estas questões se resolvem na urna.

Eu queria que registrássemos isso, e vou apresentar, como disse aqui o Senador Lindbergh – aliás, é uma iniciativa minha, do Senador Lindbergh e da Senadora Vanessa –, dois requerimentos: o primeiro, requerendo que a Comissão Especial de Impeachment realize uma sessão extraordinária para ouvir, na condição de testemunha, o Procurador do Ministério Público Federal Ivan Cláudio Marx, ou, caso não se consiga realizar uma reunião extraordinária da Comissão, que se ouça o Procurador no início de agosto, antes da apresentação do relatório do Senador Anastasia. Não há como o Senador Anastasia apresentar um relatório à Comissão sem considerar o que o Procurador da República disse.

Aliás, como não fizemos uma audiência final de instrução na Comissão, cabe muito bem esse julgamento. O processo vai ser nulo, se isso acontecer, até porque, como disse o Senador Lindbergh, quem tem a prerrogativa de dizer se é crime ou não é o Ministério Público, e ele disse que não há crime. Então, como vamos julgar a Presidente da República?

No segundo requerimento, em razão dessa decisão do Ministério Público, também por já ter o Procurador Ivan Marx adiantado que, possivelmente, terá o mesmo posicionamento em relação ao processo do Plano Safra, junto ao Banco do Brasil, que teve em relação a esse processo do BNDES, dizendo que não há crime, estamos solicitando, requerendo que se retirem dos autos, que se desentranhem dos autos os documentos relativos ao Plano Safra 2015.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso em virtude do resultado da Perícia realizada pelos servidores do Senado, que dizem que não há ato da Presidenta. Portanto, não há a assinatura dela, não há o seu aceite, não há a sua manifestação de vontade para que acontecesse esse atraso.

Repito aqui: quem responde por esse processo é o Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Fazenda e também o Ministério da Agricultura. E agora, mais ainda: retirar por esse entendimento do Ministério Público, que diz que não há crime nas pedaladas fiscais porque elas não constituem operação de crédito. Vai ser fundamental, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, que nós façamos isso, sob pena de estarmos incorrendo numa grande injustiça e ficarmos, sim, para a história como golpistas; ficarmos, sim, para a história como aqueles que atentaram contra a democracia, contra a Constituição e contra o Estado de Direito.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em nome apenas da instituição que estou presidindo, quero dizer que Senado está cumprindo o que determina a lei.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Gladson Cameli, como orador inscrito. Aliás, desculpem-me. O Senador Cameli fala como comunicação inadiável. Por isso que é intercalado com um orador inscrito. Depois do Senador Cameli, será o Senador Lindbergh Farias.

Não havendo mais oradores inscritos nem para comunicação ou pela liderança, V. Exª será o próximo, Senador Telmário Mota.

Com a palavra o Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Ana Amélia, todos os que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu discurso, quero cumprimentar V. Exª, porque também concordo com V. Exª quando, como Presidente da instituição neste momento, presidindo a Mesa, diz que o Senado Federal está cumprindo o rito que o Supremo Tribunal Federal determinou sobre a questão do *impeachment* da Presidenta da República Dilma Rousseff.

Srª Presidente, estive nesse final de semana no meu Estado do Acre, que represento nesta Casa com muito orgulho. Fui ao interior, ao Vale do Juruá, a minha terra natal, Cruzeiro do Sul. Visitei vários municípios, como Rodrigues Alves e Mâncio Lima, e conversei com o caminhoneiro, com o motorista de ônibus e com o grande empresário sobre a situação que vive o nosso País, que vive o nosso Estado.

O Acre tem uma característica muito especial: obras de infraestrutura – essa é uma das bandeiras que levanto muito nesta Casa no meu mandato –, das quais muitos Estados podem prescindir, mas que, para nós, assumem uma importância capital por causa da localização geográfica.

Antes de continuar, quero cumprimentar todos os que estão ocupando as galerias desta Casa.

Cito, como exemplo, a BR-364. Caso não tenhamos uma ação imediata do Ministério dos Transportes – do qual já tenho a garantia de que teremos –, ela ficará totalmente fechada ainda neste ano, no inverno amazônico.

O fechamento da BR-364, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, implica condenar por completo o Acre ao isolamento. O potencial da BR-364 está justamente na possibilidade de desempenhar papel de destaque na integração do Brasil com os países andinos, Peru e Bolívia, ao mesmo tempo em que abre uma via de acesso ao Pacífico.

O trecho de cerca de quatrocentos quilômetros, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, vai ser licitado novamente, e os recursos necessários para ser relicitado são em torno de quase R$300 milhões para o Governo Federal refazer esses quatrocentos quilômetros.

Tivemos a garantia do Presidente interino Michel Temer. Faço a defesa de Sua Excelência, porque, em nenhum momento, o Presidente deixou de cumprir com a sua obrigação de não cancelar os projetos que estão em andamento no meu Estado. Pediu prioridade.

Há menos de dez dias, estivemos com ele, a Bancada do Acre e de Rondônia – e eu, pessoalmente, com a Bancada do meu Estado para falarmos exclusivamente da questão do Acre, de investimentos que o Governo Federal tem no nosso Estado. E ele nos garantiu que não vai deixar, em nenhum momento, ser cancelado qualquer projeto que venha a beneficiar o Estado do Acre e muito menos paralisar qualquer obra que venha a prejudicar a população do meu Estado.

Data venia, Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, ele deu um aumento agora para o Bolsa Família. Todos

os programas sociais que o Governo Federal tem para o nosso Estado e para o nosso País serão mantidos.

Faço este preâmbulo para que os senhores possam entender o meu entusiasmo por essa série de reuniões que estamos realizando com o Presidente da República em exercício Michel Temer no Palácio do Planalto. Conversei com ele sobre as nossas necessidades de infraestrutura no Acre, num encontro que tivemos – como falei agora há pouco – há menos de dez dias. Na tarde da segunda-feira passada, fizemos também mais uma reunião ampla com Senadores que representam vários Estados do nosso País.

Estou confiante porque há uma disposição enorme do Legislativo de colaborar para uma agenda positiva que tire o Brasil da crise que ameaça as famílias, e, depois de tantos anos, vemos que há ressonância no Executivo. Vamos entregar, no dia 2 de agosto, ao Presidente da República, um relatório das obras prioritárias, principalmente no âmbito municipal.

Combinamos que os ministros também farão um levantamento, por pasta, das obras pendentes nos Estados, e o Presidente Michel Temer está disposto a investir naquelas que podem ser finalizadas com recursos de até R$500 mil. Essas obras – como, por exemplo, creches inacabadas em que faltam, no máximo, R$60 mil para serem concluídas – que demandam recursos menores são extremamente significativas para aquecer a economia local: geram emprego e geram renda para os moradores envolvidos.

Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, no Acre, há tantas pendências além da BR-364. Temos urgência nas obras de manutenção da BR-317 e precisamos finalizar a ampliação e a reforma do terminal de passageiros e da pista de pouso do Aeroporto Internacional Plácido de Castro, da minha capital, Rio Branco, para dar alguns exemplos.

Outra prioridade, em uma reunião que tivemos juntamente com a Bancada de Rondônia: a continuação das obras da ponte sobre o Rio Madeira. Aliás, tenho acompanhado de perto essa obra tão importante para o Estado do Acre, porque liga o Acre aos demais Estados do País e, além disso, ao Brasil também. Com a conclusão da ponte, vamos poder chegar ao Pacífico. Essa obra vai substituir as duas balsas que hoje fazem a integração entre os dois Estados. Visito frequentemente o canteiro de obras da ponte e já avisei que vou continuar inspecionando os trabalhos até ver a conclusão deles.

Há estimativas de que a economia do Acre perde, em média, cerca de R$30 milhões por ano com a ausência dessa via importante de ligação.

Sou entusiasta do Acre e da Região Norte. Temos potencial na agricultura, na pecuária, na piscicultura, com matéria-prima da floresta, enfim, riquezas inumeráveis, como em quase todo o Brasil. Mas de que adianta tudo isso se ficarmos isolados? Essa é a pergunta que todos os acrianos fazem e que eu faço também. Rodovias mal conservadas, obras não finalizadas e ausência de integração tão comuns na Região Norte contribuem para o isolamento e a pobreza da nossa população.

Então, vejo uma perspectiva muito profícua nesses diálogos com o Presidente Michel Temer e posso dizer que volto a sentir otimismo quanto ao crescimento do nosso Estado, do nosso País e da nossa economia.

E quero deixar registrado que visitarei novamente nesta semana a ponte sobre o Rio Madeira, essa obra de tanta importância para o meu Estado do Acre e para o Brasil. Vou olhar e conversar com os funcionários porque essa obra não pode ser paralisada. Ela tem um prazo de conclusão até 2018. E é um sonho de todos os acrianos. É um sonho, Srª Presidenta, de todos os brasileiros que moram no Estado do Acre. E vou explicar a V. Exª por quê: porque nós acrianos sentimos na pele o que é ficar isolado com as cheias do Rio Madeira. Para V. Exª ter uma ideia, criaram uma política de florestania no meu Estado em que até ovo foi transportado de avião para nós podermos nos alimentar.

Era isso o que eu tinha a dizer nesta tarde.

Agradeço a V. Exª e aos demais Senadores por nos ouvir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Gladson Cameli, que falou como comunicação inadiável.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, confesso que estou muito impressionado com o pacote de maldades que vem por parte deste Governo interino do Presidente Michel Temer.

Na sexta-feira, foi editada uma medida provisória que trata de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. Liguei agora, pela manhã, para o Senador Paulo Paim, que hoje está em viagem, no Estado de Alagoas, discutindo a reforma da Previdência. Ele é o nosso maior especialista sobre o tema. Senador Reguffe, o Senador Paulo Paim definiu essa medida provisória como a "medida provisória da morte". Segundo ele, em todo o período de sua atuação parlamentar, ele não viu uma medida tão cruel como essa. Primeiro, o auxílio-doença é concedido pelos peritos do INSS, que o concedem e fazem revisões. Agora, não. Eles querem suspender

unilateralmente depois de 120 dias, depois de quatro meses! E se o trabalhador continuar doente? Ele vai entrar naquela fila para tentar conseguir novamente fazer uma perícia, que sabemos que hoje demora, às vezes, mais de seis meses, oito meses. Ele falava que era a "medida provisória da morte" porque vai levar muitos trabalhadores doentes de volta ao mercado de trabalho, sem condições de trabalho. Ele vai ter dificuldade, porque muitas empresas não vão aceitar, mas, nas que aceitarem, ele pode ir a óbito. E o Senador Paulo Paim citou vários exemplos. Ele estará aqui amanhã, fazendo um pronunciamento sobre esse tema.

Agora, olhe que tipo de coisa: isso tudo, esse pretenso ajuste fiscal por parte deles – falo pretenso, porque eles liberam para muitas áreas. Você sabe que a meta desse ano é de R$170 bilhões; jogaram uma meta de R$194 bilhões para o outro ano. Dinheiro para pagar emenda parlamentar há; dinheiro para fazer negociação com governadores há; dinheiro para pagar empreiteiras que devem ao Governo Federal há. Agora, em cima do trabalhador, é um ajuste violentíssimo. E há também a aposentadoria por invalidez. Na verdade, eles querem agora, também na aposentadoria por invalidez, rever uma parte grande dos três milhões de benefícios.

Só quero dizer o seguinte: eles esperam economizar com isso R$6,3 bilhões. Está claro o que vai acontecer: colocar na rua esse pessoal que mais precisa. É claro que nós somos favoráveis a combater fraude. Qualquer tipo de ação para combater fraudes que existam no auxílio-doença ou na aposentadoria por invalidez, tudo bem. Mas não é assim que se combate fraude. Cortar quando se atingem os quatro meses? Não é assim que se resolve fraude. Olha a quantidade de injustiça que vai acontecer com os trabalhadores, que, volto a dizer, estarão na sua pior condição, que é quando você abandona o trabalho porque está doente, porque tem um problema sério de saúde. Isso é completamente diferente de combater fraude.

Quero, primeiro, denunciar e dizer que amanhã o Senador Paulo Paim vai fazer um pronunciamento mais aprofundado sobre esse tema. Nós da Liderança da Minoria vamos divulgar isso para todos os Senadores, mas a medida provisória dessa forma não combate as fraudes e vai trazer muita injustiça justamente para aqueles que estão mais precisando do Estado.

A minha discussão sobre a reforma da Previdência, sobre a qual, inclusive, o Presidente interino Michel Temer deu uma entrevista na *Folha de S.Paulo* dizendo: "Ah, não, essa eu vou mandar só depois do *impeachment*." Há um bocado de maldades que eles estão querendo deixar para depois do *impeachment*. Eles querem aumentar o limite de idade da Previdência para 65 anos para homens e mulheres. Já falei aqui, Senador Reguffe, que, em vários Estados do Nordeste, esta, na verdade, é a taxa de mortalidade: 64, 65, 66 anos. Para os que começam a trabalhar mais cedo, isso praticamente impossibilita uma aposentadoria.

Mas a maldade deles não é só essa. Eles estão propondo o fim da vinculação do salário mínimo com o benefício previdenciário. Setenta por cento dos aposentados da Previdência recebem um salário mínimo. Eles querem acabar com isso. Querem que agora essas pessoas passem a receber menos que um salário mínimo. Eles querem essa desvinculação.

É como digo sempre que o ajuste é feito do lado dos mais pobres, dos trabalhadores. Cadê a conta para o andar de cima? Alguém viu aqui alguma proposta de tributar os mais ricos, as grandes fortunas? Não, nenhuma proposta.

Eles querem limitar os gastos com Previdência, educação e saúde de acordo com a inflação. Mas e os juros? Nós gastamos mais de R$500 bilhões por ano de juros, pagamos ao sistema financeiro. Aqui, não. Eles querem liberar.

Então, é a esse tipo de ajuste que estamos nos contrapondo, a esse conjunto de maldades contra os mais pobres, como se o problema do desajuste fiscal fosse o fato de que 70% dos trabalhadores aposentados ganham um salário mínimo.

O nome disso é maldade.

E eu quero já entrar num outro ponto, que chocou uma parcela importante da sociedade brasileira, que foi a declaração do Presidente da CNI, depois de um encontro com o Presidente interino Michel Temer. Ele sai do encontro com Michel Temer, falando da carga horária de trabalho que hoje nós temos no Brasil, de 44 horas, citando que, em muitos países – aí falou da França – são 80 horas de trabalho semanais.

Primeiro, é falsa essa argumentação. Na França, está havendo mobilizações e protestos, e creio que os movimentos sociais vão ter uma vitória, porque aumentaram, lá, Reguffe, para 60 horas, mas em casos excepcionais, em que a empresa esteja falindo, em que tenha acompanhamento da Justiça do trabalho, e você tem direito a hora extra, quando for acima de 35 horas. Mas isso vai cair, porque a quantidade de protesto contra é uma coisa enorme. Mas o Presidente da CNI falou em 80 horas. Eu estou muito impressionado com a sede desse pessoal, em cima de retirada de direitos.

O Ministro Eliseu Padilha já falou que é prioridade para eles o projeto da terceirização e o projeto de colocar o negociado na frente do legislado. A terceirização significa, na verdade, redução de salários. Estou

aqui com alguns números, para passar logo depois para V. Exª. Olha só isso aqui: primeiro, os terceirizados recebem 24,7% a menos do que um trabalhador da mesma categoria. Ele fala que a remuneração média dos profissionais terceirizados foi de R$1.776; os contratados pela CLT, R$2.300. Os terceirizados trabalham três horas a mais, têm uma jornada maior. Rotatividade maior: enquanto a permanência no trabalho é de 5,8 anos para os trabalhadores diretos, para os terceirizados é de 2,7 anos. A rotatividade é alta: 64,4% contra 33% dos que são contratados pela CLT.

Acidentes no trabalho. Nós estamos com números, aqui, de 2011: de 79 mortes ocorridas em 2011 – de acidentes de trabalho –, 61 foram de trabalhadores de empresas terceirizadas. E eles querem aprovar isso. A nossa sorte, novamente, é que o nosso Relator aqui é o Senador Paulo Paim. Isso já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e é prioridade do Governo Michel Temer.

O negociado na frente do legislado é rasgar a CLT, passar por cima da CLT. Quem não tem sindicato forte, organizado, vai perder muito. Vale mencionar também – não é frase minha, saiu na imprensa – a posição do Vice-Presidente da Fiesp Benjamin Steinbruch, que chegou a falar, Senador Reguffe... Nós estamos vendo essas pérolas: CNI falando de 80 horas, o Vice-Presidente da Fiesp Benjamin Steinbruch falou em redução do horário de almoço, para 15 minutos.

Eu escrevi, nesse final de semana, um artigo com o sociólogo Marcelo Zero. Antes, nós já tínhamos falado que o Governo Temer quer rasgar o legado do Lula, do Ulysses Guimarães e de Getúlio Vargas. Está querendo rasgar a CLT. Nesse final de semana, com essa proposta de 80 horas, nós dissemos: eles querem rasgar o legado da Princesa Isabel também, porque é uma proposta de escravização dos trabalhadores brasileiros.

Concedo um aparte ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, V. Exª sabe que já tive a oportunidade de falar aqui... Eu tenho uma convergência com V. Exª no que diz respeito à sua crítica político-monetária, e uma divergência no que diz respeito à política fiscal. Do ponto de vista de política monetária, na minha concepção, nós precisamos reduzir realmente a taxa de juros no Brasil. Nós temos a maior taxa de juros real do mundo. Não tem cabimento que o Brasil tenha a maior taxa de juros real do mundo e o segundo maior *spread* – que é a diferença entre o que o banco empresta e o que o banco capta de recursos – do mundo também, só atrás de Madagascar. Então, eu considero que é importante reduzir a taxa de juros. Quando se reduz a taxa de juros, você incentiva as pessoas a empreender, a gerar emprego, a gerar renda. Se a taxa de juros está alta, a pessoa deixa o dinheiro no banco, e aquele dinheiro aplicado rende X; se a taxa de juros cai, isso incentiva aquela pessoa a que retire o seu dinheiro do banco e abra um empreendimento, abra um negócio, gere emprego, gere renda e ajude a movimentar a economia. Então, é importante para o País que a taxa de juros caia. O problema é que a taxa de juros não pode cair por decreto. Se ela cair por decreto, ela tem um impacto na inflação; e a inflação, no ponto futuro, aumenta os preços. É o pior dos impostos, principalmente para as pessoas mais humildes. Então, para reduzir a taxa de juros de forma sustentável, é importante que se reduza também os gastos públicos. Reduzindo os gastos públicos, nós conseguimos reduzir a taxa de juros de forma sustentável, para que haja todo esse círculo virtuoso que eu acabei de descrever aqui. Claro que V. Exª – que eu já conheço – vai dizer que nós não temos inflação de demanda, que a inflação brasileira não é de demanda. Agora, no primeiro governo da Presidente Dilma, ela reduziu a taxa de juros por decreto. E nós tivemos uma inflação, nós tivemos um impacto inflacionário que o Brasil inteiro acompanhou, completando, no ano passado, 10,67% no IPCA, ou seja, mais do que o dobro da meta prevista pelo governo. Então, do ponto de vista de política monetária, eu considero que nós precisamos, sim, reduzir a taxa de juros. É difícil você ter uma capacidade de investimento de um país com a taxa de juros que o Brasil tem. Então nós precisamos, sim, reduzir a taxa de juros; agora, de forma sustentável. Do ponto de vista de política fiscal, na minha concepção... E aí eu tenho uma divergência de V. Exª, de forma respeitosa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Na minha concepção, um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso para mim é princípio. Quando um governo gasta mais do que arrecada, alguém vai ter que pagar isso num ponto futuro. E quem é que paga isso num ponto futuro? É o contribuinte, com aumento de impostos. E é esse contribuinte que eu represento no meu mandato. Então, é pensando nesse contribuinte que eu analiso a situação. Claro que ninguém gosta... É muito mais fácil você gastar do que você cortar; é muito mais fácil. Agora, do mesmo jeito que, na casa de qualquer um, a pessoa tem que estimar suas despesas dentro do que a pessoa tem de receita, um governo também tem que agir assim. Um governo sério tem que gastar e colocar suas despesas dentro do que ele tem de receita. Pelo menos é a minha opinião; claro que cada um tem a sua, mas é a minha opinião. Na minha concepção, o governo não pode gastar mais do que arrecada, porque, quando gasta mais do que arrecada, quem paga isso, num ponto futuro, é o contribuinte. E aí eu já falei aqui, Senador Lindbergh; falei no governo Dilma, e o mesmo vale agora para o Governo Temer,

porque a minha posição é uma só. Eu sou coerente e eu defendo o que eu acredito. Do mesmo jeito que eu falei aqui que votaria contra qualquer aumento de impostos que penalizasse o pobre ou a classe média, no governo Dilma, do mesmo jeito eu falo agora: para qualquer aumento de impostos que for votado nesta Casa que penalize o pobre ou a classe média, meu voto será contrário aqui nesta Casa. Agora no Governo Temer também, porque você não pode fazer o contribuinte pagar o preço pelas ineficiências, irresponsabilidades e/ou incompetências de um governo. Na minha concepção, o governo tem que fazer as suas despesas dentro do que ele tem de receitas, e não gastar, gastar, gastar e depois ir ao contribuinte e aumentar impostos para ele. Acho que isso não é sério, isso não é correto, e o meu mandato, aqui, representa esse contribuinte; é a quem o meu mandato serve. Com relação – peço desculpa por me estender...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, de jeito nenhum.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Com relação ao ponto que V. Exª coloca, da possível desvinculação do salário do aposentado ao salário mínimo, que vai permitir – caso seja colocado em prática – que um aposentado ganhe menos do que um salário mínimo, isso vai ter o meu voto contrário. Eu acho isso um absurdo. Acho que isso não colabora para o País que nós queremos, que deve ser um País menos desigual, com um Estado mais eficiente, mas que tenha um mínimo de justiça social, e isso não colabora para que nós tenhamos um País com justiça social. Então, o meu voto aqui vai ser contrário. Eu acho que não é aí que você tem que fazer o ajuste. Na minha concepção, o Governo deveria fazer o ajuste reduzindo a sua máquina, que infelizmente, no Brasil, é extremamente gorda e extremamente pesada. E há uma série de pontos em que nós podemos reduzi-la, para o bem da eficiência de gestão e para que o Governo possa contemplar o seu papel. O Governo, hoje, gasta muito com as atividades meio do Estado e pouco com as atividades fim. Então, o Governo precisa gastar menos com a sua máquina, para poder gastar mais com educação, saúde, segurança, e devolver bons serviços públicos nessas três áreas, porque é para isso que o Estado existe, para atender principalmente a esses serviços públicos essenciais de que a população precisa e que hoje, infelizmente, não vêm sendo devolvidos, de forma devida, pelo Estado brasileiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Reguffe, primeiro, quero agradecer o aparte. É um prazer fazer esse debate aqui, que é um debate importante, e que nós o façamos com altíssimo nível, com argumentos.

Na verdade, a discussão de se arrecadar mais do que se gasta serve para o orçamento familiar. Para um País, essa lei é de difícil aplicação, principalmente em momentos de crise. Para V. Exª ter ideia, nesse momento de crise em que nós vivemos, são poucos os países que praticam superávit. A Alemanha é um, mas são pouquíssimos. E para se fazer o superávit ou equilibrar – não haver déficit –... Por exemplo: neste ano, se nós quiséssemos gastar o que arrecadamos, nós teríamos que parar hospital, parar universidade, parar tudo. Não é o caso.

V. Exª veja... Agora, um primeiro-ministro canadense foi eleito. Chama-se Justin Trudeau. É um cara que está fazendo um trabalho, no Canadá, fantástico. Primeiro, nomeou mulheres para metade dos ministérios. Perguntaram a ele por quê, e ele disse: "Porque estamos no século XXI.". Ele tem feito medidas ousadas, nas mais diversas áreas. Está combatendo aquela política de guerra às drogas... Pois bem. Ele, lá, disse o seguinte: "Está havendo desaceleração econômica. Eu vou fazer déficit por três anos, para recuperar a economia. E depois eu faço superávit."

V. Exª sabe que o governo do Presidente Lula, com respeito à responsabilidade fiscal – para não ficar parecendo que nós, do PT, não temos apego à responsabilidade fiscal –, pegou a dívida líquida de Fernando Henrique em 60% do PIB. Caiu para 34%. Mas caiu por quê? Porque havia crescimento econômico e, no momento do crescimento econômico, fez muitos superávits.

Agora, em momentos de recessão econômica, às vezes o Estado tem que gastar mais, para a economia reagir. Se você faz um ajuste fiscal, no meio de um cenário de recessão econômica, você aprofunda o ajuste. É onde entra a discussão, aqui, da questão fiscal.

Em 2014, nós tivemos um déficit. Sabe de quanto foi o déficit nominal? De 6,7% do PIB. Sabe qual foi a parte de gastos primários, com educação, com saúde, com Previdência, com tudo isso? O déficit foi de 0,6%. E 6,1% foram para pagamento de juros. No ano passado, o déficit foi acima de dez. Sabe qual foi a parte do primário? Foi 1,5% de déficit primário. Foram 8,5% para o pagamento de juros. O que me incomoda nesse debate do País, aqui, é que, quanto à questão dos juros, Senador Reguffe, eles deixam de lado. Então, ele está propondo agora a limitação aos gastos primários de acordo com a inflação.

Eu já falei para V. Exª que isso vai destruir a saúde pública brasileira, a educação pública brasileira, porque, se esse projeto existisse há dez anos – de 2006 a 2015 –, o Orçamento da educação, que foi de R$102 bilhões, seria de R$65; o da educação, que foi R$103 bilhões, seria de R$31 bilhões! Então, nós vamos ter, para

o futuro, uma perda de recurso para a educação e para a saúde gigantesca.

Outra coisa: por que colocar isso na Constituição? Não existe país no mundo com limitação de gasto primário na Constituição. Outra coisa: a população vai crescer. Então, ele está desvinculando da receita para vincular à inflação. Aí eu pergunto: os juros eles deixam livres; eles deixam livres. Então, o que vai acontecer a médio prazo é o seguinte: primeiro, vai sobrar dinheiro para pagar juros, superávit primário, e depois apertam todas as receitas e dividem o que sobrar. É essa a preocupação que eu tenho.

Mas escuto V. Exª novamente, porque eu ainda vou entrar na questão dos juros com a inflação.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, eu já falei aqui – V. Exª sabe – que eu, por exemplo, votei favoravelmente ao aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...dos bancos. Eu sei disso.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ...para que os bancos paguem mais impostos. Na minha concepção, nós precisamos aumentar a tributação nos bancos e diminuir no assalariado. Não basta aumentar nos bancos. Então, votei aqui favoravelmente ao aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos. Com relação a juros, para cada 1% a menos na taxa de juros, o Governo economiza, em juros da dívida pública, R$17 bilhões por ano.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É verdade.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Há uma economia de R$17 bilhões por ano, com os juros que nós temos hoje. Então, se o Governo quiser fazer economia, é por aí que o Governo deve agir: reduzindo a taxa de juros, pois, para cada 1% a menos, são R$17 bilhões que o Governo economiza. Agora, para reduzir as taxas de juros – aí eu tenho que insistir –, nós precisamos também reduzir os gastos públicos, a fim de que possamos fazer uma redução da taxa de juros de forma sustentável e, assim, não dar um impacto na inflação, que vai prejudicar o mais humilde, porque, quando a inflação vem, prejudica aquele mais humilde, porque esse não tem como proteger o seu salário, proteger os seus recursos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Então, do ponto de vista de política monetária, eu tenho plena convergência com V. Exª. Agora, do ponto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª tem razão nessa questão fiscal. Eu queria até falar sobre o Governo Temer. Por exemplo: ele fez a negociação com os Governadores, que foi de R$50 bilhões. E está fazendo várias outras negociações, aí, para manter esse presidencialismo de coalizão.

Agora, eu não concordo, Reguffe, em você querer fazer o ajuste fiscal diminuindo recursos da educação, diminuindo recursos da saúde, penalizando o mais pobre, o aposentado que recebe o salário mínimo. Fazer ajustes internos? Tudo bem, o.k. Mas o que estão fazendo e o que estão propondo é fazer um ajuste em cima... Volto a dizer: não tem nada para o andar de cima. Quem precisa de saúde pública? Quem precisa de saúde pública é a pessoa mais pobre, que está na ponta. Então, vai tudo em cima desses.

A Senadora Ana Amélia até falou, um dia, de um panfleto da CUT. Fica parecendo, para quem está de fora, que "esse pessoal do PT está fazendo terrorismo". Não é terrorismo; são propostas objetivas. Não é, Senadora Ana Amélia? São propostas objetivas. E eu tenho certeza de que, como é sua prática aqui, apesar de termos posições diferentes, a Senadora Ana Amélia nunca vai votar contra trabalhador, contra direitos conquistados. Tenho certeza disso. Então, não vai ser fácil eles passarem aqui.

O que eu estou querendo dizer aqui, em resumo, para devolver novamente a palavra a V. Exª, é que há um pacote em cima do mais pobre. Eu acharei um absurdo se este Senado aprovar essa PEC que limita gastos de acordo com a inflação, desvinculando o que está garantido nas receitas constitucionais, porque hoje a Constituição garante que 18% do que arrecada a União têm que ser investidos em educação, assim como 25% do que arrecada o Estado, e que 25% sejam investidos na saúde...

Está ali o nosso amigo Senador Cristovam Buarque, com quem tenho discutido muito esse tema aqui. Temos sempre participado de um belo debate aqui com o Senador Cristovam, que sabe que temos um grande respeito por suas posições, pela sua história.

Em relação aos juros, sei que não dá para baixá-los por decreto. Agora, veja bem, não é correto afirmarmos que essa inflação que nós tivemos se deu porque houve a diminuição da taxa de juros em 2012. Com a diminuição da taxa de juros em 2012, nós chegamos a um limite de juros reais de 2%. Eu acho isso um feito do governo da Presidenta Dilma, que, infelizmente... Naquele momento, a inflação não superou o teto. Nós tivemos uma inflação de 10% agora, em janeiro ou fevereiro de 2015, mas decorrente do choque de tarifas.

Essas são minhas posições diferentes, que o Senador Cristovam conhece, das posições dos economistas

liberais. Tanto houve choque de tarifas na Argentina do Macri, quanto o Levy, que é um liberal típico... Você pode até discordar do que a Dilma fez, segurando preço de energia elétrica e preço de gasolina, mas o que fez um liberal típico ao assumir o Ministério da Fazenda? Soltou de uma vez. Na minha opinião, aquele processo poderia ter sido gradual, o que não teria trazido desgaste político à Presidenta Dilma. E o que o Banco Central aproveitou para fazer? Aumentou a taxa de juros.

Encerro, para passar a palavra para V. Exª, dizendo que, na minha convicção, o debate sobre juros no País não obedece a critérios técnicos de combate à inflação, porque todo mundo... Os juros hoje são juros negativos. Banco Central Europeu, juros negativos; FED, taxa de juros de 0,5% – com inflação, juros negativos –; Japão, a mesma coisa. Por que essa nossa aqui desse jeito, se a nossa dívida, em comparação com a internacional, também não é das maiores? Sei que está subindo, que nós estamos numa trajetória ruim.

Na minha avaliação, há outro problema. Este é o único país em que os títulos da dívida pública são vinculados à taxa Selic. A taxa Selic é a que servia para controlar a inflação, principalmente a inflação de demanda, porque preços administrados ela não consegue controlar. Então, para mim há um problema: há muita gente que ganha dinheiro com esses títulos da dívida pública – não estou falando de pouca coisa, mas de R$500 bilhões, mais ou menos, por ano – que se incomoda quando essa taxa Selic baixa. E há um grande consórcio político envolvendo o sistema financeiro, os maiores empresários do País.

Uma matéria no jornal *Valor Econômico* que saiu há algum tempo, Senador Cristovam, dizia que as 250 maiores empresas do País hoje também têm seu departamento de planejamento financeiro. E você fica ali entre investir na produção e investir em títulos da dívida pública. Então, para mim existe um grande consórcio nacional, um bloco de poder fortíssimo, com influência nos meios digitais e tudo mais, em relação a essa coisa da taxa de juros. Então, na minha avaliação, isso causa uma desfuncionalidade do sistema, uma distorção gigantesca.

O Bernie Sanders foi candidato nos Estados Unidos, combatendo Wall Street. Eu diria que o nosso Wall Street do Bernie Sanders significaria discutirmos a fundo o que significa o rentismo e essas políticas do Banco Central.

Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, na minha concepção, temos de separar duas coisas aí. Primeiro, a proposta que limita os gastos públicos. Sou favorável a essa, porque, conforme falei aqui, e V. Exª sabe, na minha concepção, o Governo não pode gastar mais do que arrecada. Precisamos ter responsabilidade fiscal. Isso é algo positivo. Isso não é algo negativo. Às vezes, a responsabilidade fiscal é colocada como se fosse algo negativo. Não. É o cumprimento rigoroso da Lei de Responsabilidade Fiscal que vai fazer sobrar dinheiro para a educação, para a saúde, para que o Governo possa investir mais nessas áreas. Aí, eu tenho uma divergência de V. Exª. Agora, quanto à desvinculação de receitas, nós pensamos de modo igual. Pelo menos, sou coerente com o que sempre pensei: eu era contra a desvinculação de receitas no governo Dilma e continuo sendo contra no Governo Temer. Eu era Deputado Federal e votei contra a DRU (Desvinculação de Receitas da União). Por quê? Porque eu acho que o Governo tem de gastar mais nas atividades-fim do Estado e menos nas atividades-meio do Estado. É preciso gastar mais em educação, mais em saúde, mais em segurança. A Constituição Federal fala num percentual mínimo de gastos nas áreas de educação e de saúde. Para o Governo gastar mais nas áreas de educação e saúde, não é preciso desvincular as receitas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – É só o Governo gastar mais. Agora, por que a desvinculação de receitas? É para o Governo gastar menos nessas áreas, porque aí ele dribla esse percentual mínimo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É verdade.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – E, aí, ele passa a gastar menos nessas áreas. Por isso, sou contra a desvinculação de receitas. Eu quero que o Governo gaste menos com a sua máquina e mais com educação e com saúde. É preciso ter um limite global para os gastos públicos, para que o Governo não seja irresponsável e gaste, gaste, gaste, e, depois, queira ir em cima do contribuinte com aumento de impostos. É preciso haver um limite global para os gastos públicos. Agora, o Governo, dentro do Orçamento, dentro do que tem para gastar, tem de gastar menos com as atividades-meio do Estado, menos com a sua máquina e gastar mais com educação, com saúde e com segurança.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu concordo plenamente, Senador Reguffe. Veja só, hoje o que acontece? Dentro dessa PEC que limita os gastos com a inflação, está a desvinculação de receitas para a educação e para a saúde. Ela só pode ser limitada pela inflação se houver desvinculação. Hoje, não é. Hoje, o limite é a receita, e, quando há crescimento econômico, a receita cresce muito mais do que a inflação.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Por isso, precisa separar: uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra

coisa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas aí eu concordo com V. Exª, porque, caso se tire a desvinculação, na verdade, o limite não vai ser a inflação. Mantém-se a coisa da receita. Hoje, é uma coisa só. Só quero que V. Exª entenda que hoje está tudo junto. Só há uma forma de se limitar com a inflação: desvinculando-se.

Eu acho, sinceramente, que, com educação e saúde, tínhamos que ter esse compromisso aqui, porque a população está crescendo... Alguém acha que a saúde pública no Brasil é boa? Não é boa. É um sofrimento, com filas enormes para cirurgias.

Eles querem reduzir o percentual da receita. Isso é muito grave. Por isso, é importante debatermos. Em cima disso, Senador Reguffe, podemos tentar construir uma frente aqui de Parlamentares que tenham uma preocupação com a questão fiscal, como V. Exª.

Hoje, inclusive, eu vi um economista liberal, Aloísio Araújo, lá no jornal *Valor Econômico*, que defende todas as posições, defende reforma da Previdência, defende tudo isso, mas está preocupado com o impacto disso na educação e na saúde. Ou seja, trata-se de gente com uma posição oposta à minha, digamos, nesse debate econômico. Eu gosto, defendo políticas anticíclicas, reivindico muito posições keynesianas, mas eu tenho visto também gente com posições liberais firmes, mas que, nesse caso – é só fazer conta –, fica preocupada com o impacto na educação e na saúde.

Eu agradeço a V. Exª. Fizemos um bom debate. Esse é o debate que deve existir. Agora, quero chamar a atenção de V. Exª: afastaram a Presidenta Dilma alegando falta de responsabilidade fiscal por parte dela. A Dilma fez um déficit de 5 bilhões em quatro meses (janeiro, fevereiro, março e abril). Eles botaram 165 bilhões para depois, para os oito meses depois. E não há história. Para o déficit da LDO do próximo ano – eles tentaram vender como 139 bilhões –, 194 bilhões. Então, eu tenho dito aqui que é uma coisa, no mínimo, estranha. Eles afastaram Dilma por um motivo e estão fazendo uma coisa completamente diferente.

E volto a dizer: eles falam de reforma da Previdência, de atingir os mais pobres, tirar dinheiro da educação e da saúde, mas, para manter esse presidencialismo de coalizão, há dinheiro. Para fazer as negociações com Parlamentares, nas emendas parlamentares, não mexem, e negociação com governador avança. Então, aqui há uma discussão também: que tipo de ajuste? Eu acho esse debate muito válido e acho que tem tudo a ver com V. Exª.

V. Exª falou muito de área meio, e eu concordo. Quando se faz um aperto de área meio, é uma coisa; quando se faz na área fim... E, quando eu falo de plano de austeridade e saúde, sabemos que a nossa população está envelhecendo. Então, fazer uma limitação ao crescimento real de gastos, mesmo se o País estiver crescendo, é uma maldade sem fim.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, só minha última intervenção aqui, até porque eu vou assumir a Presidência, para que a Senadora Ana Amélia possa também fazer um aparte a V. Exª. Com relação ao loteamento do Governo, isso eu criticava muito no governo Dilma e continuo criticando no Governo Temer. Isso que eles chamam de presidencialismo de coalizão é um outro nome que se deu para um fisiologismo explícito que há neste País. Precisa ser experimentado um novo tipo de administração pública que leve em consideração o mérito, que leve em consideração um sistema de metas e resultados, que não se preocupe apenas em quantos votos aquilo vai dar no Congresso, uma nomeação vai dar no Congresso. Eu quero ver quem é mais preparado para devolver um serviço ao contribuinte brasileiro em cada área. Eu não quero saber quantos votos aquela indicação vai dar no Congresso Nacional. Pelo menos eu não acho que isso é o que o contribuinte brasileiro gostaria de ver. E esse presidencialismo de coalizão, que, na verdade, é um governo do fisiologismo explícito, foi assim no governo Dilma e está sendo assim no Governo Temer. E eu sempre vou defender o que eu acredito. Acho que tanto um governo quanto o outro não fizeram o que o cidadão brasileiro, aquele que paga impostos, gostaria de ver no Estado brasileiro, que é um governo eficiente e um governo que seja voltado para atender ao contribuinte, devolvendo serviços públicos de qualidade, e não simplesmente para fazer máquina político-partidária dentro do Estado brasileiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Reguffe, eu agradeço novamente o aparte.

Eu quero dizer o seguinte: que a situação do Temer é diferente da Dilma. A Dilma sofreu até um *impeachment* por parte deste Congresso Nacional. Dilma, nessa costura, digamos assim, não teve o mesmo desembaraço que o pessoal do Temer.

Eu digo que podem criticar o PT e a gente por tudo, mas uma coisa que ninguém tira é que, nesse período de 13 anos, houve um processo grande de inclusão social e os mais pobres, os trabalhadores deste País ganharam. O filho do trabalhador, o negro, o morador da periferia hoje, pela política de cotas, conseguem entrar numa universidade pública.

É claro que faltam muitas coisas, mas devo dizer que estamos entrando em outra quadra. Tivemos a nossa quadra de inclusão social. Cometemos erros, sim, e temos de falar dos erros, sim. Agora, o que vem aí é uma quadra deste Governo interino que quer desfazer todas essas conquistas. Eu não exagero quando digo que estão acabando com o legado do Lula e do Ulysses Guimarães, porque Ulysses Guimarães colocou, como Capítulo II da Constituição, os direitos sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, permita-me interrompê-lo, pois as visitas são muito rápidas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São jovens estudantes – e V. Exª foi Presidente da UNE, Senador Lindbergh Farias – do Centro de Ensino Médio 111 do Recanto das Emas, uma das cidades-satélites do Distrito Federal. Sejam bem-vindos, professores e orientadores, todos os alunos e alunas.

O Senador Lindbergh Farias, que é do PT, Líder da Minoria nesta Casa, continuará falando. Eu vou sair da Presidência para fazer um aparte a ele.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu, inclusive, falo que estão tentando acabar com o legado do Lula, do Ulysses Guimarães e do Getúlio Vargas.

Eu queria, Senador Reguffe, trazer aqui o que aconteceu, porque, desde a Constituinte de 1988, argumentam que a Constituição não cabe no Orçamento. Eu queria trazer aqui uma história, um discurso do Ulysses Guimarães, porque, ao final da Constituinte, em 1988, Sarney convocou uma cadeia nacional de rádio e televisão para alertar o País sobre o perigo de uma explosão brutal de gastos públicos. Ele disse que o País ia ficar ingovernável. Sabe o que o Ulysses respondeu? Ele tomou a palavra e disse:

> Srs. Constituintes, a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade. A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis. [...] A injustiça social é a negação [do Governo] e a condenação do governo.

O Dr. Ulysses Guimarães não só foi muito feliz naquele processo de Constituinte, nos direitos e garantias individuais e coletivos, mas nos direitos sociais. A grande obra, nos direitos sociais, foi transformar saúde e educação em direitos universais. Para isso, eles fizeram a vinculação constitucional. É justamente com isso que este Governo interino do Presidente Michel Temer quer acabar, com as vinculações constitucionais de educação e saúde que, a meu ver, significam rasgar a Constituição cidadã.

Eu passo a palavra à Senadora Ana Amélia, que pediu um aparte.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Lindbergh, eu acho que o grande problema do atual Presidente Michel Temer é que, se o João Santana não estivesse preso, ele devia contratá-lo para fazer uma comunicação melhor. Não é provocação, é apenas porque entendo que o Governo está errando na comunicação. Eu queria dizer também que é bom ter cuidado, porque o Presidente Lula tem conversado com algumas pessoas. A informação é de que ele está elogiando o Governo Temer, a política econômica do Governo Temer...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Essas informações são erradas.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... falando mal da sua antecessora e pupila. O senhor está voltando à narrativa que foi repetida aqui na sexta-feira, num debate muito interessante. Até gostei quando o Senador Aloysio disse que estava feliz com o fato de o senhor ter se convertido à Lei de Responsabilidade Fiscal. No fundo, é isto que o Senador Reguffe aqui falou: gasta-se muito mais do que você é capaz de fazer, sem cuidar da qualidade do gasto. Gastar mais em benefício da ponta é ótimo! Gastar mais em prejuízo da ponta é péssimo, porque não tem qualidade o gasto. A narrativa é a mesma, Senador, que V. Exª usou. Qual é? A da desvinculação do salário mínimo com a aposentadoria. Em 2011, quem fez, por decreto, a definição de salário mínimo foi a Dilma. Aí ela tirou o reajuste que era com paridade com o salário mínimo para quem está na ativa. Foi ela que o fez.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Como, Senadora?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Dilma fez em 2011 isso, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O que, Senadora?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa desvinculação. O salário mínimo é reajustado de acordo com a inflação para quem está na ativa. O reajuste do aposentado não é o mesmo reajuste que recebe quem está na ativa, Senador. Foi a Dilma que aplicou isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora está

enganada. Vou explicar isso a V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por isso, hoje, 70% dos aposentados, Senador, estão recebendo o equivalente a um salário mínimo. Mesmo tendo contribuído com cinco, três, dois ou quatro salários mínimos, ele está recebendo um salário mínimo. À medida que vai passando o tempo, por defasagem entre dois índices de reajuste – um maior para quem está na ativa e um menor para quem está na inatividade ou aposentado –, isso vai levar à redução do seu poder aquisitivo. Vai cair também o poder aquisitivo. Por isso, os aposentados tanto clamaram, tanto pediram para acabar com o fator previdenciário, que incidia uma vez na hora da aposentadoria. Ele foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso, e o PT ficou 13 anos no poder e não tirou o fator previdenciário, Senador. Quer dizer, vamos ter um pouco mais de lógica. Quanto a essa questão do auxílio-doença, V. Exª disse uma frase que fica boa se for verdade, se V. Exª está dizendo o que pensa e pratica. "Eu também sou favorável ao combate à fraude", essa foi a frase de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por que Temer botou 12,5% de aumento no Bolsa Família, que é a menina dos olhos do governo do Presidente Lula? Por quê? Está combatendo as fraudes. Políticos e empresários estavam recebendo Bolsa Família.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Já deu tempo de, nessa rapidez, fazer isso?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Havia fraude nisso, como há fraude na distribuição de terras para pessoas que nada têm a ver com isso, mas que estão recebendo milhares de hectares de terras. Tudo isso se dá por falta de controle do gasto e da qualidade do serviço. E há muita gente, Senador Lindbergh, recebendo, sem necessidade, o auxílio-doença. Isso prejudica quem está precisando do auxílio-doença e não o tem pela limitação. Esse é o problema. É preciso enxergar a realidade de uma gestão perdulária, perdulária! E aí o que a gente vê? Agora há pouco, uma Senadora saiu da tribuna dizendo: "Vem a Cide. Ele quer aumentar imposto." Dilma foi à Câmara dos Deputados. V. Exª estava lá, eu estava lá, nós estávamos lá. Eu não vaiei a Dilma, não a vaiei, não. Acho que é uma deselegância vaiar a Presidente dentro do Congresso Nacional. Mas ela foi à Câmara levando a mensagem presidencial da proposta do Plano Plurianual. Ela, pessoalmente, veio trazê-la aqui, para tentar ter uma nova convivência, uma nova relação com o Congresso. E o que ela propôs? A volta da CPMF! Ela propôs a volta da CPMF! Convenhamos que temos de ter clareza e honestidade na pregação, Senador. Temos de ter honestidade na pregação. V. Exª não é desonesto. Eu tenho um grande respeito por V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu também.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas estou convencida de que essa repetição de que vai tirar direitos e de que vai fazer isso ou aquilo é uma tentativa de se dar um carimbo no que está pretendendo. Eu não acredito nisso. V. Exª, inclusive, na sexta-feira, pegou a Constituição para falar sobre o salário mínimo, sobre o décimo-terceiro, sobre os 40% de indenização quando da demissão sem justa causa e para dizer das cláusulas pétreas. Senador, cláusula pétrea, para mim, é o convencimento de um direito sagrado que não precisa estar na Constituição para a gente respeitar para o resto da vida, por toda a eternidade. Podem não ser cláusulas pétreas da Constituição o salário mínimo, o décimo-terceiro salário e as férias. Podem não estar na Constituição, mas estão na consciência e na responsabilidade de qualquer governante sério deste País. Não penso que Michel Temer vá ter a irresponsabilidade de mexer nestes direitos, nos 40% de indenização para quem for demitido sem justa causa, no décimo-terceiro salário, nas férias remuneradas, no salário mínimo assegurado. Senador, o senhor fala que ele vai tirar tudo isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não estou falando que é tudo isso.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso não está no nível e na seriedade do seu desempenho nesta Casa, na forma de agir e na forma de debater as questões econômicas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, V. Exª não está querendo enxergar a realidade. Essas medidas de que estou falando aqui não são terrorismo. São medidas anunciadas pelo Presidente Michel Temer. A senhora vai ficar numa sinuca de bico, porque a senhora quer, ao mesmo tempo, defender o Governo Michel Temer e dizer que não é contra os direitos de trabalhadores.

Deixe-me só concluir o raciocínio e dou novamente a palavra a V. Exª.

V. Exª, na reunião passada, disse que os direitos sociais eram cláusulas pétreas. Eu mostrei que cláusula é uma coisa. O que está art. 5º da Constituição não são cláusulas pétreas.

V. Exª aqui diz o seguinte: "Ah, não! A aposentadoria não é vinculada ao salário mínimo por que foi a

Dilma que em 2011..." Não, Senadora Ana Amélia. Eu era Deputado aqui. Uma reforma da Previdência feita por Fernando Henrique Cardoso acabou com a desvinculação do salário mínimo no reajuste de aposentados. Ficou o quê? O salário mínimo. Hoje, só há uma vinculação: o salário mínimo para quem recebe um salário mínimo, que é o menor pagamento. Então, V. Exª confundiu e falou da Dilma em 2011. V. Exª pode procurar. Eu era Deputado. Na verdade, quem acabou com a desvinculação para todos foi o Governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 1998, no primeiro ano de Fernando Henrique Cardoso.

Aí V. Exª fala de salário mínimo. Quem criou a lei de valorização do salário mínimo? Foi o Presidente Lula, que criou o seguinte critério: inflação do ano mais o crescimento do ano anterior. Sabe o que deu isso? Setenta por cento de reajuste acima da inflação.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É claro! Reconheço isso como um grande valor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora lembra como era no Governo Fernando Henrique Cardoso? Eles diziam o seguinte: é inflacionário, é inflacionário aumentar o salário mínimo. A senhora lembra que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o funcionalismo público ficou oito anos sem receber aumento?

Agora, para devolver a V. Exª: quem está falando em reforma da Previdência, em acabar com a vinculação do salário mínimo no benefício prewnciário? Eu estou inventando?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quem fala de terceirização? Eu estou inventando?

Quem fala do negociado na frente do legislado? Eu estou inventando?

Quem fala da vinculação de gastos com inflação? Eu estou inventando? Não! Isto aqui é um massacre em cima do povo pobre.

E o auxílio-doença? V. Exª falou do auxílio-doença. Combater fraude é uma coisa. A maldade de você cortar o pagamento do benefício no quarto mês é outra coisa. É isso que ele fez. Depois de 120 dias, você corta. A pessoa pode estar morrendo numa cama, mas o benefício está cortado. É justo fazer isso? Não! Isso é maldade de tecnocrata que não tem coragem.

Nós defendemos mesmo a CPMF. Acho que foi um absurdo o Senado, no governo do Presidente Lula, ter acabado com a história da CPMF. Isso eles não falam, porque a Fiesp diz: "Não queremos."

O que a senhora tem a dizer da fala do Presidente da CNI, que chegou a falar de 80 horas de jornada de trabalho, referindo-se à França? São essas as maldades, Senadora! A senhora não está vendo isso?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, o que provoca efeito inflacionário é a corrupção desenfreada, a corrupção sem controle. Veja só: uma das ideólogas do Partido dos Trabalhadores, uma das figuras mais próximas do Presidente, Marilena Chaui, chegou ao ponto de dizer que Sérgio Moro foi ao FBI, nos Estados Unidos, para combater o pré-sal, Senador. Olhe! São essas coisas, Senador, que não dá para entendermos. O que nós temos de ter é um Estado eficiente. Não estou defendendo o Governo de Temer. Tenho de ter compromisso com o Brasil, com o chamado do Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas parece que a senhora não está acreditando, está achando que é mentira nossa quando falamos dessas retiradas de direitos.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que aqui se repete a toda hora...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas é que é verdade, Senadora!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...que nós estamos em um processo de golpe contra a Dilma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É golpe, Senadora!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é golpe, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É golpe, Senadora. A senhora sabe que não tem...

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não é golpe. Então, vou repetir: efeito inflacionário é dado pela corrupção desenfreada, que acabou com a Petrobras, que destruiu a Petrobras.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ela tem de ser combatida. Mas ela começou agora?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Talvez, a D. Marilena tenha sugerido a compra da refinaria obsoleta e sucateada de Pasadena, nos Estados Unidos, para aumentar ainda o rombo da Petrobras. O pré-sal não é contaminado pelo interesse neoliberal ou não sei o quê da direita ou

da esquerda. Simplesmente há a inviabilidade de a Petrobras hoje fazer os investimentos necessários nesse grande projeto, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora acredita nisso mesmo? A senhora acredita nisso, Senadora?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, temos de botar os pingos nos is, Senador. Eu respeito muito o senhor, mas estou...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora, vamos lá, vamos falar de corrupção na Petrobras e de outras coisas.

Os senhores desenvolveram o argumento...

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dos outros partidos, dos partidos que estão nisso! Eu estou fora! Todos têm de ser punidos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não estou falando disso, não. Eu estou falando aqui, Senadora Ana Amélia, que havia uma narrativa no começo de que o problema da corrupção era o PT. Essa narrativa se desfez depois do que apareceu para tudo que é lado aqui. E, na Petrobras, a gente ouviu Cerveró falando sabe de quê? Da cifra de US$100 milhões de pagamentos a tucanos – este caso, sim, é o maior caso de corrupção da história – em uma refinaria argentina.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem de pagar, Senador!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, Senadora...

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem de ser punido exemplarmente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não vou passar a mão no erro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas fale de Fernando Henrique também. Eu queria que a senhora falasse, porque o Cerveró falou do filho de Fernando Henrique Cardoso.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas nós já falamos aqui. Eu só queria que o senhor...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu só queria falar. A senhora falou. Agora é minha vez de falar.

A narrativa é relativa ao PT! Mas Paulo Francis morreu denunciando o que existia na Petrobras naquela época.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Injustamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente! Falava de corrupção naquela época. Agora, aparece Cerveró falando do filho de Fernando Henrique. E aí? Cadê a narrativa? Cadê a narrativa que existia?

Eu só quero dizer isso aqui, Senadora Ana Amélia, porque foi muito fácil, foi um período aqui que a gente só escutava. Agora, a gente está vendo que é necessário aqui o seguinte: quem entrou em corrupção, quem desviou recurso tem de ser preso. Agora, a demonstração é a seguinte: este nosso sistema político de financiamento empresarial está falido, envolveu todos os partidos. Todos os partidos têm de fazer sua autocrítica.

Então, não me venha só com essa narrativa! Aqui mudou o discurso! Antigamente, era PT, PT, PT! Calaram-se, porque há muitas denúncias contra o PSDB, contra todos os partidos.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos os partidos, Senador, todos, inclusive o meu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro, mas eu não estou falando nisso.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não vou botar uma venda nos olhos. Não vou botar uma venda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou só falando aqui que este debate tem de ser mais aprofundado.

Agora, com todo o respeito, V. Exª sabe que eu a respeito muito. Nós temos posições diferentes. Mas a senhora é uma Senadora trabalhadora, está aqui de segunda a sexta, batalhando. Agora, acho que a senhora ainda não está vendo o tamanho da desgraça social que vai vir com esse Governo interino de Michel Temer.

Toda vez que falo aqui, parece que a gente está repetindo uma mentira. Não é mentira! Tudo que estou falando é em cima de projetos deles. A medida relativa ao auxílio-doença, volto a dizer, é a medida provisória da morte. Acabar com fraude é uma coisa. Cortar o benefício no quarto mês? E se a pessoa estiver acamada?

Olhe a injustiça! É o ajuste que eles querem.

Sim, e o deficiente e o idoso? O BPC quem recebe é deficiente e idoso. Eles recebem um salário mínimo vinculado ao BPC. Querem acabar com isso. Em cima dos deficientes, dos idosos, das pessoas doentes, dos mais pobres é que estão querendo fazer o ajuste fiscal. Estão querendo fazer o ajuste em cima dos trabalhadores!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não há fraude nisso, não é, Senador?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se há fraude, tem de se combater!

Diga-me aqui: a senhora acha que se vai combater a fraude cortando o benefício de uma pessoa que recebe o auxílio-doença no quarto mês? Não. A pessoa está em Roraima, e, no quarto mês, cortou-se o benefício. Como é que estou combatendo fraude? Esse pobre coitado, que está doente, vai ter dificuldade. A senhora sabe que as perícias demoram de seis meses a um ano. Eles vão fazer uma maldade com ele, para ele sair para o posto do INSS, para demorar a ser atendido. Enquanto isso, ele pode morrer!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os peritos ficaram na mais longa greve – falo dos peritos médicos –, por falta de diálogo com o seu Governo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Que se resolva esse problema! Não faça isso com quem tem o auxílio-doença lá na ponta. É maldade! É visão de tecnocrata, de quem trabalha com números.

Agora, mexer com os juros? Não! Imposto a Fiesp não quer. Agora, o pobre, o trabalhador, esse aí vai ser extremamente penalizado.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, estaremos aqui para evitar qualquer dano...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas a senhora tem de abrir os olhos. A senhora está se iludindo.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...ao trabalhador e aos aposentados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora está se iludindo. Basta ver os discursos.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não estou, não. Estou querendo que se combata a fraude, que não se faça injustiça, como fizeram quando do cadastramento do INSS. O Ministro era o Berzoini. Os velhinhos tinham de ir à Previdência, sem condições de caminhar, para fazer isso, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª falou do INSS. V. Exª sabe que nós informatizamos tudo. Aquelas coisas que existiam, depois de um tempo, foram aperfeiçoadas.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aliás, reconheço isso, porque eu falava com o Ministério da Previdência...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço a V. Exª por reconhecer alguma coisa boa feita no governo do PT.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas olha, Senador, o Bolsa Família. Outra coisa boa que Lula fez foi ter levado o Meirelles para o Banco Central, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aí eu já discordo de V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Outra coisa boa que ele fez foi ter mantido o Pronaf com o mesmo nome e ter ampliado os recursos. Esse programa foi criado por Fernando Henrique Cardoso. Não há nenhum político que tenha seriedade e equilíbrio que não reconheça essas coisas. Agora, no Bolsa Família, foi possível fazer um reajuste graças simplesmente ao corte daquelas coisas erradas que estavam acontecendo, ao se distribuir dinheiro para quem não precisava.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª sabe que não foi feito ainda nenhum tipo de ajuste no Bolsa Família. Esse é um programa que existe com as prefeituras. Para você fazer uma revisão de cadastro, ganha tempo. Ele o fez por uma decisão política, para aumentar ali, talvez fazendo um cálculo político.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor não queria dar mais dinheiro para os pobres?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro! Mas estou querendo dizer que ele não cortou de nada, não. Essa foi uma decisão política, ao tentar falar mais para esse

pessoal, que é um pessoal que tem vinculação com os governos dos Presidentes Lula e Dilma. Foi por isso. Foi um raciocínio político.

Só quero que a senhora saiba que não foi feita nenhuma revisão no cadastro do Bolsa Família, porque não daria tempo nesses poucos meses desse Governo interino.

Eu, sinceramente, penso dessa forma. Acho que este período vai entrar para a história como o período de um golpe parlamentar, para retirarem direitos dos trabalhadores.

Senadora, quando olho para esse período de médio prazo, preocupo-me muito com o povo brasileiro. Agora, penso que vamos conseguir mostrar para o povo brasileiro que fizemos a inclusão social.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E que eles – este Governo – estão querendo acabar com as conquistas que houve nesse período.

Senadores, esse programa do Governo Michel Temer, sinceramente, para mim, da forma como estão fazendo, vai gerar um levante do povo brasileiro. Do jeito que está, acho que, em 2018, vamos ter uma candidatura fortíssima, que é a do Luiz Inácio Lula da Silva.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu já concedi tantos apartes a V. Exª!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só um.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Concedo o último.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só que V. Exª me respondesse o seguinte: por que nós temos 12 milhões de desempregados?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro que respondo. Senadora Ana Amélia, V. Exª sabe que, quando pegamos o governo Fernando Henrique Cardoso, havia 18 milhões de desempregados. E qual o governo que mais fez pela formalização da mão de obra, pela formalização do trabalho? Fomos nós. V. Exª sabe quantos empregos foram criados neste País? Foram criados 24 milhões de empregos com carteira assinada. Esse foi o grande salto. Qual é a lembrança que os Partidos que compõem este Governo – PSDB, DEM, PP, qualquer um desses – têm de ligação do povo com a sua história; do emprego, de melhoria salarial? Nada! Nós tivemos.

É claro que enfrentamos uma crise maior agora, a partir de 2015. E esta crise, que é internacional, foi agravada no País – e disse isto a V. Exª – por erros do Governo. Considero o erro maior terem colocado o Levy, que fez um ajuste fiscal que aumentou o desemprego naquele período. Mas pela oposição. V. Exªs não podem, que eram oposição, dizer que não têm nada a ver com isso. Primeiro, o Senador Aécio Neves não aceitou o resultado da eleição; entrou o Deputado Eduardo Cunha na Presidência da Câmara, que não deixava a Presidenta Dilma votar nada! E V. Exªs aqui, o tempo inteiro... O País está parado há um ano e meio, e V. Exª, Senadora Ana Amélia, quer dizer que a dita oposição, à época, não tinha nada a ver com isso? Claro que tem! É covardia fugirem disso. O País ficou parado por um impasse político, por briga de A contra B, sem pensar no povo brasileiro.

Então, não me venham com essa!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A oposição e a situação têm responsabilidade por este momento em que estamos vivendo.

Quanto tempo ficou, por exemplo, a meta que a Presidenta Dilma mandou para o Congresso Nacional para ser votada? Não deixavam votar. Era só bomba! Eduardo Cunha junto com o PSDB. Era aqui o Aécio Neves dando piti toda semana, e agora eles dizem: "Não tem nada a ver com isso!"

Sinceramente, é preciso, neste momento, encarar os desafios que temos pela frente, mas reconhecer o papel de cada um.

V. Exª sabe que há um cientista social – agora, falhou-me o nome, que citei no meu discurso do *impeachment* – que diz o seguinte: "a democracia é sempre ameaçada quando a oposição não tem um comportamento leal com a Constituição." Foi o que houve nesse período.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador,

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os senhores fizeram de tudo para afastar a Presidenta Dilma.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, não me chame de oposicionista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Como?

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou uma Senadora independente. Não sou oposição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não. A senhora era oposicionista a Dilma e agora é governista.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, senhor. Não sou governista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em relação à Presidente Dilma? Que é isso?!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Se eu fosse oposicionista...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mais oposicionista do que a senhora aqui está difícil, Senadora!

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se eu fosse governista, eu teria indicado Ministros, dirigentes.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não é do feitio de V. Exª Conheço V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não tenha nada, nada!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei disso.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apoiei muitas medidas da Presidente Dilma aqui. Fui Relatora de uma medida provisória.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora, V. Exª fez um trabalho de oposição muito competente. Eu respeito V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Minha oposição é por convicções. Não é uma oposição para falar mal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei disso. Eu não a estou acusando disso, Senadora. Foi um debate com o maior respeito. V. Exª fez um trabalho de oposição muito competente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, só um minutinho.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador Telmário quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Eu mesmo fiz vários apartes a V. Exª, a Senadora Ana Amélia também, o Senador Telmário já está ali, aguardando há um bom tempo.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele deve ter audiência. Vou agradecer ao Senador e vou sair do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – O Senador Telmário está ali, corretamente agoniado para falar, inquieto, porque já está esperando há muito tempo. Como nós temos muitos assuntos para criticar, tanto do Governo Dilma quanto do Governo Temer, este aqui vai ser um debate sem fim.

Eu vou dar alguns minutos para V. Exª poder encerrar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço à Senadora.

Na verdade, eu estava no rumo do meu discurso e não podia ficar negando, Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Eu mesmo pedi vários apartes, falei também, mas agora vou lhe dar alguns minutos para que o Senador Telmário possa também fazer uso da palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu volto a dizer: acho que todos os Senadores têm que pegar as propostas apresentadas pelo Governo Michel Temer e lê-las, estudá-las. Isso aqui não é invenção nossa, não é terrorismo para assustar os trabalhadores brasileiros. É um programa articulado. É o maior plano de retirada de direitos dos trabalhadores da história do País.

Agora, eu queria, para encerrar, Senador Reguffe, ler aqui – como fez a Senadora Gleisi Hoffmann um pronunciamento muito importante sobre o tema – a posição do Procurador do Ministério Público sobre a acusação de que a Presidenta Dilma e outros gestores fizeram operação de crédito no caso das chamadas pedaladas fiscais.

Eu quero aqui ler resumidamente. É uma decisão muito importante, porque, como bem falei no aparte à Senadora Gleisi, o Ministério Público tem exclusividade na atribuição de propor ação penal. É ele quem diz se há crime ou não há crime.

Aqui a gente teve um debate muito grande na Comissão do Impeachment, em que se falou das chamadas pedaladas fiscais, que, no caso, é o Plano Safra. Já ficou claro na Perícia que não há autoria por parte da Presidenta da República. O Plano Safra existe desde 1992, um plano que é gerido por quatro Ministérios, pelo Conselho Monetário Nacional; tem um pagamento automático feito pelo Banco do Brasil. Então, não há

que se falar em crime de responsabilidade, porque não há autoria. Não há crime sem autoria. Pois bem, mas agora vem a decisão do Procurador sobre o caso do BNDES, que, na verdade, é um caso idêntico ao do Plano Safra. Trata-se de subvenção econômica.

O que diz o Procurador, Dr. Ivan Cláudio Marx? Vou ler parte da sua decisão:

> No caso da equalização de taxas devidas ao BNDES referentes ao PSI, não há que se falar em operação de crédito, já que o Tesouro deve aos bancos a diferença da taxa, e não ao mutuário.
> A Lei nº 12.096, de 2009, autorizou a União a conceder subvenção econômica ao BNDES sobre a modalidade de equalização de taxa de juros, cabendo ao Conselho Monetário Nacional definir os grupos beneficiários e as condições necessárias à contratação.
> O BNDES, por meio do PSI, oferece financiamentos a taxas inferiores às praticadas no mercado. Essa diferença de taxas deve ser custeada pelo Tesouro, por meio de repasses ao BNDES. De modo que a taxa de equalização devida pela União é justamente a diferença entre a taxa de juros cobrada no mercado financeiro e a taxa efetivamente paga pelo tomador do crédito.
> No caso, há um simples inadimplemento contratual quando o pagamento não ocorre na data devida, não se tratando de operação de crédito [ora, Senador Telmário, esse era o tema do nosso debate]. Entender de modo diverso transformaria qualquer relação obrigacional da União em operação de crédito dependente de autorização legal, de modo que o sistema resultaria engessado. E essa obviamente não era a intenção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Simplesmente, volto a dizer que a Senadora Gleisi apresentou um requerimento para que haja outra reunião da Comissão de Impeachment, para se escutar a posição do Procurador. Não há crime de responsabilidade feito pela Presidente Dilma. Estão querendo afastar a Presidente por vários outros motivos, por questões políticas, porque há um bocado de Parlamentar aqui com medo da investigação da Lava Jato, mas não porque ela cometeu crime.

Está provado: não existe crime de responsabilidade por parte da Presidenta. Volto a dizer que, sobre as pedaladas, a Perícia diz: "Não há a autoria dela." Para crime, você tem que ter autoria; você não pode condenar ninguém sem autoria.

Já no caso dos três decretos, Presidente Reguffe, a matéria passou por vários órgãos técnicos e por assessorias. Todos os órgãos diziam: "Os decretos são compatíveis com a meta fiscal." A Presidente assina depois de passar por mais de 20 órgãos técnicos. Para ser crime, tem que haver a intenção de se cometer o crime, tem que ter o dolo. Não houve dolo.

Então, infelizmente, o que se está armando aqui, no Senado Federal, é um circo, porque estão querendo tirar uma Presidenta da República num momento em que esse Congresso não tem condições políticas.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está aí o Presidente da Câmara Eduardo Cunha, está aqui a situação dos Parlamentares. Afastar uma Presidenta da República sem crime de responsabilidade...

Eu chamo a atenção dos Senadores: os senhores que vão votar aqui estão escrevendo uma página importante da história do País. Não se enganem. Nós temos esperança de derrotar esse processo na votação do final de agosto, mas, se os senhores votarem pelo afastamento da Presidenta Dilma, não se enganem: isso entrará para a história como um golpe parlamentar; e os Senadores que votarem a favor disso vão entrar para a história como golpistas.

Eu encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, só preocupado com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de um projeto que transfere, no período das Olimpíadas – na verdade, fica até 31 de dezembro –, qualquer ato praticado por agentes das Forças Armadas em que aconteça a morte de alguma pessoa ou violência contra a pessoa.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, eles estão querendo transferir para a Justiça Militar o julgamento do militar envolvido em algum tipo de incidente nesse período. Eu acho que isso é um grave equívoco.

As entidades de direitos humanos já estão se levantando. Nós vamos ter um período, eu sei, tenso no Rio de Janeiro, mas tenho certeza de que as Olimpíadas vão ser feitas na maior segurança possível.

Não há necessidade. Nós tivemos a Copa do Mundo, nós tivemos os Jogos Pan-Americanos, nós tivemos

a ECO 92, e não houve mudança. Se alguém cometesse algum crime, responderia na Justiça Comum. Eu acho isso aí extremamente perigoso. É quase uma licença para matar nesse período.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só para concluir: mobilizações populares.

Eu quero chamar a atenção para dizer que esse projeto está vindo aqui para ser votado com velocidade. Nós vamos nos levantar contra esse projeto. Eu acho que esse é um precedente perigosíssimo, e a gente sabe que há algumas áreas do Rio de Janeiro, como o Complexo da Maré, em que houve ocupação por parte do Exército. Não foi necessário isso.

Então, eu chamo atenção para esse fato. Quero conversar depois com o Líder do Governo, Aloysio Nunes Ferreira. Nós temos grande preocupação com esse tema e vamos nos posicionar contra essa medida.

Peço-lhe desculpa, Sr. Presidente, pelo tempo tomado, que acabou sendo muito longo, mas acho que fizemos um debate interessante, principalmente quando discutimos a questão fiscal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Eu gostaria apenas de dizer que, com relação à Operação Lava Jato, eu acho que todos nós, que temos responsabilidade pública, temos que defender a Operação Lava Jato, as investigações, para que elas sigam o caminho até o fim. E que todos aqueles que tiverem responsabilidade – algum envolvimento nesse desvio de dinheiro público, seja de que partido for, seja quem for – sejam punidos, para o bem do contribuinte brasileiro. Seja quem for, de que partido for. Acho que é isso que a população brasileira inteira espera dos seus agentes públicos.

Convido agora para fazer uso da palavra o Senador Telmário Mota, de Roraima.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, hoje eu venho a esta tribuna falar sobre o abuso de autoridades.

O Ato do Presidente n° 16, de 2016, criou a Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, composta por grandes nomes, como os Senadores Aloysio Nunes, Ana Amélia, Antonio Anastasia, Fernando Collor, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Simone Tebet.

Essa Comissão está discutindo o Projeto de Lei do Senado n° 280, de 5 de julho de 2016, que até agora fez apenas uma reunião. O projeto nasceu no dia 5 e, no dia 18 de julho, deverá ser votado. Serão no máximo duas reuniões sem ouvir ninguém da sociedade, sem saber se a sociedade quer e o que pensa a respeito de novas modalidades de punições a servidores públicos e, principalmente, a magistrados e procuradores públicos, justamente os que estão à frente da Operação Lava Jato, que, como V. Exª acabou de definir, é um patrimônio moral do povo brasileiro no combate à corrupção.

Na justificação desse projeto, está escrito que foi ouvido o Pacto Republicano, que é formado por dois representantes do Executivo, dois do Judiciário, dois do Senado e dois da Câmara. Só que não sabemos quem são esses representantes, Sr. Presidente. Além disso, a sociedade não tem participação em nenhum pacto que se diz republicano.

Não duvido da capacidade laborativa e intelectual dos nobres colegas membros desta comissão, mas acho temerário, em tão pouco tempo, sem discussão, alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente; alterar o Código Penal, revogando partes do art. 150, que trata da invasão de domicílio pela autoridade policial; alterar a Constituição Federal sobre escutas telefônicas; alterar a lei sobre prisão temporária. Qualquer mexida nessas leis afeta a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal e qualquer servidor público que trabalhe no combate à corrupção. Mexer com esses servidores é encolher os poderes da Operação Lava Jato, que hoje é o nosso referencial no combate à corrupção.

Alguém já disse que alguns políticos esqueceram que foram eleitos e pensam que foram ungidos. No caso dessa comissão, há gente ali pensando que é iluminado, que pode tudo, que entende de tudo. Caros

colegas, vamos baixar a bola. Não somos tão competentes, não somos tão iluminados. Não se pode fazer uma alteração desse tamanho na Constituição a toque de caixa, numa correria danada. Estamos correndo de quem? Estamos correndo para onde, e por quê?

Deus nos livre de voltarmos ao tempo em que a Constituição era dada a uns poucos iluminados. Agora os tempos são outros, temos outras urgências para discutirmos nesta Casa. Temos onze milhões de pais e mães de família desempregados; temos dinheiro público sendo dado a Estados perdulários; temos 116 jovens tombando todos os dias nas ruas brasileiras, vítimas de armas de fogo. Isso é urgente, isso é necessário, é a isso que a população quer que demos solução.

Além do mais, coincidência ou não, essa comissão nasce justamente para tratar dos abusos de magistrados e procuradores públicos no momento em que a Operação Lava Jato, que já virou o maior patrimônio da sociedade no combate à corrupção, está em pleno funcionamento e apagando a luz de muitos que se julgavam iluminados. Um deles é o presidente da comissão, que está sendo investigado e responde a oito processos no Supremo Tribunal Federal – oito inquéritos! Não é pouca coisa para um homem que vai comandar uma comissão que vai mexer na Constituição brasileira. A propósito, o que a sociedade tem a dizer sobre um Senador com extensa ficha corrida, presidindo uma comissão que vai mexer na Constituição brasileira?

Sr. Presidente, estamos em plena efervescência política. Não existe clima político para discussões que possam tirar os poderes das nossas forças investigativas.

Como vamos inibir a Polícia Federal, os procuradores e juizes, num momento em que o Presidente da Câmara dos Deputados acabou de renunciar, tentando se livrar da cassação, mas será expurgado da vida política? O Vice-Presidente daquela Casa também vai tomar o mesmo rumo, em breve. O Presidente interino do Brasil é uma pessoa sem nenhum apoio da sociedade; nem na Câmara ele encontra apoio para seus projetos.

Não, Sr. Presidente, não podemos aceitar que se mexa na Constituição sem discussão profunda com a sociedade brasileira. Quem disse que a sociedade está querendo menos poderes para o Judiciário? Onde está escrito isso? Qual foi a pesquisa que mostrou isso? Não vi nenhuma faixa nas ruas, nem recebi nenhum telefonema, nenhum comentário nas minhas redes sociais aplaudindo essa comissão.

Caros Senadores e Senadoras, o que será que o grande Ulysses Guimarães está dizendo, de onde estiver, sobre essas alterações tão apressadas na Constituição cidadã, como ele assim a chamava? Essa comissão me lembra os iluminados que fizeram as Constituições em outros tempos, que vieram prontas do Palácio do Planalto, e este Congresso apenas ratificou, sem nenhuma discussão.

Caros colegas, o momento é de serenidade, de cautela, de discussões profundas e até acaloradas, mas de decisões de que a sociedade participe e deseje. Os deveres dos servidores públicos, assim como as penalidades aos abusos cometidos por eles, já estão estipulados na Lei nº 8112, de 1990, e no Código Penal. Os magistrados também já estão alcançados pela Lei da Magistratura, a Lei Complementar nº 35, de 1979. Para mim, essa lei tem endereço certo e fica lá em Curitiba.

Se a intenção é moralizar, se queremos trazer o apoio da população para dentro desta Casa, vamos endurecer as penas em cima dos políticos. Não ficaria melhor? Aí, sim, contem comigo e com o apoio da população.

O primeiro projeto a ser apresentado seria a proibição de um Senador acusado em oito inquéritos no Supremo Tribunal Federal ser Presidente ou Relator de qualquer alteração na Constituição brasileira. Entendo que um Parlamentar com essa ficha corrida não tem legitimidade para mexer na Carta Magna, nem valores morais para tanto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O meu muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Telmário.

Senador Telmário, V. Exª se incomoda de assumir a Presidência, para que eu possa fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Em seguida, V. Exª me inscreva, porque o plenário está cheio, e eu gostaria de colocar o meu nome na fila.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Com a palavra o Senador Reguffe.

A Mesa acata a proposição de V. Exª, Senador Magno.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, uma coisa que me inquieta muito e que eu vejo nos últimos tempos neste País é

a reação contra algo. Se nós fizermos uma manifestação contra um governo ou contra alguma coisa é fácil encher essa Esplanada dos Ministérios aqui. Agora, se fizermos uma manifestação a favor de alguma coisa, de um projeto, de algo, de uma reforma, nós não conseguimos o mesmo número de pessoas.

Nós temos que lutar contra o que achamos que está errado, contra governos corruptos, contra governos perdulários, mas nós também temos que pensar o que nós queremos para o futuro deste País, discutir um projeto de País; não apenas projetos de poder, mas pensar num projeto de País.

Eu gostaria que esta Casa de debatesse algumas reformas. Este País precisa passar por algumas reformas, precisa passar por uma reforma do Estado, que introduza a meritocracia no serviço público, que introduza um sistema de metas e resultados, que devolva o Estado para o contribuinte, porque hoje o Estado não serve ao contribuinte. O Estado serve às máquinas dos partidos políticos e aos grupos de interesse, mas não serve ao cidadão, ao contribuinte, àquele que precisa e, com seus impostos, quer que o Estado lhe devolva serviços públicos de qualidade. Então, nós precisamos de uma reforma do Estado, que introduza a meritocracia, que introduza um sistema de metas e resultados. Precisamos de uma reforma tributária, que simplifique o nosso modelo, que reduza a carga tributária no Brasil, que é maior que a dos BRICS, maior que a da Rússia, maior que a da Índia, maior que da China, maior que da África do Sul. Se todos esses países conseguem dar conta das suas responsabilidades com uma carga tributária menor do que a brasileira, por que o Brasil não consegue? Nós precisamos também de uma reforma política.

Eu protocolei nesta Casa um conjunto de proposições, na minha primeira semana aqui como Senador, que, na minha concepção, mudaria a forma de se eleger os políticos e a forma de se fazer política neste País. Política é algo muito importante na vida de uma sociedade. É claro que essa revolta da sociedade com a classe política tem toda razão de ser, pelos escândalos de corrupção e pelos péssimos exemplos que a gente tem na política, mas o pior mal que a sociedade pode fazer a ela mesma é criminalizar a atividade política, porque a atividade política – alguém deixar a sua vida privada para servir a população – é algo nobre.

Muitas das pessoas que estão nos assistindo, que estão vendo agora esse meu pronunciamento em casa talvez dariam grandes políticos. Mas a pessoa pensa assim: eu vou me meter em política? Eu vou ser candidato?

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Já, já, Senador Magno Malta.

Eu vou ser candidato? Não, as campanhas são muito caras. Política é para quem tem dinheiro. Eu não sou de nenhum sindicato, de nenhuma atividade profissional, como é que eu vou me meter nisso? Campanha é muito cara, muito trabalhosa. As pessoas ainda têm uma imagem de político ruim.

Então, um sistema que faz as pessoas de bem desistirem de entrar na política não é um bom sistema. Eu protocolei aqui nesta Casa um conjunto de propostas objetivas que, na minha concepção, melhorariam o nosso sistema político, propostas essas sobre as quais eu vou discorrer aqui logo após o aparte do Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Reguffe, V. Exª sempre é muito lúcido. Quando vai à tribuna, V. Exª traz uma contribuição para a sociedade muito grande. Eu estava ouvindo o debate aqui antes de chegar e, de uma certa maneira, querendo chegar porque eu gostaria de participar do debate. Eu também tinha muitas perguntas a fazer ao Senador Lindbergh, a fazer à Senadora Vanessa, que eu vou fazer ainda, sem eles aqui. Eu tenho certeza de que, lúcidos como eles são e muito conscientes, me responderão o que eu vou perguntar, até porque a pergunta é muito simples. Mas eu vou entrar no tema de V. Exª, na sua lucidez. Eu acho que o problema é que o povo enojou politiqueiro e politicagem. O Brasil passou uma parte da sua história, e ainda agora, com politiqueiros que fazem politicagem. E uma geração cresceu vendo politiqueiros e politicagem, confundindo isso com política. Política, de fato, é uma coisa bonita, como V. Exª disse. Política é a oportunidade de servir, política é a oportunidade de cumprir uma missão que lhe é dada em favor do coletivo. E as pessoas são desestimuladas porque a política também foi criminalizada. A mídia criminalizou a política no Brasil. Hoje o político no Brasil é criminalizado. Ir para política é virar bandido. Se alguém se dispõe a fazer vida pública, alguém dá logo o primeiro conselho: "não vai porque você vai virar ladrão". Quer dizer, o cara tem um caráter do bem aqui, e vira ladrão depois? Se ele entrar e virar ladrão é porque ele já era, porque o desvio de caráter já existia. O desvio de caráter já existia. E é verdade que aquele homem que bate aqui dentro... aí V. Exª fala de aglomerados quando se tem interesses. É verdade, porque quem produz o corrupto é o povo. O mau político é o próprio povo. Uma senhora me abraçou no aeroporto em Congonhas, Senador Reguffe. Ela disse assim: "meu filho, eu estou com 96 anos. Estou com minha filha aqui, o meu maior sonho era abraçar você. Foi Deus que fez eu lhe encontrar aqui". Eu digo: "Vovó, obrigado e que prazer abraçar a senhora também". "Meu filho, eu gosto de ouvir você falar na televisão". Que coisa boa! "Meu filho, faz uma lei forte lá para acabar com corrupção". Eu perguntei: "A senhora é de onde?" Ela disse: "do Maranhão, meu filho". Deixa eu falar uma

coisa para a senhora: todo mundo que está lá, Senador e Deputado, recebeu o voto do povo. Ninguém foi colocado lá. E não existe, vó, uma lei forte para acabar com corrupto. Não existe lei forte para corrupção. Uma lei forte para corrupção é igual a uma massa de cimento bem forte para tapar o buraco de um rato. Você tapa, o rato abre lá no outro lado. Você faz outra lei mais forte, outra massa de cimento mais forte ainda, e tapa. O rato abre ali. Você fecha de novo, o rato abre ali. Sabe qual é o remédio para matar rato, vó? O remédio não é tapar o buraco, é matar o rato. E só tem uma maneira de matar o rato: é com o seu voto, é com o seu título de eleitor. O seu instrumento é esse. A senhora odeia corrupção. Podemos até ter leis muito boas, mas é preciso não mandá-los para cá. Então, neste momento de um processo depurativo da Nação brasileira... e eu ouvi uma frase usada pelo Senador Lindbergh: "Cuidado, Srs. Senadores, a história vai registrar como vocês vão passar, porque se o *impeachment* de Dilma passar, vocês passarão como golpistas". Eu queria perguntar a ele: e vocês passarão como o quê? Porque o mundo nunca viu uma recessão dessa por corrupção que o País está vivendo. Nós passaremos como golpistas. E vocês passarão como o quê? Como perdulários, que destruíram a vida brasileira, por irresponsabilidade e interesses pessoais? É isso que a sociedade não aguenta. E V. Exª está correto. Há gente ouvindo V. Exª agora e o meu aparte, realmente pessoas com vocação, que podem vir para a vida pública. E a fala de V. Exª é um convite a isso, para que participem deste novo momento, deste processo depurativo que nós estamos vivendo. Eles fazem contorcionismo jurídico. Eu estava ouvindo e vim correndo. Eu gosto do Senador Lindbergh de graça, é meu amigo, mas eu queria aparteá-lo hoje porque queria fazer algumas perguntas a ele. Eu quero saber se ele sabe qual o preço do quilo do feijão. Quero saber se ele sabia que Dilma mandou o nosso estoque regulador para Fidel Castro. Eu só queria fazer perguntas para que fossem respondidas. Ainda farei. Mas V. Exª está correto. O povo enojou-se de politiqueiro e politicagem, de discurso de politiqueiro, de contorcionismo para poder justificar o injustificável, para poder defender o indefensável. E as pessoas, então, ficam reticentes. Mas essa movimentação de jovens, de adultos, de senhores, de senhoras, de gente de terceira idade, querendo mudança no País, que foi às ruas sem comando de partido político, de ninguém, é absolutamente importante. Vosso discurso, vossa fala, vem em boa hora. Eu já reiterei que V. Exª é um jovem lúcido na vida pública brasileira, e a sua palavra conclama a quem nos ouve neste momento, de bem, que ama o Brasil. Venha para a vida pública, porque vida pública, política, é uma coisa muito bonita. Feio de fato é politicagem e politiqueiro.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Magno Malta. Muito importante essa distinção entre política e politicagem.

O atual momento que a gente vive no Brasil, de desgaste da política convencional, dos partidos políticos tradicionais, repete-se no mundo inteiro. Na Espanha surgiu, de um lado, o Podemos e, de outro lado, o Ciudadanos. Com o desgaste tanto do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), de um lado, quanto do Partido Popular, de outro, surgiu tanto o Podemos, de um lado, como o Ciudadanos, de outro.

Na Itália, surgiu o MoVimento 5 Estrelas, que agora elegeu, inclusive, a prefeita de Roma, Virgínia Raggi.

Então, há um desgaste da política convencional, dos partidos políticos convencionais, por quê? Porque a sociedade quer experimentar uma nova forma de fazer política, sem o toma-lá-dá-cá, sem esse tipo de administração pública que a gente vê.

Agora, é preciso mudar a forma de se fazer política. E eu apresentei nesta Casa, na minha primeira semana como Senador, um conjunto de propostas objetivas, que, na minha opinião, melhorariam o nosso sistema político. Quais são elas? Primeiro: fim da reeleição para cargos executivos e limite de uma única reeleição, no máximo, para cargos legislativos.

Muita gente fala: "Mas um governo só para Presidente da República é muito pouco". E nós estamos em que cidade? Brasília. Foi construída por quem? Uma cidade, Capital da República, por Juscelino Kubitschek. Pois Juscelino só teve um mandato como Presidente. No Brasil se criou uma coisa: ninguém consegue fazer nada em um mandato só, para ter uma desculpa para ter um segundo.

É preciso que o sistema seja constantemente renovado, oxigenado. É preciso dar chance a outras pessoas. Um Parlamentar pode ser 40 anos Parlamentar, e pode ser um bom Parlamentar, mas será que não pode dar chance a outras pessoas? Quando uma pessoa fica muito tempo em um cargo, ela começa a se achar proprietária desse cargo. Ela vai se esquecendo que ela é apenas um representante.

Então, a primeira proposta seria esta: fim da reeleição para cargos executivos e proibição de mais do que uma única reeleição para cargos legislativos. Protocolei na minha primeira semana aqui, como Senador. Daria chance a outras pessoas, ajudaria a oxigenar o sistema, a renovar o sistema, a manter esse sentido de representação, de que a pessoa está ali cumprindo uma missão. Não é uma profissão.

A segunda proposta é a instituição do voto facultativo com o fim do voto obrigatório. O voto facultativo, além de mais democrático, vai fazer com que a classe política tenha que ter um outro tipo de postura, tenha que convencer as pessoas das suas ideias e das suas propostas, porque só o pleno convencimento dessas

ideias e propostas vai levar o eleitor às urnas, vai diminuir a influência do poder econômico. Vão acabar aquelas pessoas que são eleitas sem apresentar uma proposta clara – muitos até dizem que não sabem o que um Parlamentar faz – porque você vai trazer mais critério na hora do voto, mais responsabilidade no voto. Senão, a pessoa vai ficar em casa, ela não vai sair de casa para votar, e vai exigir da classe política que ela tenha que fazer um trabalho de convencimento dessas ideias, porque só o convencimento dessas ideias vai levar o eleitor à urna.

A terceira proposta é a instituição do voto distrital. O nosso sistema, que é o sistema proporcional de lista aberta é um sistema em que a pessoa é dona do voto dela até o momento em que ela põe o voto na urna. A partir dali, pode acontecer qualquer coisa, inclusive o voto dela ir para alguém que ela detesta. O voto distrital, reduzindo os Estados a distritos, com cada distrito passando a eleger um Parlamentar, vai aproximar o eleitor da política e vai facilitar a fiscalização de um mandato parlamentar, porque hoje a pessoa tem que fiscalizar vários, mas aí vai passar a fiscalizar apenas um, aquele Parlamentar daquele distrito. Vai trazer a política para perto do cidadão, vai facilitar o acesso da pessoa comum à política. Hoje uma pessoa tem que fazer campanha no Estado inteiro; isso favorece quem tem dinheiro. Se você diminui a área geográfica da campanha, favorece a inserção da pessoa de bem na política, da pessoa comum na política. À pessoa basta fazer a campanha naquele bairro, naquela cidade, naquele local. Diminuindo a área geográfica, a política fica mais acessível ao cidadão comum. Facilita também o debate de ideias.

Nós tivemos, na última eleição para Deputado Federal, em São Paulo, mais de 1.300 candidatos – ou seja, você não tem nenhum debate.

Alguns falam assim: mas isso vai passar a eleger vereadores federais. Depende do que a população quiser, vai depender da discussão que for feita. Se a população daquele bairro ou daquela cidade quiser eleger um vereador federal, muito bem, é democrático. Mas, às vezes, a discussão não vai ser essa, a pessoa vai querer ver a grande discussão. O voto distrital aproxima o cidadão comum da política.

A quarta proposta é a instituição de um sistema de revogabilidade de mandatos. A pessoa, para ser candidata, teria que registrar suas propostas e compromissos na Justiça Eleitoral. Uma vez eleita, qualquer eleitor, tendo votado nela ou não, poderia entrar na Justiça e pedir o mandato dela de volta se ela contrariasse frontalmente qualquer uma daquelas propostas e compromissos que registrou na Justiça Eleitoral. Um candidato a Deputado que diga, que coloque como compromisso: "Sou contra o aumento da carga tributária", se votar favoravelmente à criação de um imposto ou ao aumento de um imposto, estará contrariando algo que ele colocou como compromisso de campanha.

Os candidatos vão ter que passar a detalhar melhor os seus compromissos, a sua postura, o seu plano de mandato, o que vão fazer durante os mandatos. Isso vai fortalecer o eleitor, porque o eleitor vai passar a ter do candidato não apenas o compromisso da palavra dele, mas de propostas e compromissos escritos. Um candidato a governador que diga: "Vou construir um novo hospital em tal lugar, com 200 leitos, e entregá-lo em até dois anos", se não cumprir, não cumprirá os outros dois anos.

O eleitor, num ponto futuro, vai passar a votar menos simplesmente em pessoas e mais nessas propostas e nesses compromissos; e vai passar a exigir dos candidatos compromissos e propostas mais objetivas, mais detalhadas.

A quinta proposta que protocolei aqui: a padronização das campanhas eleitorais. A Justiça Eleitoral faria licitações.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – A gráfica que ganhasse imprimiria o panfleto de todos os candidatos àquele determinado cargo naquele determinado lugar, com igual quantidade para todos, mesmo formato, mesmo tamanho – a pessoa teria que ganhar no conteúdo. A produtora de televisão que ganhasse a licitação naquele determinado lugar gravaria o programa de todos os candidatos àquele determinado cargo naquele determinado lugar, com o mesmo fundo e igual tempo para todos – o candidato teria que ganhar no convencimento, no argumento, na proposta, no conteúdo.

Teríamos eleições muito menos desiguais do que são hoje, mais democráticas. Agora, isso não pode ser feito dando dinheiro para partidos e candidatos, senão fica pior do que está. Se proibir doação privada para o Poder Público dar dinheiro para candidatos e partidos, fica pior do que está. Se hoje tem gente que é candidato só para alugar tempo de televisão, que dirá para ganhar dinheiro diretamente!

Então, pela minha proposta, a Justiça Eleitoral faria licitações, pagaria o fornecedor, entregaria o material diretamente apenas para os candidatos e seria aquele o tempo que o candidato teria para gravar num estúdio.

A sexta proposta que eu protocolei nesta Casa é a que possibilita candidaturas avulsas sem filiação partidária. Se o Congresso Nacional tem que representar a diversidade de pensamento que existe na

sociedade brasileira, e se na sociedade brasileira existe uma parcela expressiva que não acredita em partido político nenhum, é justo e democrático que essas pessoas também possam representar as suas ideias e o seu pensamento no Parlamento. Um único filtro que eu coloco é que a pessoa, para ser candidata a um cargo eletivo, tenha que recolher 1% de assinaturas daquele eleitorado que ela vai disputar.

A sétima proposta é a que preza pelo respeito ao eleitor: é a que proíbe que alguém seja eleito para um cargo legislativo e depois vá ocupar um cargo no Executivo – até vai poder, mas vai ter que renunciar ao mandato. Não vai poder, se eleito, pedir uma procuração ao eleitor para ser Deputado, para ser Senador, para ser vereador, e, depois, ser secretário de Estado ou ministro de Estado. Se a pessoa pedir uma procuração ao eleitor para exercer um cargo, é esse cargo que ela deve exercer; se ela quiser ir ser ministro ou secretário de Estado, ela pode ir, mas terá que renunciar ao mandato no Poder Legislativo.

Eu não estou propondo nada original. Já falei aqui, aliás: quando o Presidente Barack Obama convidou a então Senadora pelo Estado de Nova York, Hillary Clinton, para ser Secretária de Estado – equivalente a Ministro das Relações Exteriores aqui no Brasil –, durante o primeiro mandato dele, ela teve que renunciar ao mandato de Senadora pelo Estado de Nova York. A pessoa não pode estar num dia no poder fiscalizador e, no outro dia, no fiscalizado; depois, voltar para o fiscalizador; depois, voltar para o fiscalizado.

No Brasil, a promiscuidade e a bagunça são gerais – amplas, gerais e irrestritas! Existem casos esdrúxulos em que a pessoa deixa uma secretaria ou um ministério para ir ao Parlamento votar em determinada coisa e depois volta para o ministério ou volta para a secretaria de Estado. Qual é a isenção que essa pessoa tem para estar num outro Poder? A existência de três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – é justamente para dar um equilíbrio. Se uma pessoa sai do Poder Executivo para ir ao Legislativo votar determinada proposição e depois volta para o Executivo, qual a isenção que ela tem? Pior: nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas, esse instrumento é utilizado pelo governante para encher essas casas legislativas de suplentes, e para ter um controle sobre essas casas legislativas. Ora, isso não é bom para a democracia e isso não é bom para o contribuinte, que quer ver essas casas cumprindo o seu papel com independência.

Essas são as sete propostas que eu protocolei, de mudança do nosso sistema político, ...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – na minha primeira semana como Senador.

Muitas pessoas, Sr. Presidente, me dizem: "Ah! Mas como é que vai o sistema político mudar se quem vai votar essas propostas são justamente os Parlamentares que foram eleitos por esse mesmo sistema?"

E eu concordo, é difícil, mas não é por isso que eu vou deixar de fazer a minha parte, de lutar por aquilo em que eu acredito – lutar para que a gente tenha um sistema político melhor, menos desigual, com menos influência do poder econômico. Hoje, às vezes, ganha a eleição não quem tem as melhores ideias, mas quem tem mais para gastar. Isso precisa mudar.

Mas o que eu proponho? Se...

Eu pediria mais tempo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – V. Exª fique à vontade.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Mas o que eu proponho, se é difícil o Congresso votar essas propostas? Primeiro, eu acho que o Congresso deveria votar essas propostas. Passar ou não passar faz parte da democracia. Cada um vota de acordo com a sua consciência. Mas não dá para essas propostas ficarem engavetadas oito anos. É importante que cada um diga se é favorável ou contra o voto facultativo; se é favorável ou contra o voto distrital; se é favorável ou contra que alguém possa ser candidato sem ter filiação partidária; se é favorável ou contra que alguém possa se eleger para um cargo legislativo e depois, sem consultar o eleitor, ir para um cargo executivo; se é favorável ou contra que Parlamentares possam se reeleger mais que uma única vez. O eleitor tem que saber – é justo que saiba.

Essas propostas não podem ser engavetadas. Cada um tem que votar com a sua consciência. Se passarem, eu vou ficar muito feliz, porque esta Casa vai dar uma contribuição para mudar o nosso sistema político. Se não passarem, faz parte da democracia. Mas eu não vou deixar de lutar por aquilo em que eu acredito, pelo sistema com o qual eu sonho, mesmo que às vezes pareça que eu falo para um grupo de surdos.

Esta Casa tem que debater todas as proposições que aqui se encontram, uma por uma, e cada um votar de acordo com a sua consciência. Mas também essa é uma discussão tão importante, o nosso sistema político, Sr. Presidente, que nós poderíamos fazer um plebiscito, fazer a população decidir qual o sistema político que quer. Aliás, a nossa democracia representativa não está em crise, não: ela está falida.

O que os agentes políticos não entendem é que as pessoas não querem mais que um representante

vote por elas, pelo menos no que se refere aos grandes temas – elas querem votar diretamente. Então, nós temos que aumentar os mecanismos de democracia direta, de participação popular. Poderíamos fazer um plebiscito, perguntar para a população se ela acha que o voto deve ser obrigatório ou facultativo; perguntar se pode alguém ser candidato sem filiação partidária ou não; perguntar se o sistema deve ser proporcional, de lista aberta, de lista fechada ou voto distrital. Por que a população não pode decidir isso? Isso, inclusive, significa politizar a população durante esse processo. Nós iríamos debater qual o sistema político que a gente quer. O que ganhasse, ficaria prevalecendo como o nosso sistema político. Por que é que não pode?

Essa é uma discussão que eu queria fazer aqui. Ou será que as pessoas acham que a população só pode decidir algumas coisas, mas outras não?

Também acho que, se não houver plebiscito... A ideia de fazer uma assembleia nacional constituinte exclusiva para a questão da reforma política e do sistema político, com aqueles eleitos tendo uma quarentena, não podendo disputar cargos durante um período, eu também topo; mas, na minha concepção, quem deveria decidir é a população. A população tem que ter o direito de decidir qual é o sistema político que ela quer.

Além disso, Sr. Presidente,...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... há outras propostas que também defendo, como o fim do foro privilegiado; como uma PEC que protocolei nesta Casa, que institui concurso público para ministros de tribunais superiores, com mandato de cinco anos, para que aquilo seja um serviço e não uma profissão. Muitas pessoas falam assim: "Ah! Mas vai fazer concurso público para ministro de tribunal superior?" Pior é como está hoje. Hoje há advogado que ganha dinheiro não por causa da sua qualificação, e sim porque tem influência e relações pessoais com ministros de tribunais superiores – ou seja, ele vende a influência, não vende a defesa, o conteúdo. E nós teríamos cortes – no Supremo, no STJ, no TCU...

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... sem nenhuma vinculação. (*Fora do microfone.*)

E teríamos tribunais sem nenhuma interferência político-partidária, sem nenhuma influência político-partidária.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – As pessoas seriam escolhidas por concurso público para prestar um serviço à sociedade durante cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Concordo com V. Exª, acho de bom tom o debate que V. Exª coloca. Uma coisa que me intriga muito é ver como os Senadores têm medo de ministro de tribunal superior. Quando são sabatinados, ninguém ouve pergunta na sabatina, ouve elogios, discurso de elogios; quando chega para votar no plenário então, faz aquela fila, cada um se inscreve para fazer o seu elogio e não questiona nada. E o sujeito, quando vem para cá, quando está para ser indicado, sai visitando gabinete por gabinete, levando o currículo dele, humildezinho, mostrando suas qualidades. E muitos Senadores, quando vão inquirir, dizem: "Olha, V. Exª já me visitou no meu gabinete, fiquei convencido."

Um homem público, para poder ter um mandado eletivo – o meu e o seu, por exemplo, que são mandatos majoritários –, vai para a rua para enfrentar um duro debate, é um enfrentamento; muitas vezes, de forma desonesta, somos atacados, achincalhados, para poder disputar o voto popular e chegar aqui, e tem dia para começar e dia para terminar. O sujeito não disputa o voto popular e se eterniza lá.

V. Exª está me dizendo uma coisa muito certa: o cara, quando advoga no crime, não é que seja um grande advogado – ele é bem relacionado; então, não conta a sua capacidade, o seu conteúdo, mas as suas relações. E o voto é secreto aqui. Por que o voto é secreto para votar em ministro de tribunal superior? "Não, porque depois, lá, esse cara pode perseguir..." Olha, por que eu vou ter medo de ministro de tribunal superior? Aqui, quando foram votados o Fachin e o Barroso, votei aberto e falei por que estava votando aberto. E, no caso do Ministro Fachin, não o recebi no meu gabinete para ouvi-lo; quero ouvi-lo na Comissão. Não quero chegar lá e dizer: "Não, eu conversei com o senhor, e o senhor me convenceu." Então, V. Exª está absolutamente certo.

Eu faço coro com V. Exª, acho também que deveria ser concurso, sei que não pode se eternizar ali. Ele não pode se eternizar por uma razão: se ele se eterniza ali, o cidadão não tem onde recorrer depois do Supremo, porque, depois do Supremo, só existe Deus, é esperar a justiça divina para o bem e para o mal. Se é concurso público, o cidadão mantém as suas esperanças, porque certamente as coisas são diferentes.

Então, eu concordo com V. Exª e V. Exª coloca de bom tom quando abordou sobre o sistema eleitoral. Também acho que, se, no Brasil, nós pudéssemos ter candidatura registrada em cartório, sem partido, eu

registraria a minha no cartório, eu sairia candidato sempre com ela registrada no cartório, como existe a candidatura avulsa nos Estados Unidos. Lá existe a candidatura avulsa que nós também deveríamos ter. Faço coro com V. Exª.

Acho também que essa história de tempo de televisão... A grande corrupção de um processo eleitoral vem das vultosas quantias do processo eleitoral – a saber: o João Santana, o Duda Mendonça, o Mister M, que está preso –, de milhões recebidos em paraísos fiscais – e, aí, eu me lembro dos Senadores que fizeram discurso, hoje, à tarde, defendendo o mandato da Dilma, do contorcionismo jurídico, temos que falar dessas coisas.

De onde é que eles arrancaram esse tanto de milhões? Como é que eles foram entregar esse dinheiro em paraíso fiscal lá do outro lado? O cara está preso dizendo que o dinheiro é do crime, que o dinheiro é sujo e eles estão dizendo: "Vocês passarão para a história como golpistas". Quem são golpistas? Quem sabe passaremos para a história como aqueles que conseguiram dar o golpe nos golpistas para tirá-los do poder, aqueles que mentiram para a opinião pública, que mentiram no processo eleitoral.

V. Exª fala de eleição e de processo eleitoral. Entramos nessa questão, porque, se é da maneira como V. Exª está colocando – e eu me lembro de que, nas suas proposições todas, V. Exª, no primeiro dia, estava recolhendo assinaturas e eu assinei, assinei com V. Exª –, não teria acontecido esse desastre, essa mentirada que Dilma contou no processo eleitoral, após as pedaladas, que lhe deram legitimidade para mentir. Então, ela mentiu, enganou e ficou por isso mesmo. Ficou por isso mesmo e diz no processo eleitoral: "Olhe, se você votar nesse fulano ou naquela fulana, ele vai tirar a comida da sua mesa, vai acabar com o Minha Casa, Minha Vida, vai acabar com o Bolsa Família; se você votar nele, vai acabar". Sabia que estava mentindo. É só ver as peças eleitorais dela. Quer dizer, onde é que vamos recorrer? O sistema eleitoral proporciona isso que V. Exª acabou de falar.

Por que os partidos se aglomeram? Porque aquele que vai para a eleição majoritária quer tempo de televisão, o cara quer 20 minutos, 25 minutos. O povo está tão enojado de política, que o cara não aguenta ouvir ninguém dois, três minutos; e o cara quer 20 minutos.

Eu tinha uma proposta nessa reforma que se ensaiou – mas não se fez e eles não farão, não farão – que era a seguinte: a eleição é majoritária, foi para uma eleição majoritária, o tempo fica igual para todo mundo, o tempo de televisão vira três minutos para todo mundo, todo mundo igual. Pode ser partido pequeno ou partido grande, três minutos para todo mundo.

Então, esse disparate que V. Exª aborda com muita propriedade e mais devagar, mais explicado do que estou colocando, porque não consigo falar devagar – as pessoas conseguem entender V. Exª; quem sabe tenham mais dificuldade de entender a mim –, proporciona esse crime, esse estelionato eleitoral como a Senhora Dilma Vana Rousseff fez no processo eleitoral, mentindo de forma perdulária, irresponsável, criminosa. Eles ainda querem saber como uma mulher tão honesta está sendo cassada e nós passaremos para a história como golpistas.

Fica agora a minha outra pergunta: e vocês passarão para a história como? O que a história dirá de vocês? Das aves de rapina que destruíram este País, que aparelharam a Nação, que arrancaram os parcos recursos, que acabaram com os fundos de pensão, que distribuíram as reservas do BNDES, que destruíram os nossos bancos – até o nosso estoque regulador de feijão foi para Cuba –, e estão perguntando por que ela vai ser cassada, com 12 milhões de desempregados, com 300 por hora?

O meu amigo, Senador Lindbergh, amigo nosso – as pessoas veem em casa e pensam que somos inimigos, porque estamos fazendo o debate; e eu estava vendo V. Exª fazer o debate em nome da sociedade, o tempo inteiro –, fazia um contorcionismo para tentar explicar que essa mulher está sendo execrada e dizendo – ele encerrou e eu o estava ouvindo no rádio – que eles vão tentar fazer uma nova reunião para explicar esse novo parecer, a tentativa de pegar uma ordem judicial para exumar um corpo que já está sepultado. Para mim, não há problema nenhum, pode exumar, fazer o que quiser com um corpo que já está sepultado.

Então, esses crimes todos são oriundos desse problema que V. Exª está falando. Se o processo eleitoral se desse na base das propostas de V. Exª, que são claras, lúcidas, e na participação do povo, ela não teria cometido esse estelionato eleitoral que ela cometeu e ficado por isso mesmo. Quer dizer, não existe um Procon para isso. Não existe um Procon para isso. Se o cara compra um ventilador e ele não funciona, existe um Procon a que ele corre, e, como o dono da loja é ameaçado de prisão, ele é obrigado a dar um novo. Como é que, num estelionato eleitoral, em que se envolvem milhões de acordos com empreiteiros – os empreiteiros estão todos presos, as grandes fortunas estão presas, dizendo que deram dinheiro para eles –, eles estão aqui fazendo contorcionismo? Eles não teriam feito.

V. Exª está de parabéns. Desculpe-me o meu aparte, mas é só para o Brasil saber – e aí nós não podemos enganar ninguém – que esse debate está se dando. Se V. Exª está com esse tempo enorme e eu estou com esse

tempo enorme, se o Lindbergh falou três horas e V. Exª aparteou uma hora e meia mais ou menos, uma hora e vinte mais ou menos, é porque só estamos nós dois aqui falando dessas verdades.

Podem fazer o contorcionismo que quiser, podem pedir mais dez reuniões, que eu digo que eu aprovo, que eu estou junto. Podem fazer mais 20, que, no dia 27 de agosto, ela vai voltar para Porto Alegre.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Magno Malta, que ajudou a abrilhantar este meu pronunciamento.

Quero dizer, Senador Magno Malta, que existem ministros sérios nos tribunais superiores. Existem pessoas boas e qualificadas nos tribunais superiores, mas o modo de escolha desses ministros precisa mudar. Não pode haver a interferência político-partidária que existe hoje. Por exemplo, o Tribunal de Contas o que faz? Julga as contas do governo. E é indicado por quem aquele ministro? Pelo próprio governo. Não pode! Isso não é sério!

Mas dizem assim: "Mas ocorre a sabatina do Senado". Em vez de melhorar, piora, porque ele ainda fica, às vezes, tendo que – não é dever favor...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Quebrar um galho depois, não é?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... tendo que ter uma relação também com Parlamentares que precisam aprovar aquilo. Ou seja, ele deve a indicação lá, depois deve a indicação aqui, então precisamos mudar esse sistema. "Ah, mas, se fizer concurso público, pode eleger alguém que pode não ter nenhum discernimento". Com esse sistema que está aí, você pode colocar alguém ali que esteja apenas para atender um princípio político-partidário. Pelo menos, com o concurso público, nós vamos ter casas, nós vamos ter tribunais isentos de qualquer influência político-partidária.

Devemos acabar também com a vitaliciedade – cinco anos, porque a pessoa vai prestar um serviço à sociedade. "Ah! Mas depois o que a pessoa faz?" É do mesmo jeito conosco, Senadores. Nós vamos cumprir o mandato, e depois o que é que se faz? Não, está-se prestando uma missão, um serviço à sociedade.

Acho, Senador Magno Malta, que entrei na política por um sonho. Levei três eleições para conseguir ter um mandato de Deputado Distrital – perdi a primeira, perdi a segunda, só ganhei a terceira, e quase desisti. Nós temos que ampliar o espaço político para quem quer entrar na política para representar ideias.

Hoje entra na política ou alguém com muito dinheiro; ou alguém que representa um segmento específico da sociedade, uma categoria profissional, um sindicato; ou alguém que tem uma fama anterior à política; ou alguém que foi secretário de Estado ou ocupou um cargo no governo, que, pelos cargos que nomeia embaixo, tem uma base para entrar na política.

Agora, aquele cidadão comum que quiser entrar para representar ideias tem um espaço muito restrito. Nós precisamos ter uma reforma política que facilite o acesso dessa pessoa à política, porque aí a política vai mudar. Por isso, essa discussão do sistema político é tão importante, e as pessoas não dão bola.

De vez em quando, fala-se: "Tem que haver reforma política, tem que haver reforma política", e ninguém diz qual. Eu coloquei aqui, protocolei nesta Casa PECs e projetos de lei – sete propostas objetivas que mudariam a forma de eleger os políticos e a forma de fazer política neste País. Eu gostaria de ver essas propostas sendo debatidas por este Plenário.

Se o Plenário não for votar, que seja objeto de um plebiscito. Agora, não dá é para isso ficar assim, e eu voltar à tribuna várias vezes. Daqui a pouco, os próprios telespectadores da TV Senado vão dizer: "Lá vem ele com aquele mesmo discurso", mas não votam as propostas, e eu tenho que cobrar que elas sejam votadas, até porque, se não mudarmos o sistema político, esse sistema político que está aí é fábrica de escândalo, é um sistema político dependente do poder econômico, é um sistema político que favorece quem tem dinheiro e não quem quer debater ideias.

Então, acho que temos que sonhar e tentar colocar em prática. Eu coloquei, protocolei: existem propostas aqui protocoladas, que estão tramitando, que mudariam esse sistema, assim como essa envolvendo o Poder Judiciário. Às vezes, as pessoas dizem: "Ah! Mas isso aí é romântico demais, é bom na teoria". Pelo menos, teríamos a independência ali.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, eu vejo as pessoas se reunirem muito contra as coisas – contra governos corruptos, governos perdulários, corrupção, governos –, mas acho que as pessoas também têm que se reunir a favor de algumas coisas.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – A favor de projetos, a favor de reformas, porque nós temos que discutir também para onde este País vai. A discussão não pode ser um simples projeto de poder. A discussão deve ser um projeto de país, e este País precisa de uma reforma do Estado, precisa de uma reforma tributária e precisa,

sim, de uma profunda reforma política que mude a forma de fazer política e de eleger os políticos no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senador Reguffe, pela sua palavra lúcida.

Gostaria de reafirmar, antes de encerrar esta sessão, que vejo com maus olhos – acho que falo em meu nome e em nome de V. Exª – a discussão, neste momento, do projeto de abuso de autoridade. Quem sabe coubesse, lá atrás ou bem lá na frente, uma discussão, porque nós sabemos que nem todo magistrado é do bem. Onde há trigo há joio. Assim é na vida pública, assim é na vida secular, assim é na própria igreja, assim é dentro da nossa casa: há gente do bem e gente do mal. Caberia uma discussão ampla com a sociedade. Agora, não! Porque essa decisão, agora, aponta para uma direção.

A Operação Lava Jato é um patrimônio do povo brasileiro. Concorda comigo? É um patrimônio do povo brasileiro que ninguém vai tirar e ninguém vai parar. Reafirmo ao Brasil que, se depender de mim, não terá futuro. Se o foco, a direção for o Juiz Sérgio Moro, esqueça. A minha oração é que outros Sérgios Moros apareçam no Brasil, que haja essa consciência e que prolifere, no Brasil, esse tipo de juiz, de magistrado, que tem compromisso com a verdade. E a Operação Lava Jato tem dado ao Brasil, neste momento – um momento de depuração –, a esperança para o povo brasileiro, convocando essa nova geração para vir para a vida pública, como V. Exª fez na tribuna hoje à tarde.

Por isso, reafirmo aqui o meu compromisso de fazer esse enfrentamento por não ver necessidade, por entender que não cabe neste momento da história brasileira. Reafirmo o meu compromisso com a Lava Jato.

Eu vejo aqui um grupo de Senadores envolvidos na Lava Jato que faz discurso dizendo que os outros querem aprovar, porque estão sendo investigados. A pessoa faz esse discurso sendo investigado. É coragem demais. Tem coragem de uma mãe onça. A pessoa está sendo investigada e diz que o outro quer que acabe, porque está sendo investigado. Ora, a investigação não quer dizer que alguém é bandido. A investigação pode, no final, inocentar; pode, no final, dizer que não participou; pode dar um atestado de bons antecedentes. Essa deve ser a esperança de quem está sendo investigado. E quem não deve absolutamente não tem nada a temer.

As pessoas dizem que houve um complô. Eu nunca participei desse complô. Dizem que fizeram um complô legislativo, porque o golpe é do Parlamento. Nunca participei de nenhuma reunião para arrumar algum golpe, para formalizar algum golpe.

A minha formação de consciência é o desespero, o sofrimento e essa máscara, que se descortinou diante dos meus olhos, desse governo perdulário que está afastado. Agora, eles fazem discurso com um contorcionismo jurídico, tentando colocar tudo no colo do Temer, que está há 40 dias na Presidência da República, de uma forma absolutamente irresponsável.

Mas volto a reafirmar: quem pensa que vai tomar o patrimônio do povo brasileiro não o tomará. Como a Petrobras, que era um patrimônio do povo brasileiro, e eles conseguiram destruir e arrancar de lá de dentro a sua segurança patrimonial, mas a Lava Jato ninguém vai tomar do povo brasileiro, se depender de mim e de V. Exª. Aliás, estou falando de V. Exª, mas a câmera está em mim, e o povo, certamente, quer ouvir V. Exª.

V. Exª tem a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – É isso mesmo, Senador Magno Malta, concordo com V. Exª.

Esse projeto de abuso de autoridade não pode ser um projeto para proteger autoridades de punição por atos ilícitos, mas para punir abuso, não do jeito que está sendo feita a discussão, para proteger autoridades de atos ilícitos que podem ter sido cometidos. Isso não podemos aceitar. Eu e V. Exª, que temos aqui o compromisso de defender o cidadão, o contribuinte, não podemos aceitar que passe aqui um projeto que venha, neste momento, a esvaziar a Operação Lavo Jato ou constranger aqueles que estão trabalhando brilhantemente nesta operação. Todos aqueles – já falei hoje, aqui – que tiverem algum envolvimento nesse desvio de dinheiro público, seja quem for, seja de que partido for, tem que ser punido para o bem do contribuinte.

Então, esse projeto de abuso de autoridade não pode ser, como está sendo discutido, um projeto que, na verdade, não é de abuso de autoridade, mas de proteger autoridades da investigação de ilicitudes. Não posso aceitar e não posso concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Agora, pergunto: onde houve abuso de autoridade na Lava Jato? Mandar prender ladrão? Onde é que houve o abuso? Levar coercitivamente para depor quem cometeu irresponsabilidade com o dinheiro público e tirou benefício para si e para a sua família? Onde é que está o abuso de autoridade? É investigar e pedir autorização e o juiz autorizar que se ouça quem comete crime pelo telefone? Onde está o abuso de autoridade em mandar prender quem comete crime e é pego em flagrante em crime continuado? Onde está o abuso de autoridade? Porque há três tesoureiros do PT presos é abuso de autoridade? Certamente teria base para isso, e as bases aparecem todos os dias, porque existem várias delações premiadas ainda e o processo investigativo. A operação não acontece com

a simples delação. Eu conheço esse processo. Depois da delação feita, começa-se um processo investigativo para encontrar elementos de prova. A partir do elemento de prova é que se faz a prisão. Tanto que o Supremo tem lá suas dificuldades, e, até agora, em apenas 0% ou 0,1% reformou as decisões de Moro.

Então, acho que...

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – ...este é um momento da Nação brasileira, e não podemos permitir esse argumento de que há abuso de autoridade na Lava Jato. Sinceramente, isso é querer tapar o sol com a peneira.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Senador Magno Malta, não vou mais interrompê-lo, não. Quero apenas dizer uma coisa: se há uma coisa neste País, hoje, que tem o apoio da sociedade, isso é a Operação Lava Jato.

Há dúvidas sobre isto aqui, sobre o Congresso Nacional. E muitas. Há dúvidas sobre o Governo, tanto sobre o que aí está quanto sobre o anterior. Mas se há uma coisa que tem o apoio das pessoas de bem deste País essa coisa se chama Operação Lava Jato. E nós, que temos responsabilidade pública, temos o papel, neste momento, de dar toda a força para essas instituições. Se há uma coisa boa acontecendo é que as instituições estão funcionando. Então, nós, que temos responsabilidade pública, temos de dar força para as instituições; temos que fortalecer o papel que o Ministério Público está tendo, que a Polícia Federal está tendo, pois está agindo como órgão de Estado e não de Governo, e o papel que o Poder Judiciário está tendo nessa Operação Lava Jato. Essas três instituições estão funcionando e isso é algo positivo, que precisa ser reconhecido. Nós, como agentes públicos, como instituição Congresso Nacional, temos de dar força para essas instituições, temos de dar força para a Operação Lava Jato, porque é isso o que a sociedade espera do seu Poder Legislativo e não o oposto.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Encerro perguntando, Senador Reguffe: onde é que houve abuso de autoridade na prisão de Nestor Cerveró? Onde é que houve abuso de autoridade porque prenderam José Dirceu? Por que prenderam Vaccari? Houve abuso de autoridade por que se cassou o Senador Delcídio? Houve abuso de autoridade porque levaram Lula para depor coercitivamente? Houve abuso de autoridade porque prenderam João Santana e a sua debochada esposa, Mônica? Onde é que está o abuso de autoridade nisso? Por que prenderam o dono da OAS, da Queiroz Galvão, o dono da Odebrecht? Onde é que está o abuso de autoridade?

Então, se a tônica é essa, nós, realmente, precisamos preservar essas autoridades que fazem um bom trabalho, respeitado pela sociedade brasileira e por todos nós. Certamente, se depender de nós, a Operação Lava Jato caminhará protegida. Aliás, acho até que já temos de mudar o nome de Operação Lava Jato para Operação Bidê.

Boa tarde! A sessão está encerrada.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 26 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Encaminhamento de matérias

Os Projetos de Lei do Senado nºs 537, de 2009; 135 e 499, de 2011; 46 e 381, de 2013; 61, 62, 173, 357 e 399, de 2014; 2, 289, 306, 330, 638 e 660, de 2015; e 132, de 2016, vão à Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2016, que reforma o Código Brasileiro de Aeronáutica, na forma do art. 374, II, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2015, vai à Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, criada pelo Ato do Presidente nº 15, de 2016.

Ofícios da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 379 /2016/SGM-P

Brasília, 22 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PEC para promulgação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2015, (PEC nº 32, de 2010, no Senado Federal), que " Altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência", aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.

EDUARDO CUNHA
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 59/2016/PS-GSE

Brasília, 8 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.236, de 2008, do Senado Federal (PLS nº 506, de 2007, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.308, de 6 de julho de 2016.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 08/07/16
Hora: 16:12
Marcelo Gomes de Souza - Matr. 256540
SCLSF/SGM

SENADO FEDERAL
Fl. nº
SGM

24.579 (JUN/13)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 60/2016/PS-GSE

Brasília, 8 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.856, de 2013, do Senado Federal (PLS nº 299, de 2010, nessa Casa), que "Institui o Dia Nacional de Doação de Cordão Umbilical", foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 13.309, de 6 de julho de 2016.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 08/07/16
Hora: 16:12
Marcelo Gomes de Souza - Matr. 256540
SCLSP/SGM

SENADO FEDERAL
Fls.
Rubrica
SGM

24.579 (JUN/13)

SENADO FEDERAL

OFICIO "S"
Nº 12, DE 2016

(nº 56/2016, na origem)

Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 maio de 2016, publicado no Diário oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiofusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DESPACHO: À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Página da matéria

ofício 5
12/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 56/16/PS-GSE

Brasília, 6 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, nos termos do art. 222, § 5º da Constituição Federal, o incluso Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão – CAC nº 24/16, encaminhado por meio da Mensagem nº 229, de 10 de maio de 2016, que "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

24.579 (JUN/13)

Entrada	
Comissão	*Data*
	___/___/___
	___/___/___
	___/___/___
	___/___/___
	___/___/___
	___/___/___
	___/___/___

Prazo para Emendas		
Comissão	*Início*	*Término*
	___/___/___	___/___/___
	___/___/___	___/___/___
	___/___/___	___/___/___
	___/___/___	___/___/___
	___/___/___	___/___/___
	___/___/___	___/___/___
	___/___/___	___/___/___

Apensados

Ato de Concessão e Renovação de Concessão de Emissora de Rádio e Televisão Nº 24, DE 2016

(Do Poder Executivo)

Origem: MSC 229/2016

Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

À Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para conhecimento e após, encaminhe-se ao Senado Federal.

AO ARQUIVO, EM / /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____/____/____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____

Câmara dos Deputados

CAC 24/2016

Autor: Poder Executivo

Data da Apresentação: 13/05/2016

Ementa: Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Forma de Apreciação: .

Texto Despacho: À Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para conhecimento e após, encaminhe-se ao Senado Federal.

Regime de tramitação: .

Em 19/05/2016

WALDIR MARANHÃO
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

2C3359C756

Mensagem nº 229

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002, comunico a Vossas Excelências que foi autorizada, conforme Decreto de 9 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Brasília, 10 de maio de 2016.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Francisco de Assis Alves da Silva
Brasília-DF 09/05/16 H 18:30

EM nº 00390/2015 MC

Brasília, 12 de Novembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.055431/2010-50, que trata da transferência indireta da concessão outorgada à Ponta Negra Ltda., para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, cujo quadro societário passará a ter a seguinte composição:

NOME	COTAS	VALOR (R$)
Miriam Garcia de Araújo Sousa	24.500	24.500,00
Paulo Victorino do Nascimento	500	500,00
TOTAL	25.000	25.000,00

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o §3º, do art. 96 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, encaminho os autos a Vossa Excelência, para deliberação, e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, conforme previsto no §3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO/PR
Publicado na Seção 1 do DOU de 10 MAI 2016
Cópia Autenticada

DECRETO DE 9 DE MAIO DE 2016

Autoriza a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda. no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 38, **caput**, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no art. 96, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.055431/2010-50,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 08.713.653/0001-20, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º As alterações societárias deverão ser efetivadas e registradas perante o órgão competente no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, sob pena de invalidação e reversão da operação.

Art. 3º A outorgada deverá encaminhar documentação comprobatória da efetivação e do registro das alterações societárias autorizadas por este Decreto ao Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. Após o recebimento da documentação a que se refere o **caput**, o Ministério das Comunicações notificará o Congresso Nacional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

D-EM 390 MC TV PONTA GROSSA – RN(L2)

PRIMEIRA-SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria
Em 13/5/16 às 9:40 horas
Assinatura Ponto 4766

Aviso nº 269 - C. Civil.

Em 10 de maio de 2016.

MSC 229/2016.
CAC 24/2016

A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual comunica ao Congresso Nacional que foi autorizada, conforme Decreto de 9 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

PRIMEIRA SECRETARIA
Em 13/05/2016
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
Luiz César Lima Costa
Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 13/Mai/2016 11:45
Ponto: 1196 Mat.: Origem: PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

TERMO DE CONHECIMENTO

Ref.: Ato de Concessão e Renovação de Concessão de Emissora de Rádio e Televisão nº 24/2016, do Poder Executivo

Nos termos dos arts. 41, IV e 50, III, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Senhor Presidente determinou a leitura do documento em epígrafe, na reunião do dia 01/06/16.

Brasília, em 1º de junho de 2016.

Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Secretária Executiva

CAC 24/2016

Ficha na Internet | Imprimir Ficha

Comunicado de alteração do controle societário

Originado da MSC 229/2016

Autor
Poder Executivo

Apresentação
13/05/2016

Ementa
Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Apreciação
.

Regime
.

Última Ação
-

Último Despacho
01/06/2016 - Leitura da Matéria

Resumo Pareceres Válidos

Comissão	*Parecer*
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI	-

Documentos Relacionados

Apensados
-

Outros Documentos

Avulsos e Publicações (1)	Requerimentos (0)	Legislação Citada (0)
Pareceres, Substitutivos e Votos (0)	Ofícios (0)	Indexação (0)
Emendas (0)	Espelho Comissão Especial (0)	Histórico de Apensados (0)
Destaques (0)	Relat. Conf. Assinaturas (0)	Questões de Ordem Relacionadas (0)
Recursos (0)		

Andamento

13/05/2016 PLENÁRIO - PLEN
Apresentação do Comunicado de alteração do controle societário n. 24/2016, pelo Poder Executivo, que: "Comunica que foi autorizada, conforme Decreto de 9 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 2016, a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Ponta Negra Ltda., no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte".

19/05/2016 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA
À Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para conhecimento e após, encaminhe-se ao Senado Federal.

23/05/2016 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI
Recebimento pela CCTCI.

24/05/2016 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - CCP
Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 25/05/2016.

01/06/2016 Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI
Leitura da Matéria

Imprimir Ficha

Término de prazo

Encerrou-se no dia 8 de julho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº41, de 2016.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à CCJ onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Adoção de medidas provisórias

O Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República adotou, em 06 de julho de 2016, e publicou no Diário Oficial da União do dia 07 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 737 de 2016.

> "Altera a Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública."

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira	**1.**
Waldemir Moka	**2.**
Rose de Freitas	**3.**
Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV)	
Cássio Cunha Lima	**1. Paulo Bauer**
Ronaldo Caiado	**2. José Agripino**
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT)	
Paulo Rocha	**1. Lindbergh Farias**
Acir Gurgacz	**2. Telmário Mota**
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)	
Antonio Carlos Valadares	**1. Vanessa Grazziotin**
Cristovam Buarque	**2. Randolfe Rodrigues**
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)	
Benedito de Lira	**1. Sérgio Petecão**
Omar Aziz	**2.**
Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC)	
Elmano Férrer	**1. Eduardo Amorim**
Wellington Fagundes	**2. Eduardo Lopes**

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PP/ PTB/ PSC	
Jovair Arantes	**1. Arnaldo Faria de Sá**
Aguinaldo Ribeiro	**2. Wilson Filho**
Bloco PMDB/ PEN	
Baleia Rossi	**1. Altineu Côrtes**
Carlos Marun	**2. Daniel Vilela**
PT	
Afonso Florence	**1. Moema Gramacho**
Ságuas Moraes	**2. Érika Kokay**
PSDB	
Antonio Imbassahy	**1. Daniel Coelho**
PR	
Aelton Freitas	**1. José Rocha**
PSD	
Rogério Rosso	**1. Paulo Magalhães**
PSB	
Paulo Foletto	**1. Tadeu Alencar**
DEM	
Pauderney Avelino	**1. Efraim Filho**
PRB	
Márcio Marinho	**1. Vinícius Carvalho**
PDT*	
Weverton Rocha	**1. Damião Feliciano**

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 07/07/2016
- Designação da Comissão: 11/07/2016
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 13/07/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 03/09/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 17/09/2016 (a prorrogar)

O Senhor Vice-Presidente da República, no Exercício do cargo de Presidente da República, adotou, em 06 de julho de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 07 de julho do corrente (com retificação no Diário Oficial de 8 de julho de 2016 – edição extra) a Medida Provisória nº 738 de 2016.

"Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 1.199.618.070,00, para os fins que especifica.".

A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 07/07/2016
- Emendas: até 13/07/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 03/09/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 17/09/2016 (a prorrogar)

Comunicação

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

Faça-se a substituição solicitada
Em 11/07/2016

Of. nº 655 /2016/PSDB

Brasília, 11 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada **GEOVANIA DE SÁ,** em substituição ao Deputado **DANIEL COELHO**, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 731/16, que dispõe sobre a extinção de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e a criação de funções de confiança denominadas Funções Comissionadas do Poder Executivo.

Respeitosamente,

Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**
Líder do PSDB

ATO

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2016

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 728**, de 23 de maio de 2016, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 11 de julho de 2016.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eduardo Braga. . . . . AM
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Hélio José. . . . . DF
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Kátia Abreu. . . . . TO
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

Bloco Social Democrata - 16
PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PV / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Aníbal. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13
PT-10 / PDT-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Telmário Mota. . . . . PDT / RR

Bloco Moderador - 11
PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1
PTC-1

Armando Monteiro. . . . . PTB / PE
Cidinho Santos. . . . . PR / MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Eduardo Lopes. . . . . PRB / RJ
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTC / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Pedro Chaves. . . . . PSC / MS
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT
Zeze Perrella. . . . . PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11
PP-7 / PSD-4

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
José Medeiros. . . . . PSD / MT
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Roberto Muniz. . . . . PP / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe. . . . . DF

Bloco Parlamentar da Minoria

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (PMDB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
Kátia Abreu** (PMDB-TO)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10
Líder **Paulo Rocha - PT** (36,47,65,70) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,71,101) Telmário Mota (4,30,41,50,73,94) Gleisi Hoffmann (68,72,76,95) Regina Sousa (40) ..... **Líder do PT - 10** **Paulo Rocha** (36,47,65,70) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,71,101) Gleisi Hoffmann (68,72,76,95) **Líder do PDT - 3** **Acir Gurgacz** (3,32) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,73,94)	**Líder** **José Agripino - DEM** (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,96) Davi Alcolumbre (85,99) Ataídes Oliveira (86) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (15,56) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) José Aníbal (93) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) **Líder do PV - 1** **Alvaro Dias** (19,75)	**Líder** **Lídice da Mata - PSB** (12,26) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,80) Vanessa Grazziotin (21,23) ..... **Líder do PSB - 7** **Antonio Carlos Valadares** (60,80) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,97) Roberto Rocha (43,63) **Líder do PPS - 1** **Cristovam Buarque** (74) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,23) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,28)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11	**Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11**	**PMDB - 19**
Líder **Omar Aziz - PSD** (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) ..... **Líder do PP - 7** **Benedito de Lira** (14,16,39,51,55) **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	**Líder** **Fernando Collor - PTC** (5,6,77,79) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,81) Eduardo Amorim (83) ..... **Líder do PTB - 3** **Elmano Férrer** (78,81) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) **Líder do PR - 4** **Wellington Fagundes** (48,53,82) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) **Líder do PSC - 2** **Eduardo Amorim** (83) **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (92) **Líder do PTC - 1** **Fernando Collor** (5,6,77,79)	**Líder** **Eunício Oliveira - PMDB** Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)
Governo	**Minoria**	
Líder **Aloysio Nunes Ferreira - PSDB** (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,97) José Medeiros (10,18,27,98) Davi Alcolumbre (85,99) Hélio José (49,57,100) Ricardo Ferraço (89,96)	**Líder** **Lindbergh Farias - PT** (34,69,71,101)	

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).

60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
68. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
70. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
71. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
73. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
76. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
81. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-lider do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maxiliano Godoy (adjunto)
Telefone(s): 61 - 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (5)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (3)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

10) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
**********. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (6)

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (2)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Magno Malta (PR-ES) (11,14)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (4)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (9)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (9)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (12,13)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO (14)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) (1)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrela; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

******. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
11. Em 23.06.2016, a Senadora Rose de Freitas renunciou à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco da Maioria.
12. Em 28.06.2016, o Senador José Pimentel renuncia à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (Of. 105/2016).
13. Em 28.06.2016, foi eleita a Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 76/2016-GLPRD)
14. Em 28.06.2016, foi eleito o Senador Magno Malta para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco da Maioria, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Moderador (Of. 126/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno
Telefone(s): 33033511
E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 06/06/2016
Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.
1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.
Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016
Instalação: 06/07/2016
Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (7)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)	3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1.
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2.
Senador Wilder Morais (PP-GO)	3.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Morais, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.
***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).
1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).
2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).
3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).
4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal é designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
RELATOR:

Designação: 30/06/2016
Instalação: 06/07/2016
Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.
**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)
1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).
2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).
3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)
4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)
5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)
Telefone(s): 61 - 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016
Instalação: 06/07/2016
Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.
**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).
1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).
2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD)
3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)
Telefone(s): 61 - 3303 3508
E-mail: coceti@senado.leg.br

17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016
Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*******. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,17)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
VAGO (6,10)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (11,12,13)	1.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2,14,16)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,15)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (9)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
********. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
11. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
12. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Ofício nº 73/2016-GLPMDB).
13. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz(Ofício nº 88/2016-GLPMDB).
14. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
15. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
16. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
17. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (10)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

3)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (22)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (13)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. VAGO (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (14)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*******. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (2)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:
1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (24)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (29)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (30)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (41)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo , deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD)
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD)

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (4)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,31)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,23,27)	1. VAGO (17)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1,22)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (29,32)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB)
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (52)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO (18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,20,26)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progessista (Of. 51/2016-GLDBAG)
31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (13)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO (5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. VAGO (22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
Senador José Medeiros (PSD-MT) (17)	4. VAGO (6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (16)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB)
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB)
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO (5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (9)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (5)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VAGO (23)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18,22,24)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (21)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (15,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:
1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO (16)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (18)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (23,25)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (21)	2. Senador Magno Malta (PR-ES) (22)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (18,33)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,20)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (10)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO (11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (15)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD)
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (11)
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (22)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (14)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO (8)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO (7)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (6)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (13)

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:
1. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (19)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO (24)	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (10,11)	1. VAGO (5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (6)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (6)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (9)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) (24)	

Atualização: 29/06/2016

Notas:

*****. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: (3)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
VAGO (2)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (7)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO (4,6)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,8)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2,4)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (3)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2,4)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.
4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (3)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,4)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,3)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (3)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (4)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)
1º VICE-PRESIDENTE: VAGO
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
3º VICE-PRESIDENTE: VAGO
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)
Relator da Receita: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO)

Designação: 03/05/2016
Instalação: 05/05/2016

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP
Romero Jucá - RR (9)	2. Eunício Oliveira - CE (22)
Eduardo Braga - AM (22)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Paulo Paim - PT/RS (8,16)	1. Regina Sousa - PT/PI
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA (4)	1. Dalirio Beber - PSDB/SC (12)
Ricardo Franco - DEM/SE (7,23)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Cristovam Buarque - PPS/DF
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (13)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (13)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PR, PSD, PROS	
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS
Irajá Abreu - PSD/TO	5. VAGO
PP, PTB, PSC	
Simão Sessim - PP/RJ (6)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6)
Arthur Lira - PP/AL (6)	2. Covatti Filho - PP/RS (6)
Nelson Meurer - PP/PR (6)	3. Mário Negromonte Jr. - PP/BA (21)
Sérgio Moraes - PTB/RS (6)	4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6)
Pr. Marco Feliciano - PSC/SP (19)	5. Alfredo Kaefer - PSL/PR (24)
PMDB, PEN	
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PMDB/AL
PT	
Assis Carvalho - PI (3)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3)
Beto Faro - PA (3)	2. Caetano - BA (3)
Reginaldo Lopes - MG (3)	3. Paulão - AL (3)
Waldenor Pereira - BA (3)	4. Valmir Assunção - BA (3)
PSDB	
Duarte Nogueira - SP (10)	1. João Gualberto - BA (17)
Geraldo Resende - MS	2. Nelson Marchezan Junior - RS (17)
Rodrigo de Castro - MG	3. Nilson Leitão - MT (20)
PRB, PTN, PTdoB, PSL	
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE
Ademir Camilo - PTN/MG (18)	2. Jozi Araújo - PTN/AP (18)
PSB	
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (5)
DEM	
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (15)
PDT	
Dagoberto - MS (2)	1. André Figueiredo - CE (2,14)
SD	
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA
PCdoB	
Davidson Magalhães - BA	1. Rubens Pereira Júnior - MA
PPS (1)	

TITULARES	SUPLENTES
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP (11)

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goés, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
3. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
4. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
6. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
7. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3)
10. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
11. Designado o Deputado Alex Manente, como membro suplente, em substituição ao Deputado Raul Jungmann, na Sessão do Senado Federal de 17.05.2016, conforme Ofício nº 68, da Liderança do PPS.
12. Designado, como membro titular, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
13. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.
16. Designado, como membro titular, o Senador Paulo Paim, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35, de 2016, da Liderança do LPT Bloco de Apoio do Governo.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Gualberto, em substituição ao Deputado Nelson Marquezan Junior, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 509, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ademir Camilo, em vaga existente, e, como membro suplente, a Deputada Jozi Araújo, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº S nº, de 2016, da Liderança do Bloco PTN PTdoB PSL.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 177, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
20. Designado, como membro suplente, Nilson Leitão, em vaga existente, em 24-5-2016 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 512, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Mário Negromonte Jr., em vaga existente, em 27-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 179, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.
22. Designado, como membro titular, o Senador Eduardo Braga, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, e, como membro suplente, o Senador Eunício Oliveira, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do PMDB E Bloco da Maioria.
23. Designado, como membro titular, o Senador Ricardo Franco, em vaga existente, em 5-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, do Líder do Democratas.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Alfredo Kaefer, em vaga existente, em 7-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2016, da Liderança do PP/PTB/PSC.

Secretário: Robson Luiz Fialho Coutinho

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Deputado Milton Monti (PR-SP)
II. Saúde	Deputado Lúcio Vale (PR-PA)
III. Educação e Cultura	Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
IV. Integração Nacional	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG)
VI. Desenvolvimento Urbano	Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
XII. Fazenda e Planejamento	Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Deputado Cleber Verde (PRB-MA)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Paulo Azi (DEM-BA)
XV. Defesa e Justiça	Senador Otto Alencar (PSD-BA)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
VAGO (21,22)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Regina Sousa - PT/PI (2,25,28,29)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Zeze Perrella - PTB/MG (23)	1. Pedro Chaves - PSC/MS (23,24,26)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Arnaldo Jordy - PPS/PA (27)	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - S/Partido/RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Deixa de compor a Comissão nos termos do Ofício nº 103/2016, lido na sessão do Senado Federal de 09/06/2016 (DSF 10/06/2016), da Liderança do PMDB no Senado Federal.
23. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
25. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
26. Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
28. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
29. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) (10)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ) (8,9,11)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
8. O Senador Álvaro Dias deixou de exercer a função de Líder da Minoria em 07.01.2016.
9. O Senador José Agripino passou a exercer a função de Líder do Bloco Parlamentar da Oposição a partir de 16.02.2016.
10. A Deputada Jandira Feghali passou a exercer a função de Líder da Minoria a partir de 20.06.2016.
11. Designado o Senador Lindbergh Farias como líder da Minoria no Senado Federal (Of. 13/2016-GLDPT).

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. Kátia Abreu - PMDB/TO (27)
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (24,27)	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Regina Sousa - PT/PI (26)	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (26)
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO (25)
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/CE (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.
26. Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em substituição à Senadora Marta Suplicy, e, como membro suplente, o Senador Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Regina Sousa, em 7-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2016, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
27. Designada, como membro titular, a Senadora Marta Suplicy, em vaga existente, e, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 9-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 104, de 2016, da Liderança do PMDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015
Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)	Senador Walter Pinheiro
Deputado Bruno Araújo	Senador Blairo Maggi
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (24)
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Social Democrata	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Cidinho Santos - PR/MT (21)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Zeca do Pt - PT/MS (25)	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. VAGO
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Remídio Monai - PR/RR (22)	8. Benedita da Silva - PSDB/MG (9,25)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. Angela Albino - PCdoB/SC (23)

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
24. Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
25. Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (2)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (2)

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado (3,5)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão (6)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (4)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (1)	Davi Emerich

Atualização: 27/06/2016

Notas:
1. O Conselheiro Fernando César Mesquita renunciou ao cargo de membro titular do Conselho de Comunicação Social, nos termos do documento datado de 27.06.2016, lido na 10ª Reunião do Conselho, realizada em 04.07.2016.
2. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
3. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
4. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
6. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211